



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

ANDRÉ LUIS FERREIRA DA SILVA

**A METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DAS FEIRAS DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU IMPACTO SOBRE OS GANHOS:
UM ESTUDO SOBRE A FEIRA BAIANA.**

**SALVADOR, BA
2016**

ANDRÉ LUIS FERREIRA DA SILVA

A metodologia de construção das feiras de economia solidária e seu impacto sobre os ganhos: Um estudo sobre a feira baiana.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientadora: Profª. Dra. Maria Suzana Moura

**SALVADOR
2016**

Escola de Administração - UFBA

S586 Silva, André Luis Ferreira da.

A metodologia de construção das feiras de economia solidária e seu impacto sobre os ganhos: um estudo sobre a feira baiana / André Luis Ferreira da Silva. – 2016.

103 f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Suzana Moura.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2016.

1. Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura - Estudo de casos.
 2. Feiras – Economia solidária – Metodologia.
 3. Feiras – Agricultura familiar.
 4. Feiras – Economia solidária – Políticas públicas.
 5. Feiras – Economia solidária – Comercialização.
 6. Feiras – Economia solidária – Transferência de aprendizagem.
- I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 306.3

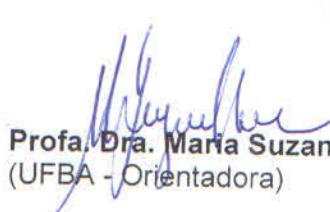
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE ANDRÉ LUIS
FERREIRA DA SILVA DO CURSO DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR
E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

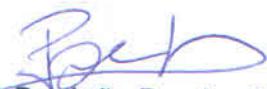
Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pela **Profa. Dra. Maria Suzana de Souza Moura** (UFBA), orientadora do aluno, pelos membros titulares **Prof. Dr. Genauto França Filho** (UFBA), o **Prof. Dr. João Pereira Oliveira Júnior** (UNEB), e a **Me. Lara Matos Andrade** (Governo do Estado da Bahia) se reuniu para julgar o trabalho de dissertação intitulado: **“A METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DAS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU IMPACTO SOBRE OS GANHOS: UM ESTUDO SOBRE A FEIRA BAIANA”**, de autoria de **André Luis Ferreira da Silva**. Após a apresentação da dissertação, o mestrando foi submetido à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser

Aprovado

Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientadora, pelos demais membros da comissão e pelo mestrando.

Salvador, 07 de dezembro de 2016.


Profa. Dra. Maria Suzana de Souza Moura
(UFBA - Orientadora)


Prof. Dr. João Pereira Oliveira Júnior
(UNEB)


Prof. Dr. Genauto França Filho
(UFBA)


Me. Lara Matos Andrade
(Governo do Estado da Bahia)


Sr. André Luis Ferreira da Silva
(Mestrando)

Dedico este trabalho aos meus filhos Ruan e Alice, a minha mulher Luciana Simões, ao meu irmão Duda, a minha mãe Dona Avani (in memoriam), a meu pai Zé Gomes (in memoriam) e a cada trabalhadora e cada trabalhador da economia solidária.

GRATIDÃO

Aos deuses e em especial aos de África.

A minha família - meus filhos Ruan e Alice. A minha mulher, companheira e esposa, Luciana Simões. A meu irmão Duda, minhas cunhadas Patt e Kaká, minha sogra Liz e meu sogro Marcelo - pelo apoio e total incentivo.

A família Avelar, que me trouxe o ninho familiar e o mais puro afeto.

A minha amada Maria Isabel (Mamá), que trouxe doses extras de amor à minha caminhada.

Aos meus amigos e irmãos que tiveram paciência e estiveram à disposição pra me escutar nas minhas inquietações.

A equipe da Superintendência de Economia Solidária, em especial ao povo da Coordenação de Formação e Divulgação, pela solidariedade nos momentos de maior dificuldade.

A minha orientadora, Suzana Moura, pela sua luz e sua calma, fundamentais para minha caminhada acadêmica. Suas contribuições trouxeram muita clareza pro meu pensar.

A todas e todos os entrevistados, em especial, aos membros dos empreendimentos solidários com os quais tive a oportunidade de trocar saberes e provar do afeto de cada um e cada uma.

A banca examinadora que, para além da competência, tenho apreço e admiração pelos três membros.

Ao Mestre Gabriel, pelos ensinos deixados por ele que me trouxeram firmeza no propósito.

Mesmo buscando conhecer o mistério das palavras, não consigo encontrar uma mais adequada para expressar meus sentimentos a cada uma e cada um que fez parte dessa conquista.

Luz, paz e amor.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo identificar a natureza dos ganhos obtidos por membros de empreendimentos econômicos solidários que participaram das edições da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, além de propor uma relação entre a metodologia adotada pela gestão das feiras e a natureza desses ganhos. O ponto de partida traz dois pressupostos: 1) Um evento de natureza e fins diversos não gera somente ganhos financeiros aos seus participantes; 2) A metodologia de construção desse evento tem impacto na natureza desses ganhos. Estes pressupostos estiveram embasados pelo marco conceitual específico em que, economia é considerada a partir de uma pluralidade de princípios, além de abordar os ganhos dos empreendimentos econômicos solidários a partir de cinco diferentes dimensões. Assim, a abordagem da dimensão econômica mercantil está imbrincada com os aspectos políticos e sociais. A partir da caracterização da natureza de uma feira de economia solidária, da contextualização da metodologia de construção desses eventos, incluindo uma análise do evento da Bahia, foi construído um quadro analítico dividido em cinco dimensões: socieconômica, sociopolítica, sociocultural, sociotecnológica e sociambiental. A partir dessa perspectiva, foram entrevistados os membros de empreendimentos econômicos solidários que participaram das edições realizadas entre 2007 e 2010. A partir desse estudo, conclui-se que uma feira de economia solidária gera ganhos multidimensionais e para tanto, a sua construção precisa estar orientada pela metodologia do Programa Nacional de Apoio às Feiras de Economia Solidária.

Palavras-chave: Pluralidade dos princípios econômicos. Feiras de economia solidária. Metodologia de feiras. Ganhos multidimensionais.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour objectif d'identifier la nature des gains obtenus par des membres de l'entrepreunariat d'économie solidaire qui participent des éditions de la Foire Bahianaise d'Économie Solidaire et d'Agriculture Familiale, ainsi que de proposer une relation entre la méthodologie adoptée par la gestion des foires et la nature de ces gains. Le point de départ de ce travail nous ammène à deux réflexions : 1) Un évènement de nature et de fins diverses ne gère pas uniquement des gains financiers à ses participants; 2) La méthodologie de construction de cet évènement à un impact sur la nature de ces gains. Ces réflexions ont été basées par la référence conceptuelle spécifique par laquelle, l'économie est considérée à partir d'une pluralité de principes, en plus d'aborder les gains de l'entrepreunariat d'économie solidaire à partir de cinq dimensions différentes. Ainsi, l'abordage de la dimension économique mercantile est imbriquée avec les aspects politiques et sociaux. À partir de la caractéristique de la nature d'une foire d'économie solidaire, de la contextualisation de la méthodologie de construction de ces évènements, incluant une analyse de l'évènement à Bahia, un cadre analytique a été construit divisé en cinq dimensions: sócio-économique, sócio-politique, sócio-culturel, sócio-technologique et sócio-environnemental. Partant de cette perspective, ont été interviewé les membres de l'entrepreunariat d'économie solidaire qui ont participés des éditions réalisées entre 2007 et 2010. Cette étude nous permet de conclure qu'une foire d'économie solidaire gère des gains multidimensionnels mais pour autant, sa construction à besoin d'être orientée par la méthodologie du Programme Nacional d'Apui aux Foires d'Économie Solidaire.

Mots-clés : Pluralité des principes économiques. Foires d'économie solidaire. Méthodologie de foires. Gains multidimensionnels.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas do trabalho.....	19
Figura 2 – Formas de organização.....	41
Figura 3 – Evolução dos investimentos.....	43
Figura 4 – Organograma Equipes para Organização das Feiras.....	56
Figura 5 – Reunião das comissões (preparação da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar de 2008).....	58-59
Figura 6 – Organograma Equipes para Organização das Feiras.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos membros de empreendimentos entrevistados.....	18
Quadro 2 – Perfil dos entrevistados da gestão pública e entidades de apoio e fomento.....	18-19
Quadro 3 – Dados das Feiras de Economia Solidária no ano de 2005.....	38
Quadro 4 – Quadro de participantes das feiras no Brasil.....	39-40
Quadro 5 – Tabela de investimentos da Bahia nas feiras.....	43
Quadro 6 – Atribuições das comissões.....	56 a 57
Quadro 7 – Metodologia – Multidimensões – Ganhos.....	82
Quadro 8 – Relação entre metodologia, dimensões de ganhos e ganho.....	86-87

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGESP – Associação de Grupos de Economia Solidária de Palmas de Monte Alto
Cediter - Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra
COFD - Coordenação de Formação e Divulgação
CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária
Coopertane – Cooperativa Múltipla União Popular dos Trabalhadores de Tancredo Neves
DRT - Delegacia Regional do Trabalho
Ecosol - Economia Solidária
EES – Empreendimento Econômico Solidário
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
Fenagro – Feira Internacional de Agropecuária da Bahia
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
GT – Grupo de Trabalho
IMS - Instituto Marista de Solidariedade
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PAFES - Pesquisa de Avaliação de Feiras de Economia Solidária
PPA - Plano Plurianual
PPDLES - Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária
PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PLANSEQ - Plano Setorial de Qualificação em Economia Solidária
RMS - Região Metropolitana de Salvador
SEAGRI - Secretaria de Agricultura
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural
Setre – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Sesol – Superintendência de Economia Solidária

Senaes – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema de Informação da Economia Solidária

Sebrae - Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas

TGS - Tecnologia de Gestão Social

Unitrabalho – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	12
2 – REFERÊNCIAS TEÓRICAS.....	21
2.1 – O que é um empreendimento solidário?.....	21
2.2 – Comércio, mercado e as relações econômicas e sociais.....	24
2.3 – A multidimensionalidade dos ganhos.....	27
2.4 – Os eventos de economia solidária: a participação e o controle social.....	30
3 – AS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	31
3.1 – A política pública nacional.....	32
3.2 – O Programa Nacional de Fomento as Feiras de Economia Solidária.....	34
3.3 – Os impactos do programa no Brasil.....	37
4 – A EXPERIÊNCIA DA BAHIA, SEUS AVANÇOS E DESAFIOS.....	42
4.1 – A Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar.....	42
4.2 – Desafios e avanços.....	46
4.2.1 – Mobilização.....	49
4.2.2 – Transporte.....	49
4.2.3 – Alimentação.....	49
4.2.4 – Armazenamento dos produtos.....	50
4.2.5 – Divisão nos pontos de venda.....	51
4.2.6 – Saúde.....	51
4.2.7 – Formação.....	51
5 – A METODOLOGIA DAS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	53
5.1 – A Bahia seguiu a cartilha, mas atendeu às suas peculiaridades.....	58
5.1.1 – Da autogestão.....	60
5.1.2 – Da formação e o processo de aprendizagem.....	63
5.1.3 – Da comunicação e divulgação dos princípios e práticas.....	66

5.1.4 – Da comercialização.....	67
5.1.5 – Dos impactos ambientais.....	70
6 – A NATUREZA DOS GANHOS.....	72
6.1 – Ganhos multidimensionais das feiras.....	73
6.1.1 – Dimensão socioeconômica.....	74
6.1.2 – Dimensão sociopolítica.....	75
6.1.3 – Dimensão sociocultural.....	77
6.1.4 – Dimensão sociotecnológica.....	77
6.1.5 – Dimensão socioambiental.....	79
7 – OS IMPACTOS DA METODOLOGIA SOBRE A NATUREZA DOS GANHOS – PROPOSTA DE TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL.....	82
7.1 – Produto da Tecnologia de Gestão Social - Cartilha: Feira de Economia Solidária: Uma feira, muito ganhos.....	83
7.1.2 – Objetivo da Cartilha.....	83
7.1.3 – Porque apoiar feiras de economia solidária?.....	84
7.1.4 – Como fazer uma feira gerar muitos ganhos?.....	84
8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
8.1 – Em relação aos objetivos do trabalho.....	88
8.2 – Fato novo.....	89
8.3 – Contribuições para a economia solidária (gestão pública e sociedade civil organizada).....	91
8.4 – Recomendações para estudos futuros.....	92
REFERÊNCIAS.....	94
ANEXOS.....	96

1 - Introdução

Com a desindustrialização e o desemprego estrutural que assolaram países centrais e semi-industriais na década de 70, ocupar uma vaga numa pequena gama de empregos formais que resistiram a essa fase, era considerado um privilégio para poucos (NASCIMENTO, 2011). Com a reestruturação produtiva do capitalismo nessa época, as formas de organização do trabalho foram sofrendo mudanças, influenciando inclusive a atuação dos sindicatos, que entre as décadas de 40 e 70, estiveram concentrados na luta pelo emprego assalariado, pelos direitos conquistados e pela ampliação desses direitos. Segundo SINGER (2002, p. 109) "Os sindicatos tornaram-se organizações poderosas, cuja missão passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados, dos quais o mais crucial é conservar o emprego.".

Mas um ponto positivo desse momento foi o surgimento do "*novo cooperativismo*", marcado pela volta aos princípios do movimento operário, pela importância atribuída à democracia, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. Essas iniciativas podem ser percebidas em diversas partes do mundo, surgindo, sobretudo, a partir dos princípios cooperativistas e associativistas, mobilizando um grande número de pessoas em torno de suas atividades socioprodutivas.

Geradas a partir da sociedade civil e principalmente das camadas populares, tais atividades podem ser observadas em diferentes configurações, sejam elas pautadas pelas relações de mercado ou até mesmo em processos de trocas não monetarizadas. Essa outra economia assume formas variadas como as cooperativas de produção e prestação de serviços, clubes de trocas, bancos populares e até grupos informais de produção e serviço. Esses diferentes exemplos testemunham o surgimento do que chamamos de economia solidária. No Brasil, o termo aparece ao longo dos anos 90 (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

É fato que essas iniciativas estão cada vez mais presentes e atuantes no cotidiano das trabalhadoras e dos trabalhadores do Brasil, sejam elas nas comunidades rurais ou urbanas; porém, ainda temos visões distintas quando há um debate sobre essa experimentação. Para Moura e Meira: "Uns vêm as cooperativas e outras formas associativas de produção e consumo como um meio de minimizar o problema do desemprego e da exclusão social. Outros buscam uma alternativa socialista à economia capitalista" (2003, p. 3) e esse debate se estende, seja na academia ou nas bases do movimento. Diante dessas questões, o que se percebe é que, seja pela via da contraposição à hegemonia do capitalismo ou pela alternativa ao desemprego, a economia solidária não prega apenas a melhoria no campo das relações

muito menos que trabalhadoras e trabalhadores de empreendimentos solidários devem se “alimentar de luz” e não precisam ganhar dinheiro. Os empreendimentos buscam viabilidade, porém, considerando os aspectos econômicos, políticos e sociais, o que envolve elementos que vão além dos ganhos financeiros.

As organizações populares do Brasil que tratavam das formas coletivas e autogestionárias de produção começam a ocupar espaço na agenda decisória do Estado a partir da edição do *II Fórum Social Mundial*, em dezembro de 2002, quando um Grupo de Trabalho – GT realizou uma reunião com entidades da sociedade civil e discutiu o papel da Economia Solidária no que viria a ser o governo do presidente recém-eleito, Luís Inácio Lula da Silva, que iniciaria o seu mandato em janeiro do ano seguinte. Nessa reunião foi elaborada uma carta que pautou a criação de uma política de apoio à economia solidária e de um órgão na estrutura do governo federal para atender às demandas desse segmento. A partir daí, já no inicio do governo, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

A partir da criação da Senaes, a equipe técnica gerida pelo Professor Paul Singer¹, conduziu a construção da política pública nacional reconhecendo as demandas que já haviam sido sistematizadas pelos coletivos, tomando como base a importância da participação da sociedade civil organizada e, fundamentalmente, das representações do movimento da economia solidária. Diante dessa premissa, as plenárias e as conferências de economia solidária foram fundamentais para o processo de participação e de sistematização das demandas, além de apontar perspectivas importantes para a construção dos instrumentos da política pública de economia solidária, também conhecida por ecosol.

Presente nos documentos construídos durante as conferências, o apoio aos eventos ganham destaque pela sua importância para o fortalecimento da comercialização, da formação e da articulação das trabalhadoras e dos trabalhadores. Dentre os principais eventos destacam-se as feiras de economia solidária, que são realizadas com o intuito de divulgar produtos e serviços, promover aproximação dos consumidores com os produtores, possibilitar articulação de redes dos trabalhadores associados, promover trocas de saberes e outros processos de formação e qualificação, bem como difundir o consumo consciente e sensibilizar a sociedade sobre esse

¹ Secretário Nacional de Economia Solidária 2003 à 2016; Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

outro modelo de economia. O espaço das feiras possibilita encontros que cooperam para um amplo fluxo de informações e de oportunidades às trabalhadoras e trabalhadores associados.

A importância das feiras foi reconhecida também a partir da criação do *Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária*, executado entre os anos de 2005 e 2008, a partir de recursos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE). Segundo o relatório de avaliação do programa, produzido pela SENAES, o objetivo foi de contribuir para a visibilidade e promoção da comercialização dos produtos, bens e serviços dos empreendimentos econômicos solidários, além de estimular o consumo consciente e o fortalecimento das redes de empreendimentos.

Para compreender a importância das feiras e sua função no processo de fortalecimento da economia solidária, podemos buscar compreender o evento como meio eficiente de agregar pessoas. Esses momentos servem para minimizar esforços, fazendo uso da capacidade sinérgica da qual dispõe o seu poder expressivo no intuito de engajar pessoas numa ideia ou ação (GIACOMO, 2012).

Apesar da citação acima ter suas raízes fincadas nas atividades empresariais e pautadas apenas no princípio do mercado, podemos fazer uma relação do poder dos eventos - mesmo a partir dessa visão - com os objetivos das feiras de economia solidária, sem perdermos os princípios de uma proposta de desenvolvimento pautada na solidariedade. Compreender a importância dos eventos de Economia Solidária como um espaço de formação, de troca de saberes, de comercialização, de fortalecimento socioeconômico, articulação de redes de produção e consumo e de difusão do conceito de Economia Solidária, nos leva a perceber aspectos importantes para a consolidação dessa outra economia, uma vez que atinge membros dos empreendimentos econômicos solidários – EES, que já atuam sob a lógica da solidariedade e da cooperação, bem como o público visitante que, apesar da lógica do individualismo e da competição arraigada na sua constituição cultural, podem acessar durante o evento outras práticas que possibilitam a construção de relações mais justas e solidárias.

Na Bahia, os principais eventos realizados entre os anos de 2005 e 2013 foram as edições da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, onde os diversos atores da sociedade civil e governo se reuniram em um exercício de construção coletiva, comungando dos espaços de articulação para a construir o evento. Momentos que possibilitaram o encontro entre representantes de empreendimentos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores

públicos, com a tarefa de equacionar interesses diversos em torno de um objetivo comum: a realização da feira.

Os eventos denominados *feiras* criam expectativas de comercialização e/ou construção de relacionamento com possíveis clientes, sejam elas no âmbito das grandes empresas ou até em eventos ligados aos movimentos sociais, como no caso de algumas feiras de artesanato, agricultura familiar e economia popular e solidária. Há, na maioria das vezes, uma grande expectativa acerca dos ganhos financeiros, onde o resultado das vendas se apresenta como indicador de sucesso do evento.

O modelo de construção das feiras citadas acima segue um formato bastante parecido, quando a instituição promotora define a estrutura, o calendário e a programação do evento, baseados principalmente no aspecto da comercialização. Depois dessa construção feita apenas pela organização do evento, os grupos são convidados para expor e muitas vezes precisam pagar pelo espaço. Nessa metodologia, os representantes dos empreendimentos não têm participação efetiva na gestão do evento, ficando apenas com a função de mobilizar seus integrantes e sensibilizá-los quanto à participação nas atividades programadas.

Já as edições da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, no período de 2005 a 2010, seguiram uma metodologia referenciada pelo Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária e promoveram a participação das mais diversas representações envolvidas no processo, além de uma programação que fomentou a comercialização, a formação, a divulgação e uma reflexão em torno do consumo e dos impactos ambientais gerados pela humanidade.

Portanto, a metodologia adotada na construção das feiras de economia solidária, em especial, na Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, difere em muitos aspectos da forma de gestão dos eventos realizados no âmbito empresarial, uma vez que a escuta das diversas partes envolvidas e o caráter autogestionário do evento podem ter influência direta nos seus objetivos e resultados.

Diante do exposto, torna-se relevante perguntar: qual a natureza dos ganhos obtidos pelos empreendimentos econômicos solidários durante a Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar e a relação desses ganhos com a metodologia utilizada? Assim, este estudo pretende verificar a natureza dos ganhos obtidos pelos EES, que participaram de no mínimo três edições das feiras realizadas entre os anos de 2007 à 2010 e qual a relação desses

ganhos com a metodologia utilizada na construção do evento. Esse recorte temporal foi decidido a partir de dois critérios: 1) durante o período escolhido o autor deste estudo esteve como membro da Comissão Organizadora e 2) nesse período os eventos foram realizados sob a orientação da metodologia estudada.

O caminho percorrido pela pesquisa buscou contextualizar a Política Pública de Economia Solidária e o apoio aos eventos; contextualizar a metodologia das Feiras Baianas de Economia Solidária; identificar a natureza dos ganhos para os empreendimentos; analisar as relações durante o evento a partir do conceito de mercado – mercado autoregulado X mercado concreto; e relacionar a metodologia das feiras com a natureza de seus ganhos.

Apesar da disponibilidade de estudos já realizados acerca da economia solidária, ainda há poucas pesquisas que tratem sobre as feiras desse segmento, bem como que traga uma reflexão sobre os ganhos gerados a partir da participação em eventos dessa natureza. Diante do exposto, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e segue uma abordagem qualitativa. A teoria forneceu embasamento inicial para a pesquisa e as abordagens sobre temas como pluralidade de princípios econômicos, economia solidária e as características de empreendimentos solidários trouxeram possibilidades bastante sólidas para orientar a pesquisa de campo e a análise de resultados.

Na qualidade de gestor público e membro da equipe que operou a ação de apoio do Governo do Estado às edições da feira durante o período pesquisado, o autor deste estudo pôde vivenciar durante o período de 2007 à 2010 a construção do evento conforme a metodologia já citada, estando como membro da Comissão Organizadora. Mesmo não se tratando de um estudo auto-etnográfico, essa experiência será tratada aqui como parte relevante para o embasamento da pesquisa, uma vez que, durante esse período, foi possível compartilhar fatos, depoimentos e uma diversidade de acontecimentos que foram utilizados durante a investigação.

A provocação inicial para elaboração deste estudo partiu da experiência deste autor nas edições das feiras. Diante de uma diversidade de experiências e possibilidades geradas para os empreendimentos nos eventos, percebeu que, ao discutir o apoio e avaliar o resultado das feiras, muitos representantes de instituições focavam suas expectativas nos resultados da venda, portanto, nos ganhos financeiros, reduzindo os indicadores de sucesso do evento à sua capacidade de gerar renda.

O primeiro passo para a pesquisa foi a busca por referencias teóricas, tendo como base os autores que abordam princípios econômicos e que tratam de aspectos para além da economia de mercado, como Polanyi, França, Laville e Boullosa, além da base teórica sobre economia solidária com Singer, Andion, Moura, Reis entre outros. Os autores pesquisados auxiliaram na reflexão sobre aspectos que movem os empreendimentos solidários e quais são as buscas desses homens e mulheres que atuam nessa outra economia. Foi possível também embasar o discurso acerca desta outra economia, que tem princípios para além do mercantil, e a partir daí buscar observar se o ganho financeiro é o único capaz de mover a economia. Buscou-se compreender também as dimensões possíveis e sujeitas ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários.

Outro aspecto fundamental para o desenvolvimento do estudo foi a sistematização do material produzido por entidades apoiadoras, seja por iniciativa da sociedade civil ou através do apoio da política pública nas suas diversas instâncias. Esse material está disponível em meio físico e virtual, em formato de manuais e relatórios que reúnem informações sobre os eventos já realizados, abordando quantidade de empreendimentos envolvidos, metodologias já utilizadas, impactos percebidos etc.

A partir das referências, foi construído um quadro analítico que embasou as entrevistas estruturadas realizadas com empreendimentos participantes da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar. O critério escolhido para definir os empreendimentos é o da participação em no mínimo três edições, no período de 2007 a 2010. Os empreendimentos escolhidos para a pesquisa estão no território da Região Metropolitana de Salvador, Portal do Sertão, Sertão do São Francisco e Sertão Produtivo. A escolha dos territórios se deu com o objetivo de não concentrar apenas em uma região do estado e buscar ouvir referências diferentes. Vale registrar que todos os empreendimentos envolvidos na pesquisa ainda estão organizados e o acesso aos seus representantes foi possível graças aos registros dos participantes das feiras (relação de inscrição) disponíveis nos arquivos da Setre. Foram realizadas nove entrevistas com representantes dos empreendimentos solidários, conforme roteiro no ANEXO I. O quadro abaixo revela o perfil das(os) entrevistadas(os):

Quadro 1 - Perfil dos membros de empreendimentos entrevistados

NOME	IDADE	SEXO	EES	MUNICÍPIO	TERRITÓRIO
Selma Porto	55	Fem.	Associação de Grupos de Economia Solidária de Palmas de Monte Alto – AGESP	Palmas de Monte Alto	Sertão Produtivo
Magda Souza de Almeida	37	Fem.	Coopertane	Salvador	RMS
Mariza Mendes da Silva		Fem.	Coopertane	Salvador	RMS
Agnaldo Dias dos Santos	60	Masc.	CriArte	Salvador	RMS
Doralice de Jesus de Souza	67	Fem.	Associação dos Artesãos do Vale do São Francisco – AAVASF	Juazeiro	Sertão do São Francisco
Neura Martins de Souza Alves		Fem.	Neura Chic Acessórios	Juazeiro	Sertão do São Francisco
Edenízio Antônio dos Santos	60	Masc.	Ass. dos Produtores Orgânicos De Conceição do Jacuípe	Conceição do Jacuípe	Portal do Sertão
Sueli Pereira Pimentel	56	Fem.	Ass. Com. dos Moradores Vila Sta. Inês	Feira de Santana	Portal do Sertão
Maria da Conceição	53	Fem.	CASP	Camaçari	RMS

Fonte: Elaboração própria com base no recorte da pesquisa de campo.

Outras fontes fundamentais para o desenvolvimento deste estudo foram as conversas e entrevistas realizadas com gestores, pesquisadores e representantes das entidades de apoio e fomento a ecosol, o que tornou possível investigar a percepção desses atores acerca das feiras na Bahia. Durante essa etapa foram feitas entrevistas, conforme roteiro no ANEXO II, com o Superintendente de Economia Solidária que estava exercendo o cargo à época, bem como com o atual, que iniciou no exercício do cargo em 2011 e passou por todo o processo de mudança e extinção da feira. Foram realizadas entrevistas também com Lara Matos, que foi a Coordenadora de Formação e Divulgação da Sesol no período estudado e Tatiana Reis, coordenadora atual. O quadro abaixo revela o perfil das(os) entrevistadas(os):

Quadro 2 – Perfil dos entrevistados da gestão pública e entidades de apoio e fomento

Continua

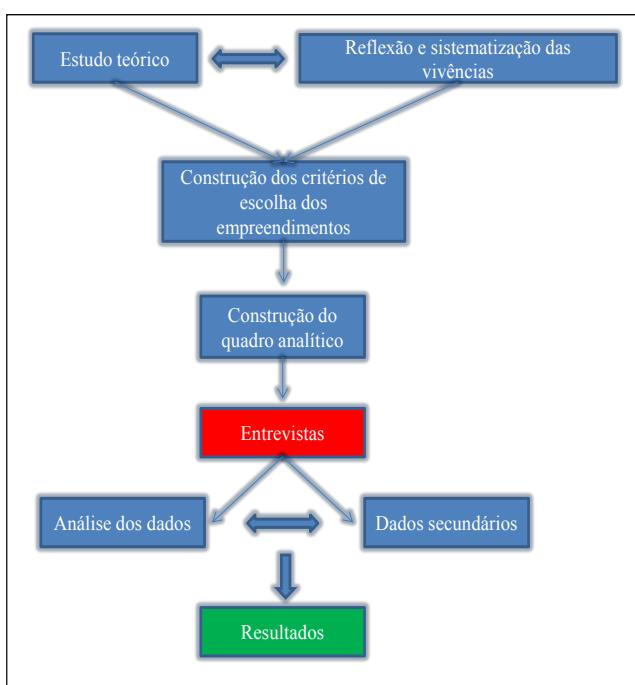
NOME	IDADE	SEXO	INSTITUIÇÃO	CARGO À ÉPOCA	CARGO ATUAL
Tatiana Reis	42	Fem.	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. SESOL/COFD	Técnica	Coordenadora de Formação e Divulgação
Helbeth Lisboa de Oliva	67	Masc.	Atualmente - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Superintendente de Economia Solidária	Técnico CAR
Milton Barbosa de Filho	53	Masc.	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.	Assessor Especial do Gabinete do	Superintendente de Economia

Lara Matos Andrade	40	Fem.	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Coordenação Vida Melhor	Secretário	Solidária
				Coordenadora de Formação e Divulgação	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Fonte: Elaboração própria com base no recorte da pesquisa de campo.

A figura abaixo demonstra a síntese das etapas do desenvolvimento do trabalho.

Figura 1 – Etapas do trabalho



Fonte: Elaboração própria a partir do fluxo seguido durante a produção do trabalho.

Organização da Dissertação

O primeiro capítulo trouxe uma contextualização sobre as condições de surgimento da economia solidária no Brasil e de que forma a organização dos atores que discutiam o tema foi avançando até a institucionalização da política no Governo Federal. A partir daí é possível conhecer a construção coletiva de uma política pública e como o apoio aos eventos foi entendido como ação basilar para o fomento à economia solidária. Ainda nesse capítulo o autor traz a importância das feiras e como o governo federal e o governo da Bahia avançaram no apoio às feiras. Ao final desse capítulo, o autor revela a pergunta de pesquisa e detalha o

método escolhido para fazê-la, além de revelar o recorte temporal, territorial e o perfil do público pesquisado.

O segundo capítulo revela o referencial teórico que embasou a pesquisa. Esse capítulo caracteriza os empreendimentos solidários, discute a relação de mercado, referencia as dimensões trabalhadas na identificação da natureza dos ganhos e revela a importância da participação da sociedade civil nas conquistas do segmento.

No capítulo três é feita uma abordagem conceitual sobre os eventos de economia solidária com destaque para as feiras, revelando sua natureza diversa a partir dos seus objetivos e atores envolvidos. Neste espaço ganham importância as atividades de comercialização, formação e articulação, indicando um entrelace entre as dimensões econômicas, políticas e sociais. Ainda nesse momento é possível conhecer a política pública do governo federal e o apoio aos eventos da economia solidária, inclusive com a criação do Programa Nacional de Apoio às Feiras de Economia Solidária, abordando sua construção participativa, suas premissas e regras para participação, bem como seus impactos sobre os eventos em todo o país.

Já o quarto capítulo traz uma abordagem sobre a experiência objeto deste estudo, que é a Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, possibilitando conhecer a história do evento, a evolução dos recursos investidos pela política pública da Bahia, incluindo ações e adaptações estratégicas que visavam fortalecer o evento. Nesse capítulo é possível visualizar alguns itens que geraram entrave e/ou situações que mereceram maiores cuidados na sua condução.

O quinto capítulo busca fazer uma descrição da metodologia proposta pelo Programa Nacional de Apoio às Feiras de Economia Solidária, a mesma adotada pelas feiras da Bahia. Este é o momento de perceber a forma de fazer as feiras de economia solidária, bem como as dimensões consideradas estratégicas desses eventos. É possível visualizar o desenho da estrutura de gestão do evento, as funções de cada participante e a descrição das atividades a serem realizadas nas feiras. Ainda nesse capítulo é possível compreender como a Bahia reaplicou tal metodologia e quais foram as dimensões destacadas durante os eventos no estado.

O sexto capítulo busca revelar a natureza dos ganhos gerados pela feira baiana e obtidos pelos empreendimentos econômicos solidários, destacando as cinco dimensões impactadas por esses ganhos. A partir das dimensões socioeconômica, sociopolítica, sociocultural,

sociotecnológica e socioambiental, o autor traz o resultado da pesquisa de campo e revela a multidimensionalidade desses ganhos.

O sétimo capítulo propõe uma Tecnologia de Gestão Social - TGS, que associa a metodologia já existente à geração de ganhos multidimensionais. O produto da TGS é uma cartilha denominada *"Feira de Economia Solidária: Uma feira, muitos ganhos"* onde é possível perceber a importância de realizar as feiras a partir dessa metodologia e, principalmente, revelar os impactos dessa metodologia sobre os ganhos gerados no evento.

O último capítulo traz as conclusões e recomendações, iniciando pelos objetivos do trabalho, passando pela mudança do cenário político no país, contribuições para a economia solidária, além de fazer recomendações de estudos futuros.

2 – Referências Teóricas

2.1 - O que é um empreendimento solidário?

Aqui é bastante importante refletir sobre o público pesquisado, afinal, o que caracteriza um empreendimento econômico solidário? Esta pergunta se fez necessária, face a urgência em compreender a natureza desses empreendimentos para buscar investigar a relevância dos ganhos em outras dimensões.

França Filho e Laville (2004) revelam cinco traços observados nesses empreendimentos, cuja natureza e origem dos recursos mobilizados refletem sua forma de gestão, a natureza das relações e sua finalidade. São eles: 1) Pluralidade de princípios econômicos, 2) Autonomia institucional, 3) Democratização dos processos decisórios, 4) Sociabilidade comunitária pública e 5) Finalidade multidimensional.

A pluralidade dos princípios econômicos é parte de uma construção de Polanyi adaptada pelos autores, para tratar da variedade de fontes de recursos mobilizadas pelas iniciativas da economia solidária e a busca pela articulação delas em torno dos empreendimentos. São considerados recursos gerados a partir das seguintes fontes: da domesticidade, quando destinada ao auto consumo; da reciprocidade a partir de trabalhos voluntários e da doação, como também na troca-dádiva; da redistribuição promovida pelo Estado através das políticas públicas, tendo como fonte financiadora a arrecadação de impostos; e da economia de mercado gerada a partir da venda de produtos e prestação de serviços. Segundo França e

Laville (2004), as iniciativas da economia solidária tendem a promover o equilíbrio entre três dessas fontes de recurso: da reciprocidade, da redistribuição e a do mercado. Indicam ainda que o princípio da reciprocidade tende a desempenhar o papel preponderante nessas iniciativas e, em casos em que as fontes do Estado e do mercado passam a ter primazia, sugerem uma tendência à descaracterização enquanto economia solidária.

Já a autonomia institucional indica a autonomia do empreendimento sobre sua gestão, como afirmam França Filho e Laville (2004, p. 168), "Isto significa reconhecer a independência de tais iniciativas em relação à possibilidade de controle por parte de outras instituições." Esta característica deve ser preservada frente as possibilidades de parcerias e outros arranjos, sejam eles em formato de assessorias ou entidades financiadoras.

A democratização dos processos decisórios revela aspectos basilares da autogestão. Segundo os autores França Filho e Laville (2004, p. 168), "[...] significa supor a existência de mecanismos de decisão interna nessas formas de organização que são coletivos ou baseados no ideal da participação democrática dos seus associados."

A sociabilidade comunitário-pública indica a forma peculiar e singular das relações criadas no âmbito do trabalho, onde aspectos profissionais se misturam aos sociais e comunitários, onde a impessoalidade nessas relações não é tolerada. A importância dada à construção dos laços entre os atores envolvidos traz à tona a finalidade desses empreendimentos e revela que o foco não está restrito ao aspecto econômico e seus princípios. Os autores afirmam ainda que :

A descaracterização de uma dinâmica de economia solidária, sob este ponto de vista, seria reflexo, seja, de um lado, da ênfase mais acentuada a um modo formal de relação do trabalho, em nome do profissionalismo inibidor de práticas comunitárias, seja, por outro lado, da ênfase sobre um padrão de relação comunitária que encerra a organização em torno dela mesma (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 168).

Por último, os autores abordam a finalidade multidimensional dessas iniciativas. Esta característica nos trouxe a perspectiva de como se dá a projeção nos espaços públicos buscando centrar-se nas questões internas ao grupo e também nos aspectos do seu entorno. Segundo França Filho e Laville (2004, p. 168), "Este critério indica que, ao lado da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política, para projetar-se num espaço público."

Tais características são indicativos de que para analisar aspectos como viabilidade, propósitos, bem como as perspectivas de ganhos a serem obtidos pelos empreendimentos durante uma feira, há que se considerar outras dimensões para além da econômica mercantil.

Ao buscar relacionar as características desses empreendimentos com a perspectiva de outras dimensões de ganhos, podemos considerar o quanto diferentes são os empreendimentos que atuam numa economia não capitalista. São empresas igualitárias e a posse é de todos; a importância dessa característica se revela não somente pelo compartilhamento igualitário dos excedentes econômicos, mas também pelo ganho no aspecto político, já que todos que nela trabalham têm o mesmo poder de decisão (SINGER, 2000). Isso trouxe para o autor deste estudo indicativos de que trabalhadoras e trabalhadores que produzem sob a lógica da economia solidária têm ganhos que vão além do financeiro desde o momento em que aderem a essa forma de produção. Para este autor, ao fazer parte de um coletivo produtivo autogestionário, a trabalhadora e o trabalhador passam a protagonizar as diversas faces e fases de um processo produtivo, provocando-os a ir além da simples repetição do trabalho manual. Nessas atividades podemos perceber que a separação entre trabalho manual e intelectual tende a desaparecer ou ser minimizada.

O olhar ampliado sobre os ganhos obtidos em uma feira se justifica também pela natureza das organizações da economia solidária, conforme perspectiva trazida por Andion:

[...] os estudos realizados sobre as organizações da economia solidária mostram que sua principal diferenciação reside no fato de atuarem ao mesmo tempo como intermediárias e articuladoras de três esferas: a social, a política e a econômica. Desta maneira, essas organizações assumem, ao mesmo tempo, funções de espaços produtivos, geradores de bens, serviços e empregos; de espaços de proximidade, geradores de socialização; e de espaços públicos, geradores de reflexão e de ações políticas (2005 p. 85).

A autora corrobora a abordagem de França e Laville, quando versa sobre as esferas de atuação desses empreendimentos, e revela que a sua natureza vai além de um espaço de geração de trabalho e renda. Essas iniciativas podem ser potenciais geradoras de outros ganhos para seus membros e para as comunidades nas quais estão inseridas, uma vez que os processos coletivos de produção, principalmente pautados pela autogestão, na maioria das vezes, promovem processos de aprendizagem, de estreitamento de laços e de empoderamento das pessoas envolvidas.

Gaiger afirma que o conceito de empreendimento econômico solidário vem sendo construído a partir da contribuição de diversos autores. O autor traz a referência de uma pesquisa

nacional da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - Unitrabalho, onde entende-se por empreendimentos econômicos solidários:

[...] empreendimentos que têm as seguintes características: primeiramente, combinam a busca de eficiência e viabilidade com o aprimoramento dos princípios cooperativos e democráticos; combinam, por outro lado, sua autonomia de gestão com uma atitude de responsabilidade e de envolvimento social; por fim, conjugam a obtenção de resultados econômicos com outros benefícios, no plano da educação, da qualificação profissional, da cultura e assim por diante (GAIGER, 2000, p. 177).

A contribuição do autor, trazida a partir da pesquisa desenvolvida pela Unitrabalho, mais uma vez afirma os diversos fins ou objetivos desses empreendimentos, reforçando ainda a importância dos resultados econômicos em igual nível com ganhos de natureza social, cultural, política, etc.

Caracterizar os empreendimentos e compreender a natureza dessas iniciativas foi fundamental para embasar uma investigação pautada na multidimensão, afinal, afirmar a importância de ganhos para além do financeiro não teria sentido para uma iniciativa pautada apenas no lucro. A natureza multidimensional dos empreendimentos solidários revela que os resultados de suas atividades estão para além dos ganhos financeiros, bem como possibilitam transformações nas relações. Esta afirmação se dá com base na constatação de que, nas atividades dos empreendimentos solidários, as relações econômicas estão imbricadas nas sociais.

2.2 - Comércio, mercado e as relações econômicas e sociais.

O autor deste estudo imergiu nos aspectos trazidos por Polanyi (2012), buscando alicerce para as discussões acerca da natureza das relações comerciais encontradas durante as feiras. A partir da discussão sobre a origem do mercado e do conceito de mercado concreto e mercado autorregulado, buscamos perceber as transformações nas relações de comércio e as influências do mercado. O autor afirma que “O comércio e o dinheiro sempre estiveram entre nós. Mas não o mercado, que é um fenômeno muito posterior” (POLANYI, 2012, p. 183). Mesmo diante da dificuldade em determinar os primórdios dessas transformações, ficou claro a necessidade de abordar os dois sentidos do mercado: o primeiro, como espaço físico - onde se realizam as compras de produtos necessários à manutenção da vida, como alimentos e outros produtos, que, em geral, por preço predeterminado; o segundo sentido de mercado,

como um mecanismo com padrão institucional, que se autorregula com o foco apenas no econômico.

É importante compreender que no *mercado concreto* se realizam encontros de pessoas para fazer trocas e, mesmo que estejam focadas em comprar e/ou vender produtos, elas se colocam em um espaço repleto de elementos fomentadores de processos de sociabilização e vivências capazes de gerar muitos outros ganhos e acúmulos. Porém, mesmo entendendo que o surgimento desse mercado tenha precedido qualquer mecanismo competitivo de troca (POLANYI, 2012), hoje se encontra nesses espaços físicos, também denominados mercado, uma relação pautada pela *oferta-procura-preço*, característica principal que diferencia o *mercado concreto* do *mercado autorregulado*. Vale destacar que a aproximação ou transformação das relações do comércio, do mercado concreto e para o mercado autorregulado, não necessariamente segue um curso natural, afinal existe uma complexidade de ambos que devem ser examinadas com cuidado. Quanto ao comércio, as relações estão enraizadas nas condições sociais com uma história e uma lógica próprias, envolvendo pessoas, mercadorias, equivalências e transações. Quanto ao mercado autorregulado, foram percebidas complexas relações psicológicas – que implicam em preços flutuantes e que controlam a oferta e até mesmo a produção – nesse mecanismo. (POLANYI, 2012).

Como já tratamos aqui, o comércio precede o mercado, porém, como traz Polanyi, em algum momento da história as relações se transformam e surge o *comércio mercantil*. É fundamental destacar que o comércio autorregulado é ainda mais recente na história, conforme afirma o autor:

Só 2 mil anos depois do primeiro mercado, considerado aqui como mecanismo facilitador da distribuição de cereais, no leste do Mediterrâneo, o sistema autorregulador de mercados formadores de preço evoluiu na Europa Ocidental e se espalhou por grande parte do globo (POLANYI, 2012, p. 184).

Aqui o autor afirma que desse “sistema” estamos falando do capitalismo liberal e que podemos datar de pós-revolução industrial. Nesse momento, as relações que, entre *comércio* e *comércio mercantil*, ainda tinham aspectos sociais imbricados com os econômicos, passam a se transformar e a negociação para aquisição de mercadorias passa a ser totalmente diferente, como afirma o autor:

Nele, a terra e a mão de obra são alocados pelo mecanismo de oferta-procura-preço; arcar com os riscos torna-se uma função do mercado; os

mercados passam a ofertar dinheiro e crédito, assim como todos os complexos serviços típicos da atividade bancária (POLANYI, 2012, p. 184).

É bem importante fazer uma observação trazida pelo autor, quanto ao sentido institucional do mercado, afirmando que se caracteriza por uma conjunção de elementos definidos, chamados elementos de mercado. São eles: um local fisicamente existente, mercadorias disponíveis, um grupo ofertante, um grupo demandante, costumes ou leis e equivalências (POLANYI, 2012). Portanto, pode-se afirmar que o mercado implica no sentido operacional da troca, entendido como movimento de ida e vinda de mercadorias. Ainda segundo o autor, sempre que esses elementos se reúnem em torno de um mecanismo de oferta-procura-preço, estes estão pautados em um mercado formador de preços, porém, “Se isso não ocorrer, o encontro dos grupos ofertante e demandante, efetuando trocas por meio de equivalências fixas, estabelece um mercado não formador de preços.”. (POLANYI, 2012, p.186)

A busca deste estudo na produção de Polanyi revelou a transformação das relações comerciais e como o advento do mercado autorregulador veio transformando a vida. “A economia liberal, essa primeira reação do homem à máquina, foi uma ruptura violenta com as condições que a precederam.” (POLANYI, 2012, p. 211). Com essa nova economia surgiu uma nova sociedade, onde terra e trabalho, ou seja, a natureza e o ser humano se transformaram em mercadoria. Um sistema onde o trabalhador vende a sua força de trabalho em troca de salário, o patrão contrata para produzir e obter lucro e os banqueiros emprestam dinheiro e enriquecem com a prática dos juros, transformou as motivações econômicas na base do funcionamento do sistema, fazendo os seres humanos acreditarem que são seres exclusivamente econômicos, competitivos e individualistas, levando-os à desconsiderar a esfera social nas relações de comércio e mercado.

Uma contribuição decisiva trazida pelo autor trata da *pluralidade dos princípios econômicos*, já proposta como uma das características dos empreendimentos econômicos solidários abordadas por França e Laville. Ainda segundo Polanyi (2012, p. 48), “Reducir o âmbito do econômico especificamente aos fenômenos de mercado é eliminar a maior parte da história humana.” A partir das características dos empreendimentos solidários, das particularidades das feiras e dos métodos utilizados na construção do evento, analisar essas iniciativas com o olhar apenas nos indicadores do mercado significa deixar de identificar uma parte bastante significativa dos seus resultados, aqui chamados de ganhos.

Investigar a produção dos autores citados neste item trouxe contribuições fundamentais para a percepção das relações de mercado. Ora, se estamos tratando de uma feira, como não falar nas relações de mercado? E de qual mercado estamos falando? Trazer a clareza sobre as transformações das relações que envolveram o comércio, o mercado e o mercado autorregulado embasou a construção do estudo sobre as relações vivenciadas durante as feiras. Sim, estamos falando de mercado. Sim, estamos falando da relação *oferta-procura-preço*. Sim, temos o encontro de grupos *ofertantes* e *demandantes*. Porém, é preciso destacar que não constatamos relação de exploração do trabalho; não encontramos a ameaça da fome como motivador ou elemento de pressão por parte do patrão sobre os trabalhadores e trabalhadoras; não constatamos o estímulo ao consumo desenfreado; não encontramos a busca exclusiva pelo lucro; entre outras práticas típicas do mercado autorregulado.

O autor Henrique Wellen faz uma dura crítica aos pesquisadores do campo da economia solidária, afirmando que tal corrente defende um retorno às práticas de um mercado de outros tempos e faz, ainda, uma defesa acerca da finalidade das trocas, afirmando que "É impossível que uma economia estruturada pela produção de mercadorias que encontra sua expressão nas relações de troca presentes no mercado, destine sua finalidade ao bem-estar dos homens". (WELLEN, 2012, p. 296). Ora, aqui cabe uma observação com relação ao pensamento do autor, afinal, tal afirmação versa sobre o sistema vigente e não exclusivamente sobre as feiras. A presente pesquisa não pretende afirmar um tipo de ganho e negar outro, pois, a construção do pensamento aqui vem sendo embasada pela natureza diversa dos empreendimentos, das feiras e seus métodos, partindo para a investigação sobre os tipos de ganhos. Diante da diversidade dos atores envolvidos, dos objetivos do evento estudado e da metodologia utilizada na sua construção, quais foram os ganhos gerados nesse universo? Portanto, não se trata de destinar a finalidade das relações comerciais e/ou mercantis a um recorte específico, pois, este estudo caracteriza-se pela verificação dos ganhos multidimensionais.

2.3 - A multidimensionalidade dos ganhos

Em Bullosa e França Filho (2015) buscou-se as diversas dimensões observadas durante a avaliação realizada em empreendimentos econômicos solidários envolvidos no Projeto Vencer Juntos², quando os autores abordam a necessidade de ressignificar o conceito de ganho e

² O Vencer Juntos é um projeto não-governamental que financiou e apoiou iniciativas de geração de renda em comunidades com baixo IDH, por meio de fundos rotativos solidários. Realizado em parceria com a Pastoral da

considerar suas múltiplas dimensões entre fatores econômicos e não econômicos. Assim, foram abordadas as seguintes dimensões:

- 1) socioeconômica, que avalia a forma de geração e mobilização de recursos pelos empreendimentos;
- 2) sociopolítica, que avalia os processos autogestionários e a busca por articulação entre seus membros e com outros parceiros;
- 3) sociocultural, que avalia o nível de envolvimento e sentimento de pertencimento dos membros, principalmente sobre os princípios da cooperação e da solidariedade;
- 4) sociotecnológica, que observa os processos de geração de saber formais e não formais que ocorrem durante suas atividades;
- 5) socioambiental, que avalia o nível de integração com o meio ambiente e a sua consciência sobre os impactos da sua atividade.

Foi a partir dessas cinco dimensões que o autor deste estudo buscou observar os ganhos gerados durante as feiras, compreendendo ter total adesão às orientações postas pela metodologia de construção dos eventos e, portanto, aos ganhos percebidos durante a sua construção.

É importante destacar que, apesar de buscarmos verificar outras dimensões de ganhos durante as feiras, este estudo não pretende indicar qual desses ganhos é mais importante, afinal, a multidimensionalidade está arraigada nas características e na natureza das iniciativas de economia solidária. Tal observação indica que em nenhum momento este estudo pretendeu negar a importância dos ganhos financeiros.

Ao visitar as críticas feitas pelo autor Henrique Wellen, percebemos uma afirmativa sobre a economia solidária e a negação do mercado. Segundo o autor “A mistificação está em achar que alguma parte do mercado, por mais isolada que seja, vai estar ausente de determinações capitalistas e, por isso, não subsumida à busca por lucratividade” (WELLEN, 2012, p. 303). A contribuição do autor é bastante importante, dada à hegemonia da lógica mercantil e, a partir dessa compreensão, este estudo contemplou a relação com o mercado, bem como destacou a

Criança e sob o contexto institucional da Fundação Grupo Esquel do Brasil, este projeto, criado em 2003, financiou mais de 700 projetos de geração de renda, atuando em sete estados federativos, onze setores/dioceses e mobilizando mais de 2.600 famílias.

importância dos resultados das vendas e dos ganhos financeiros. Porém, mesmo pesquisando um evento denominado *feira*, o autor investigou a geração de outros ganhos. Neste estudo, apesar de ter versado em algum momento sobre a questão, não foi aprofundado o debate sobre a proposta da economia solidária e qual a sua posição entre se colocar como alternativa e atuar nos interstícios de uma economia capitalista, ou se contrapor ao capital.

Diante disso, o autor deste estudo buscou se orientar por correntes de pensamento que compreendem a proposta da economia solidária, conforme trecho abaixo:

A economia solidária não constitui uma nova forma de economia que viria acrescentar-se às formas dominantes de economia mercantil e não mercantil. Pela sua existência, ela constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economias mercantil, não mercantil e não monetária [...] (SINGER, apud FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 7-8).

Portanto, a referência utilizada para caracterizar os empreendimentos econômicos solidários, trazida por França e Laville, apontando a pluralidade dos princípios econômicos como uma das características dessas iniciativas, também será utilizada para embasar a compreensão acerca dos ganhos na dimensão socioeconômica, uma vez que, nessa dimensão, foram obtidos ganhos mercantis (a partir das vendas), não mercantis (a partir dos recursos do Estado) e não monetários (a partir das trocas).

Estas referências nortearam a presente pesquisa, uma vez que, diante de uma hegemonia do princípio econômico de mercado, as abordagens acerca da viabilidade dos empreendimentos e/ou dos eventos de economia solidária, como as feiras, tendem a se orientar pelo indicador monetário e não revelam ganhos de outra natureza.

Diante desse espectro amplo de possibilidades de ganho, é preciso considerar o conceito de sustentabilidade, buscando observar as instâncias que tratam para além dos princípios econômicos.

Segundo REIS,

O significado do termo sustentabilidade, portanto, relaciona-se com a ideia de sobrevivência, de manutenção e de conservação, e também com a noção de amparo, de fortificação e de equilíbrio. [...] tal ideia se relaciona com o equilíbrio, entre as espécies, de forma que a sobrevivência do ecossistema depende das inter-relações e interconexões feitas entre os seres vivos e os recursos naturais. Estas conexões e inter-relações, operadas em equilíbrio, são fundamentais para a conservação da vida (2005, pag. 91).

A autora versa sobre equilíbrio e inter-relações como fundamentais para a manutenção e conservação da vida e, entendendo que uma das orientações da economia solidária está calcada sobre a égide do bem viver, o estudo segue considerando fatores diversos e seus impactos sobre a vida desses homens e mulheres que atuam sob a lógica da ecosol.

Esta parte dos estudos revelou algo primordial para a pesquisa proposta: a possibilidade de abordar os ganhos considerando a sua pluralidade. Uma vez abordadas as iniciativas do campo da economia solidária, com foco em um evento denominado *feira* e na sua metodologia, logo surgiu a necessidade de ampliar o olhar acerca dos seus resultados. A referência trazida por Bullosa e França Filho trouxe um norte fundamental, pois, além de ampliar as dimensões, estas, se associaram diretamente às dimensões estratégicas previstas na metodologia da feira.

2.4 - Os eventos de economia solidária: a participação e o controle social

O autor deste estudo buscou pesquisar sobre a influência da participação da sociedade civil na construção e consolidação dessas iniciativas a partir de Andion e seu estudo publicado em 2005, entendendo ter sido fundamental no processo de surgimento, organização e fortalecimento da economia solidária no Brasil. Segundo a autora: “O fortalecimento da sociedade civil é um fenômeno central para a compreensão do surgimento e da legitimação da chamada economia solidária em diferentes países” (ANDION, 2005, p. 82). Esse fenômeno pôde ser percebido no Brasil, não só durante a construção do documento que pautou a equipe de transição para o governo do Luis Inácio Lula da Silva, durante o III Fórum Social Mundial como já citado anteriormente, mas também a partir da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, dos fóruns estaduais, da realização das plenárias e conferências.

Os documentos gerados nos eventos do segmento também serviram como fonte de pesquisa, afinal, outra etapa importante para o processo de consolidação da ecosol no país foram as edições de 2006, 2010 e 2014 da Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES. Um importante espaço de debate com os governos nas três esferas e com diversos setores da sociedade civil que, em três edições, revelou em seus documentos a importância de temas como a comercialização, a formação, o apoio aos eventos, o marco legal e a criação de sistemas de informação sobre o segmento, como ações fundamentais para o fortalecimento da ecosol.

Diante dos temas destacados nos documentos da CONAES, podemos perceber o potencial das feiras no processo de fortalecimento das iniciativas da economia solidária, entendendo que diante de um evento com dimensões estratégicas diversas é possível contemplar algumas das demandas em um único espaço ou momento. Durante as feiras é possível perceber um processo efetivo de formação, de comercialização e articulação entre os atores ligados ao segmento.

3 - As feiras de economia solidária

Os eventos de Economia Solidária são encontros que têm como finalidade reunir os atores envolvidos na construção dessa outra economia, para que juntos possam definir as bases da consolidação do movimento no cenário do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. Nesses espaços ocorrem intensas atividades políticas, econômicas e sociais, de forma coletiva e participativa, sendo, portanto, uma ação fundamental para o desenvolvimento e compartilhamento dos seus princípios e práticas.

Um dos eventos que ganha destaque no segmento são as feiras de economia solidária, que se configuram como espaços de exposição e comercialização de produtos, porém, não estão restritas a estas atividades. Este espaço também se constitui pela realização de apresentações culturais e artísticas da cultura popular, de informação e formação política em economia solidária, articulação de cadeias produtivas, bem como divulgação e estímulo do consumo ético, justo e solidário. (BRASIL, Cartilha 1, Série: Feiras de Economia Solidária, 2006). Portanto, este espaço se configura pela diversidade de atores, encontros e atividades, que constituem um cenário capaz de promover dimensões econômicas, culturais e políticas. Um espaço que reúne representantes de empreendimentos econômicos solidários do meio rural e urbano, representantes do Poder Público e entidades de apoio e fomento, além dos consumidores que, uma vez nesses espaços, têm a oportunidade de construir laços e refazer relações de consumo.

A natureza diversa das feiras está presente na conceituação trazida por Amorim:

As feiras se constituem em espaços para trocas solidárias de informações e de saberes; rodadas de negócios; apresentações culturais; avanço conceitual e difusão de uma economia centrada no cuidado e no respeito humano; bem

como espaços de integração e articulação de EES, instituições governamentais e entidades de assessoria, apoio e fomento à economia solidária (2011, p. 8).

Diante dessa diversidade de acontecimentos, esses eventos também se configuram como uma das formas de organização do segmento, uma vez que a construção desses espaços já revela um processo coletivo onde é possível vivenciar os princípios e práticas dessa outra economia em diversos momentos. Reunir atores e suas variadas representações, debater interesses, executar tarefas e discutir seus impactos sobre a estrutura necessária para a boa execução do evento, são fases que exigem um nível de articulação e organização bastante apurados. Portanto, o evento se configura como um espaço efetivo da comunhão entre teoria e prática, colaborando com um processo importante de transformação da sociedade, pois “Hoje vivemos um problema complicado, uma discrepância entre teoria e prática social que é nociva para a teoria e também para a prática.” (SANTOS, 2007, p. 20). Uma vez integradas, teoria e prática alicerçam o processo de transformação da sociedade.

Durante as feiras os atores envolvidos buscam avançar na construção de uma economia centrada no ser humano e para tanto, se faz necessário promover as diferentes iniciativas solidárias, refletir sobre os impactos do consumo, fortalecer a articulação institucional entre o Estado e organizações da sociedade civil, promover a integração de redes de empreendimentos e de consumidores solidários, além de intensificar os processos de construção do saber e efetivar a comercialização de produtos. Todas essas tarefas reunidas em um só evento possibilitam uma reflexão acerca da natureza da iniciativa, afinal, um evento destinado apenas à comercialização ou exposição de produtos, que pauta o seu sucesso a partir do volume de vendas, não alcançaria tamanha diversidade.

3.1 - A política pública nacional

Como já citado anteriormente, em 2002 se inicia uma articulação entre equipe de transição e representantes dos movimentos que discutiam a economia solidária no Brasil, buscando garantir uma política voltada para o segmento no novo governo que iniciaria em 2003. Segundo o documento *Avanços e Desafios para as Políticas de Economia Solidária no Governo Federal - 2003/2010*, gerado a partir da avaliação dos oito anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária, aconteceu nos dias 09 e 10 de dezembro de 2002, em São Paulo, a I Plenária de Economia Solidária, quando estiveram reunidas cerca de 200 pessoas

concentradas em discutir uma agenda de interesses do movimento. Já em janeiro de 2003, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, foi realizada a II Plenária Nacional de Economia Solidária, quando foi anunciada a criação da Senaes. Passados cinco meses, em junho de 2003, a secretaria foi instituída e o Conselho Nacional de Economia Solidária criado, com a publicação da Lei 10.683 de 28 de maio de 2003, com base no Decreto n.º 4.764, de 24 de junho de 2003. Esse fato, que representa uma grande conquista para as trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária, se deu no mesmo dia em que acontecia a III Plenária de Economia Solidária, quando foi criado também o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

A criação da Senaes possibilitou a instituição de ações voltadas ao fortalecimento da ecosol, garantindo recurso através do *Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, no Plano Plurianual 2004 - 2007* do Governo Federal. A partir daí, os gestores da pasta passaram a articular novos parceiros, a exemplo da Fundação Banco do Brasil, o então Ministério da Ciência e Tecnologia, através da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, universidades e o Instituto Marista de Solidariedade, para possibilitar uma boa execução dos recursos e efetivar as ações.

Durante os anos de 2004 e 2007, a política pública de economia solidária avançou e buscou consolidar o apoio ao segmento. A partir do relatório de avaliação da Senaes, já citado neste estudo, identificamos que foi possível executar ações de formação em “Economia Solidária, Políticas Públicas e Desenvolvimento Solidário” para servidores das então Delegacias Regionais do Trabalho (DRT), de governos municipais, estaduais e federais que atuam em programas de apoio à Ecosol; de formadores, agentes e lideranças da Ecosol; implantar do Plano Setorial de Qualificação em Economia Solidária (PLANSEQ Ecosol); apoiar projetos de empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão; apoiar as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC); implantar o projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES), depois chamado de “Brasil Local”; realizar o primeiro mapeamento da Ecosol no Brasil (2005 - 2007), com a implantação do Sistema de Informação da Economia Solidária - SIES; realizar a Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização da Economia Solidária no Brasil: “Outra Economia Acontece”; apoiar os Bancos Comunitários de Desenvolvimento; e o Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária.

3.2 - O Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária

Diante dessa gama de ações desenvolvidas pela política pública nacional, este estudo buscou destacar a implantação do Programa Nacional Fomento às Feiras de Economia Solidária, em 2005, que apoiou eventos de organização da comercialização em feiras estaduais, nacionais e internacionais, muitas vezes, inclusive em seus documentos e relatórios, denominadas “feiras em rede”. Este programa contou com recursos financeiros da Ação de Promoção do Consumo Responsável e Comércio Justo (PPA 2004/2007) e teve a execução garantida a partir de um diálogo entre o Departamento de Fomento (SENAES/MTE), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e o Instituto Marista de Solidariedade (IMS). Aqui vale destacar que, graças a experiência do IMS em execução de projetos e a sua atuação no apoio às feiras de economia solidária em Minas Gerais, o Fórum Brasileiro fez o convite para a instituição executar o Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária, operando recursos repassados pela Fundação Banco do Brasil.

Ao consultar o relatório de avaliação do programa foi possível perceber que a sua criação se deu a partir da busca pelo fortalecimento e ampliação dos espaços de comercialização, porém, destacou-se também o caráter formativo do espaço feira e suas possibilidades de promover trocas de experiências e fortalecer os processos de organização das trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária. A seguir, observou-se o objetivo do Programa destacado do relatório de avaliação:

O principal objetivo do Programa era contribuir para a visibilidade e promoção da comercialização direto dos produtos, bens e serviços dos EES. Além de estimular o consumo consciente, fomentando e fortalecendo redes de empreendimentos e entidades de apoio à economia solidária, bem como a ampliação da produção, da comercialização e do faturamento dos EES, contribuindo consequentemente para o aumento da renda média dos(as) trabalhadores(as) (Relatório de Avaliação do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária, 2009).

Ainda que o trecho acima tenha destacado a comercialização e o aumento na renda média das trabalhadoras e trabalhadores, o documento reconhece outras dimensões das feiras, destacando o resgate das relações entre produtores e consumidores, além de afirmar sua constituição enquanto espaço de trocas solidárias, de integração, de articulação de empreendimentos, instituições governamentais e entidades de apoio e fomento à ecosol.

Compreendendo a importância do programa, a complexidade em executar ações em diversos estados e municípios, além da pluralidade no arranjo institucional, para assegurar uma boa

estruturação e execução do projeto a SENAES, o IMS e o FBES propuseram a criação dos seguintes documentos:

- Termo de Referência para servir como subsídio para apresentação das propostas para realização de feiras enviadas pelas respectivas comissões organizadoras;
- Modelo único de Plano de Trabalho e Cronograma Físico-Financeiro para os estados enviarem suas propostas;
- Organização de um calendário nacional de feiras de economia solidária;
- Elaboração de identidade visual nacional;
- Produção de materiais promocionais, informativos e/ou pedagógicos sobre o tema;
- Distribuição da Campanha Nacional de Mobilização – economia solidária: outra economia acontece;
- Pesquisa de Avaliação de Feiras de Economia Solidária (PAFES) composta por formulários para aplicação junto aos empreendimentos econômicos solidários (EES), expositores, entidades de assessoria e fomento e público visitante, bem como;
- Formulário de Sistematização da Feira com informações quantitativas e qualitativas;
- Presença do(a) interlocutor(a) estadual de feira que contribuiu com os processos locais

Além de promover:

- Difusão do conceito de feira de economia solidária;
- Acompanhamento e/ou articulação junto aos atores e atrizes envolvidos(as) para articular e/ou fortalecer a economia solidária.

Fonte: Relatório de Avaliação do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária

Um momento de congregação entre diversos atores das mais diversas representações que atuam na economia solidária, as feiras têm uma característica bastante rica que é o espaço de debates que se constitui na sua construção. Nesses espaços, onde opiniões e posicionamentos divergentes estão presentes, a busca pelo consenso se faz necessária e o respeito às decisões coletivas é fundamental, afinal, esse processo, característico das feiras de economia solidária, possibilita que a sua realização gere novos saberes aos envolvidos, revelando a natureza pedagógica das feiras.

Ao verificar as características de uma feira de economia solidária, segundo o Termo de Referência do programa, percebeu-se a peculiaridade desse evento, conforme trecho a seguir:

1. Protagonismo dos empreendimentos na construção, divulgação, execução e avaliação da feira;
2. Espaço de exposição e comercialização de produtos e serviços dos empreendimentos de economia solidária e da agricultura familiar;
3. Espaço para rodadas de negócios entre os expositores e os diversos compradores;
4. Espaços de formação e informação aos participantes dos empreendimentos por meio de oficinas temáticas;

5. Espaço de estímulo e divulgação do Consumo Responsável dos produtos e serviços em exposição;
6. Exemplo de inclusão efetiva de responsabilidade ambiental em todas as dimensões da feira;
7. Espaço de divulgação das ações das várias instituições (governamentais ou não) e grupos da economia solidária;
8. Espaço de difusão conceitual e filosófica da economia solidária para o público em geral;
9. Espaço para a realização de atividades artísticas e culturais por atores e atrizes oriundos dos movimentos organizados de cultura popular regional, economia solidária e agricultura familiar;
10. Espaço de realização de atividades de trocas solidárias com uso de moedas sociais;
11. Espaço de fomento e divulgação da organização de cadeias produtivas e redes de economia solidária e agricultura familiar;
12. Espaço de lazer e integração dos produtores e visitantes.

As características listadas acima já revelam que não se trata apenas de um evento destinado a compra e venda de mercadoria, afinal, percebe-se que a construção coletiva, o protagonismo dos empreendimentos, a promoção da difusão conceitual e filosófica, além da valorização da economia solidária e da agricultura familiar, dão conta de promover outras dimensões para além da dimensão econômica do evento. Para confirmar essa multidimensionalidade do evento, o Termo de Referência reafirma a importância estratégica de cinco dimensões:

- A dimensão econômica traduz-se em ser um espaço de comercialização, tanto para consumidores diretos como entre empreendimentos, e no fechamento de negócios para além do evento. Com isso, contribuem, por um lado, para ampliar os canais de comercialização e estimular a fidelidade do consumo dos produtos da Economia Solidária e Agricultura Familiar, e por outro, resgatar a relação personalizada entre produtores(as) e consumidores(as);
- A dimensão de fortalecimento da organização dos empreendimentos da Economia Solidária, estes eventos contribuem na organização por ramos de atividade, por redes de colaboração solidária, por cadeias e sistemas produtivos, e entre estes, na perspectiva de fortalecer a organicidade política e econômica da Economia Solidária em sua base territorial;
- A dimensão da divulgação traduz-se na ampliação do conhecimento do conceito de Economia Solidária (seus princípios, valores, plataforma, produtos, serviços e localização para futuros negócios) para um público cada vez mais amplo no âmbito de realização dos eventos. Os eventos têm uma identidade visual nacional que favorece a divulgação, bem como fortalecimento da Campanha: Economia Solidária: outra economia acontece;
- A dimensão de formação concretiza-se tanto na realização de oficinas, plenárias, reuniões e seminários com as diversas temáticas técnicas e políticas, quanto na própria preparação e execução das feiras, em rede, com forte protagonismo dos atores envolvidos: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e gestores públicos;

- A dimensão ambiental manifesta-se na preocupação com relação aos impactos do evento durante a sua organização e realização, que perpassa o uso de materiais não descartáveis, existência de sistemas de coleta e reciclagem, fechamento de ciclos de uso de água, a minimização do uso de embalagens, produtos químicos entre outros.

É bem importante observar a relação das dimensões estratégicas apontadas pelo Termo de Referência, com as dimensões trazidas por Bullosa e França Filho – conforme referencial teórico – cabendo apontar as semelhanças. O Termo de Referência indica a dimensão econômica e dá ênfase à comercialização, mas não deixa de abordar a importância do resgate da relação entre produtor(a) e consumidor(a). Este ponto pode ser associado à dimensão socioeconômica, uma vez que aborda os aspectos mercantis, não mercantis e não monetários. Já a dimensão trazida pelo termo, que trata do fortalecimento da organização dos empreendimentos, pode ser associada à dimensão sociopolítica – trazida pelo referencial teórico – que versa sobre a capacidade de auto-organização ou auto-instituição do empreendimento. Na dimensão da divulgação, tratada pelo termo de referência, identificou-se a associação direta à dimensão sociocultural trazida por Bullosa e França Filho. O termo faz referência também à dimensão da formação, o que no referencial teórico foi trazido como dimensão sociotecnológica e trata da capacidade de gerar e socializar saberes. Já a dimensão ambiental trazida pelo termo, é abordada diretamente pelo referencial teórico como dimensão socioambiental, versando sobre os aspectos humano e ambiental.

3.3 - Os impactos do programa no Brasil

O Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária foi lançado em 2005 e, conforme já citado neste estudo, teve como meta a realização de 16 eventos estaduais. Porém, 18 estados apresentaram projetos e realizaram as feiras já no segundo semestre do mesmo ano. Vale destacar que a realização desses eventos teve impacto bastante importante nas discussões acerca da economia solidária, uma vez que, com a obrigatoriedade da participação de empreendimentos urbanos e rurais, o tema se interiorizou e alcançou muitos rincões no país. Trabalhadoras e trabalhadores associados, a partir da apropriação dos temas debatidos durante o evento, passaram a fortalecer suas organizações, inclusive com registro de criação de fóruns regionais, como aconteceu em Santa Catarina.

Quadro 3 – Dados das Feiras de Economia Solidária no ano de 2005

Região	Unidade da Federação (UF)	Total de Feiras por Região
Norte	Acre Pará Rondônia Tocantins	04
Nordeste	Alagoas Bahia Ceará Pernambuco Piauí Rio Grande do Norte Sergipe	07
Sudeste	Espírito Santo Rio de Janeiro	02
Sul	Paraná Santa Catarina Rio Grande do Sul	03
Centro-Oeste	Distrito Federal Goiás	02
Total de Feiras Estaduais em 2005		18

(Tabela extraída do relatório de avaliação do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária)

O ano de 2006 foi bastante expressivo para o Programa, quando houve uma reestruturação, inclusive com ampliação dos recursos, levando o programa a 26 feiras estaduais, além do apoio à uma feira internacional, que aconteceu durante a Feira MERCOSUL em Santa Maria – RS. Nesse ano ainda aconteceu também uma feira nacional em parceria com a 1ª TEIA³, denominada Mostra de Cultura e Economia Solidária, na Bienal do Ibirapuera, em São Paulo, além de uma feira temática em comemoração dos 25 anos de Economia Popular e Solidária da Cáritas Brasileira. Portanto, o Programa conseguiu apoiar 29 feiras e, com base no documento de avaliação do Programa, envolveu 3.595 (três mil, quinhentos e noventa e cinco) EES expositores e 755.530 (Setecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e trinta) visitantes.

No ano seguinte, em 2007, o Programa apoiou 24 feiras estaduais e duas internacionais (III Feira de Economia Solidária do Mercosul, em Santa Maria – RS, e a I Feira Panamazônica de Economia Solidária, em Rio Branco – AC), com a participação de 3.198 (três mil, cento e noventa e oito) EES expositores e 304.950 (trezentos e quatro mil, novecentos e cinquenta) visitantes. Durante esse mesmo ano, o Programa teve uma mudança de nome que, segundo o seu relatório, trouxe “[...] a essência da economia solidária, da solidariedade, do compromisso com o bem comum, com o meio ambiente e com o bem viver [...]”, passando a ser

³ Encontro Nacional dos Pontos de Cultura, parte da política desenvolvida pelo Ministério da Cultura no período estudado.

denominado *Programa de Promoção do Comércio Justo e do Consumo Consciente: feiras em rede de economia solidária e agricultura familiar no Brasil*.

O Programa executou recursos previstos no PPA 2004 - 2007, porém, utilizando recursos de 2007, ainda foi possível apoiar a IV Feira de Economia Solidária do Mercosul, que aconteceu em 2008. O evento que acontece em Santa Maria - RS teve durante esse ano a participação de 785 (setecentos e oitenta e cinco) expositoras e expositores, com um público estimado em 120.000 (cento e vinte mil) visitantes.

As feiras de economia solidária realizadas durante esse período (2005 - 2008) apoiadas pelo programa cumpriram seu papel na promoção da comercialização e da divulgação dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários, na realização de encontros entre os atores do segmento, na aproximação entre consumidoras(es) e produtoras(es), além do importante processo de formação dos seus membros e de articulação e fortalecimento das organizações envolvidas. Mesmo diante dessas conquistas durante as feiras, vale ressaltar que, cumprindo seu papel multidimensional, os espaços das feiras foram fundamentais na promoção do debate acerca de outros temas de interesse local ou nacional, como a promoção da igualdade racial, de gênero, de geração, além das questões que envolvem povos e comunidades tradicionais, entre outros temas.

Ao refletir sobre as possibilidades geradas numa feira de ecosol e o número de participantes nos eventos realizados no período do programa, podemos afirmar que se trata de um importante instrumento de fomento à Economia Solidária e de amplo impacto territorial. Vejamos tabela abaixo:

Quadro 4 - Quadro de participantes das feiras no Brasil

Continua

Região	Unidade da Federação – UF	Total de EES nas feiras 2005/2008
Região Norte	Acre	450
	Amapá	53
	Amazonas	120
	Pará	70
	Rondônia	80
	Roraima	72
	Tocantins	330
Região Nordeste	Alagoas	129
	Bahia	315
	Ceará	739
	Maranhão	107
	Paraíba	170
	Pernambuco	368

	Piauí	150
	Rio Grande do Norte	306
	Sergipe	237
Região Sudeste	Espírito Santo	215
	Minas Gerais	326
	Rio de Janeiro	177
	São Paulo	132
	Paraná	208
	Santa Catarina	376
Região Sul	Rio Grande do Sul	440
	Distrito Federal	307
	Goiás	268
	Mato Grosso	164
Feiras Nacionais e Internacionais*	Feiras Nacionais	520
	Feiras Internacionais	2.032
	Feiras Temáticas	50
Total geral - 2005/2008		8.911 (EES expositores)

*Somente a feira de Santa Maria /RS teve apoio do Programa no ano de 2008.

Fonte: Tabela extraída do relatório de avaliação do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária

Cabe destacar que os dados acima referem-se apenas ao número de empreendimentos econômico solidários participantes, o que não revela o universo de atores envolvidos nas feiras, uma vez que os eventos contam com a participação de EES, poder público e entidades de apoio e fomento à economia solidária, além da expressiva participação do público visitante, que de forma geral também vivencia outras experiências durante as feiras.

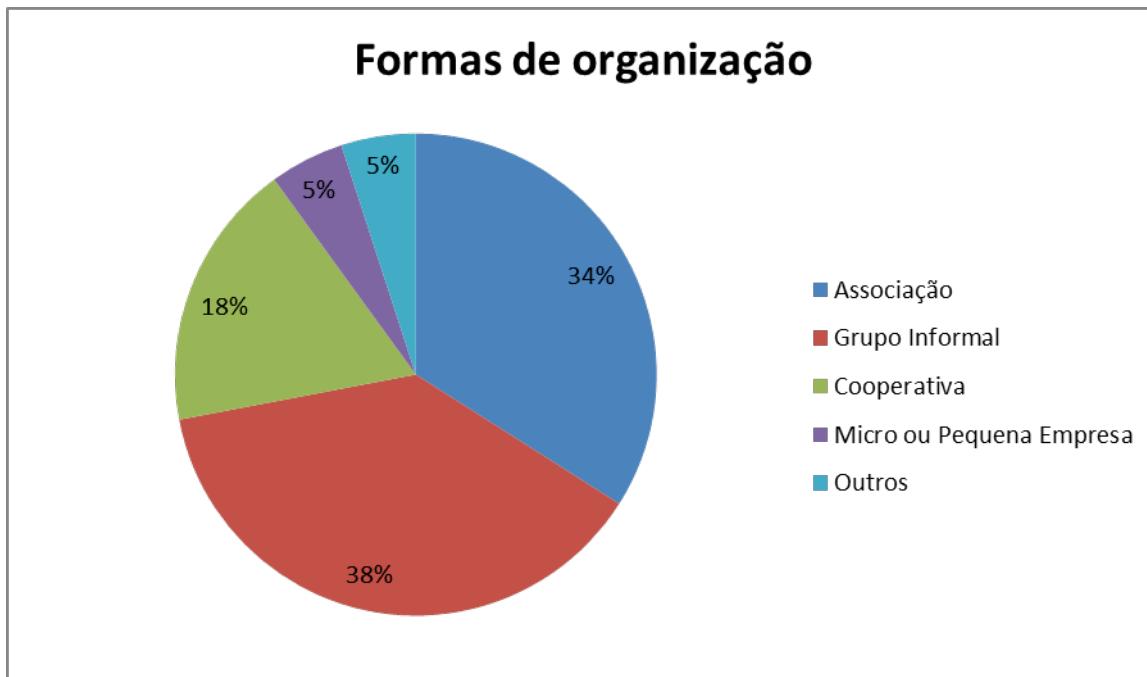
Sabendo que os empreendimentos econômicos solidários têm configuração diversa, inclusive se apresentando como grupo informal e sem natureza jurídica, para traçar o perfil dos participantes das feiras apoiadas pelo programa buscou-se a definição dessas iniciativas também no Termo de Referência do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário⁴ onde conceitua da seguinte forma:

Empreendimentos Econômicos Solidários (EES): são organizações coletivas, supra-familiares, cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades assim como a distribuição dos resultados, incluindo empreendimentos que estão em processo de implantação, e com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real ao registro legal; [...] (BRASIL, Termo de Referência do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, 2006).

Portanto, partindo dessa definição, buscou-se compreender a representação gráfica abaixo que revela a diversidade organizacional dos participantes das feiras:

⁴ Instituído pelo Decreto 7.358 de 17 de novembro de 2010, com o objetivo de coordenar as ações do Governo Federal voltadas ao reconhecimento de práticas de comércio justo e solidário e à sua promoção.

Figura 2 – Formas de organização



Fonte: elaboração própria com base nos dados do relatório de avaliação do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária

Apesar do gráfico acima chamar a atenção para o grande número de grupos informais e associações, o que mais causa estranhamento ao autor deste estudo é a presença de Micro ou Pequena Empresa. O estudo não aprofunda essa questão, porém, vale fazer uma breve reflexão acerca dos empreendimentos que, no afã pela formalização, acabam optando pela via da Micro e Pequena Empresa ou, nos tempos atuais, pelo Micro Empreendedor Individual – MEI. É provável que este dado constante no gráfico revele a participação desses empreendimentos.

O Programa Nacional de Apoio às Feiras de Economia Solidária instrumentalizou os atores do segmento, sejam eles representantes da sociedade civil ou do poder público, para construir uma feira de economia solidária de acordo com o que foi pactuado com as mais diversas representações do movimento da economia solidária. Termo de Referência, cartilhas e editais que selecionaram projetos de apoio às feiras, orientaram os eventos em todo o processo e norteou milhares de atores sociais que estiveram envolvidos na construção desses espaços. Assim como aconteceu em diversos estados da federação, representantes da Bahia contribuíram para construção dessas orientações e construiu suas feiras conforme pactuado.

4 - A experiência da Bahia, seus avanços e desafios.

4.1 - A Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar

A primeira edição dessa feira aconteceu em 2005, quando ainda não existia uma instituição no Governo do Estado da Bahia que tivesse a economia solidária destacada nas suas ações. Porém, já estava sendo executado pela SENAES o programa de apoio às feiras e o evento da Bahia contou com aporte de recursos e suporte metodológico. Já em 2006, ano da primeira CONAES, o Fórum Baiano de Economia Solidária demandou o governo estadual, através da Secretaria do Trabalho e Assistência Social – Setras (órgão que executava as políticas do trabalho à época), construindo o processo de convocação da conferência estadual e os investimentos públicos na estruturação do evento. A partir dessa relação inédita até aquele ano, o movimento de economia solidária passou a contar com o apoio do órgão estadual no sentido de estruturar melhor a feira.

O ano de 2006, mesmo não fazendo parte do recorte do estudo, foi fundamental para revelar a importância das feiras de economia solidária. Durante a feira desse ano o Fórum Baiano de Economia Solidária produziu um documento contendo as propostas da sociedade civil, onde representantes de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, entidades de apoio e fomento, além de representantes de organizações não governamentais registraram as diretrizes para a legitimação de um espaço da economia solidária na instância governamental, onde fosse possível atender as demandas de trabalhadoras e trabalhadores livremente associados, além de possibilitar a superação de entraves para o desenvolvimento socioeconômico desses coletivos de produção. Nesse documento, produzido e entregue durante a feira, foram apontadas dificuldades da ordem da formação e qualificação, da comercialização e a necessidade de um marco legal que contemplasse as características das associações, cooperativas e grupos informais que vivem sob a lógica da autogestão e da solidariedade.

A demanda foi atendida em fevereiro de 2007, pelo governador recém eleito Jaques Wagner, com a criação da Superintendência de Economia Solidária – Sesol no âmbito da reformulada Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE. Tal estrutura, seguindo o exemplo do Governo Federal, além de estar contemplada na instituição que desenvolve a política para o trabalho, acompanhou a formatação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, com uma Coordenação de Formação e Divulgação, uma de Fomento e outra de Microcrédito e Finanças Solidárias.

A partir do ano de 2007 o apoio aos eventos de economia solidária passou a fazer parte das ações da Sesol, quando as edições da feira baiana passaram a contar com um aporte de recurso sistemático e crescente.

O quadro abaixo demonstra a evolução dos investimentos no evento, desde 2007 até 2011:

Quadro 5 - Tabela de investimentos da Bahia nas feiras

Figura 3 - Evolução dos investimentos



Elaboração própria a partir dos dados dos relatórios da Sesol

Quadro 5 - Tabela de investimentos da Bahia nas feiras

ANO	RECURSO
2007	R\$ 52.000,00
2008	R\$ 126.900,00
2009	R\$ 193.000,00
2010	R\$ 433.000,00
2011	R\$ 492.000,00

Fonte: relatórios Superintendência de Economia Solidária

Em entrevista realizada com Lara Matos, que esteve a frente da Coordenação de Formação e Divulgação, parte da Sesol, durante o período estudado, podemos perceber a evolução do aporte de recursos e a importância do apoio do Estado. Lara afirma:

Sem recurso do Estado não teria feira, pelo menos na dimensão que nós conseguimos fazer. A primeira, não sei se você lembra, a gente fez através de convênio com a Vida Brasil, um convenio de 52 mil reais, foi 2007, bem pequena e depois as coisas foram ganhando uma dimensão muito maior, que só acontece com o investimento do Estado. Isso vale pra tudo. Estrada é assim, infraestrutura é assim, hospital é assim. Quer dizer, se o Estado não entra pesado, você não consegue lançar as bases pra que essas outras coisas aconteçam. Quer dizer, com as feiras de economia solidária não foi diferente (ANDRADE, LARA, Coordenadora de Formação e Divulgação da Superintendência de Economia Solidária no período de 2007 a 2011. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 15/04/2016).

Mesmo diante de um montante expressivo de investimentos nas feiras, foi percebido pela equipe e pelos beneficiários da política um entrave na expansão dessa ação de apoio aos eventos, pois os recursos aplicados durante o ano nessa ação estavam todos concentrados nesse único evento. Ao conhecer o Estado da Bahia, com 417 municípios e 27 Territórios de Identidade, podemos compreender que apenas um evento durante o ano não atenderia a demanda real dos 1.611 empreendimentos registrados no mapeamento oficial. Vale destacar que, o mapeamento não revela o número real de empreendimentos no estado, pois, as etapas realizadas entre 2005 e 2007, bem como a segunda etapa, executada entre 2009 e 2013, tiveram algumas dificuldades tanto nas atividades de campo, quanto no tratamento dos dados.

Os esforços para gerar informações e sistematizá-las são fundamentais para o reconhecimento da economia solidária no Brasil, uma vez que os dados auxiliam tanto no dimensionamento das iniciativas, quanto na elaboração de instrumentos para a construção de políticas públicas. Porém, não podemos afirmar que o mapeamento realizado até então revela o número real de empreendimentos, pois não se trata de um censo e não se propõe a identificar na sua totalidade, além das dificuldades encontradas na coleta das informações, exigindo um trabalho de crítica e validação. Como relata GAIGER:

Há obstáculos inerentes à pesquisa de campo, compreensíveis diante do ineditismo dos mapeamentos e da sua complexidade operacional. Os instrumentos de coleta, além de múltiplos, no caso do segundo mapeamento são mais complexos, exigindo um tratamento redobrado, no sentido de depurar e validar a base de dados (GAIGER, 2014, p. 18-19).

Diante dessa realidade, os gestores da SESOL, seguindo um perfil baseado na gestão participativa e na necessidade de otimizar a ação, avaliaram, a partir da escuta dos coletivos organizados e do fórum baiano, que a concentração dos recursos em apenas um evento não atenderia aos princípios de uma política pública que deve buscar contemplar a demanda do Estado. Diante dessa constatação foi lançado o Edital 04/2012 de Apoio as Feiras de Economia Solidárias, onde o valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), contemplando 10 (dez) projetos, sendo 2 (dois) para feiras estaduais e 8 (oito) para feiras regionais.

A importância dessa tentativa de interiorizar a política de apoio às feiras, foi confirmada pela entrevista realizada com o atual Superintendente de Economia Solidária:

[...] é preciso aprimorar e estamos fazendo isso. É tendo uma política mais descentralizada de realização das feiras. É compreensível que no início do movimento se investisse sempre numa grande feira, estadual, nacional, como estratégia de divulgação e de consolidação do movimento, mas como parte

fundamental da atividade econômica, as feiras tem que acontecer na realidade é todo dia (BARBOSA, Milton, Superintendente de Economia Solidária, desde 2011 até o momento da pesquisa. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 12/04/2016).

Um fato bastante importante desse histórico e que servirá para as reflexões acerca do tema, trata da extinção, ou transição da feira. Em 2011, durante a construção do evento no decorrer do ano, o Fórum Baiano de Economia Solidária chegou a um entendimento de que aquela forma não mais representava os interesses daquele coletivo, decidindo retirar a sua participação. As discussões que giravam em torno da retirada do fórum e do afastamento da sua coordenação do processo de construção da feira, traziam muito a pauta da plena participação do Estado e questionando a autonomia do fórum no processo de decisão. Diante desse cenário, o Governo do Estado, através da Setre e da Sesol, decidiu realizar a Feira Vida Melhor de Economia Solidária, um evento que reuniu representantes de empreendimentos atendidos pela política pública de ecosol da Bahia e buscou aproximar esse público de políticas transversais ao segmento. Este evento seguiu a mesma metodologia das feiras baianas, obedecendo aos moldes da construção que vinha acontecendo em parceria com o fórum baiano.

No ano de 2012, contemplada pelo Edital 04/2012 – Setre, citado neste estudo, a União Nacional de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES construiu o evento sob a mesma metodologia e mesmo nome “Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar”, porém, só foi possível realizar o evento no período de 04 a 07 de julho de 2013, deixando uma lacuna no ano de 2012.

Mesmo as feiras de economia solidária na Bahia se distinguem em diversos formatos, seja em número de expositores, em tipo de apoio, em instituições promotoras e principalmente, na metodologia adotada. Existem experiências de feiras realizadas por organizações da sociedade civil, onde os empreendimentos não participam da formulação e nesses eventos, em geral, não acontecem atividades de formação ou debate sobre os temas que perpassam pela discussão do segmento, ficando as atividades restritas apenas à comercialização. Em outros moldes, algumas instituições recorrem ao apoio de entes estatais, não cobram pelo espaço de comercialização, promovem formação e troca de saberes, mas não abrem à participação dos empreendimentos na construção e gestão do evento. Existem também os eventos realizados por algum ente público que busca promover uma feira com diversos aspectos, porém, o foco maior está na comercialização. Nesses casos, surgem alguns questionamentos sobre os objetivos desses eventos e quais os ganhos gerados para os participantes.

Como em 2011 houve uma transição da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar para a Feira Vida Melhor de Economia Solidária, conforme citado por este estudo, surgiu nesse mesmo ano a Feira Baiana de Agricultura Familiar e Economia Solidária, realizada durante a Feira Internacional da Agropecuária – Fenagro. A diferença no nome do evento (quando antes aparecia Economia Solidária a frente da Agricultura Familiar), não indica apenas uma mudança de marca, pois esse momento também registra uma mudança na metodologia, na representação institucional e na política pública, uma vez que passa a ser executada em parte pela Secretaria de Agricultura - SEAGRI e, a partir de 2015, pela Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, criada nesse ano. Vale destacar que, mesmo diante desse cenário, a Setre, através da Sesol, manteve o apoio até a edição de 2015 e sinaliza que manterá em 2016, apesar de reduzido no montante do orçamento, garantindo a contratação de itens como deslocamento e hospedagem dos membros dos empreendimentos.

As mudanças na política de apoio às feiras trouxeram alguns impactos sobre aspectos importantes analisados por este estudo. O local de realização, a metodologia utilizada, o período do ano e o fato de estar associada a uma feira do agronegócio, transformaram principalmente a natureza dos ganhos. Este estudo não pretendeu mergulhar nesses impactos, porém a extinção da Feira Baiana de Economia Solidária e de Agricultura Familiar foi comentada por alguns dos entrevistados. Sueli Pereira Pimentel, de Feira de Santana, comenta:

Parece que morreu todo mundo e não tem mais ninguém. Até pra a gente se inscrever nas feiras de agora, a gente tem que buscar amizade, cutucar aqui por ali senão você não participa. Eu digo, tem que dar prioridade aos mais velhos, porque pra chegar onde nós chegamos, fomos nós que lutou [sic] pra chegar onde chegou. Que não era pra ter parado, eu tô [sic] achando assim muito parado, era pra ter avançado. (PIMENTEL, Sueli Pereira, Associação Comunitária dos Moradores Vila Sta. Inês, Feira de Santana – BA. Entrevista concedida a André L. F da Silva, Feira de Santana – BA, 07/04/2016)

4.2 – Desafios e avanços

A Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, com sua referência metodológica e periodicidade, aproximou os atores da ecosol na Bahia e promoveu um acompanhamento das iniciativas nos mais diversos territórios. O momento das feiras articulou as demandas da sociedade civil com a política pública, como confirma Lara Matos:

Eu particularmente, sempre tive o desejo de que poder público e sociedade civil trabalhassem juntos e a sociedade civil conseguisse

enxergar, para além das disputas político partidária, que estávamos todos levantando a mesma bandeira. É aquela velha história de que o que nos une é muito mais importante do que o que nos separa, do que o que nos distingue. Somos todos soldados da mesma luta, lutando em frentes diferenciadas. Então a feira, como construção conjunta, era espaço privilegiado pra esse afinamento, pra essa harmonização, entre poder público e sociedade civil e movimento social da economia solidária (ANDRADE. Entrevista concedida a André L. F da Silva, Salvador, 15/04/2016).

A construção do evento que, nas edições de 2006 a 2010 aconteceu no mês de dezembro, mobilizou os atores a partir do mês de fevereiro, quando planejavam a mobilização de recursos em suas instituições e reuniam-se com outros parceiros para desenhar suas ações. O coletivo denominado Comissão Organizadora iniciava suas atividades entre os meses de junho e julho, cujo objetivo era compartilhar suas iniciativas, identificar necessidades e planejar novas ações. Nesse momento dividiam tarefas em subcomissões e inauguravam uma serie de reuniões até o mês de dezembro. A Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar buscou seguir as orientações previstas no programa de apoio às feiras, executado pela SENAES e, assim, esteve pautada pela autogestão, onde desde a concepção à avaliação pós-evento buscava-se a participação de todas as representações.

Foi possível perceber como a autogestão e os princípios da cooperação estiveram presentes em diversos momentos do evento, como na organização dos espaços de exposição, que na maioria das vezes era pequeno e precisava ser dividido por dois grupos; na gestão e no cumprimento da programação; na sistematização e no envio das queixas e sugestões à comissão organizadora. O ano de 2010 foi bastante simbólico para a compreensão acerca da importância da autogestão na construção e condução das feiras. A programação do evento já estava definida e a grade da formação também, inclusive com definição dos espaços. Ao perceber que na programação tinha poucas atividades de formação técnica, uma das integrantes do grupo propôs uma oficina, como afirma Tatiana Reis:

Eu lembro de uma das feiras que a gente organizou, em que o próprio empreendimento, na Mostra Nacional inclusive, uma pessoa do empreendimento, não lembro de que estado, fez uma proposta de uma oficina de bordado. Era alguma coisa ligada ao bordado ou costura, algum trabalho manual e foi a oficina que teve mais demanda [...] (REIS, Tatiana, atual Coordenadora de Formação e Divulgação da Superintendência de Economia Solidária. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 04/06/2016).

Portanto, a proposta trazida pela integrante do grupo e acolhida pela Comissão de Metodologia e Formação foi a atividade que teve maior número de participantes. O fato é que,

caso o evento não fosse autogestionário, o espaço para fazer propostas de alteração na programação seria mais restrito.

Outro aspecto importante pôde ser percebido na infra-estrutura, a partir da garantia da construção de espaços de formação com capacidade para abrigar a todos os participantes, além da programação, que contemplou as palestras e cursos pela manhã e comercialização nos períodos da tarde e noite. Os dias do evento foram marcados também pela troca de experiências entre participantes, a construção de articulações de redes, as ações destinadas à preservação do meio ambiente e o contato com manifestações culturais de diversas regiões do estado.

Os relatórios disponíveis na Coordenação de Formação e Divulgação, da Superintendência de Economia Solidária revelaram que, a cada edição a feira teve uma média de 150 empreendimentos econômicos solidários, com representantes da maioria dos territórios de identidade. Cada EES enviou dois representantes, o que resultou em cerca de 300 trabalhadoras e trabalhadores, vindos de comunidades rurais, quilombos, indígenas e também, representantes de empreendimentos urbanos, sendo eles da capital de outras cidades do interior. Vale destacar também, que a média de visitantes girou em torno de 1.000 (mil) pessoas diariamente, considerando que o evento aconteceu de quinta à domingo.

Uma concentração de experiências das mais diversas em apenas quatro dias de evento, trouxe impactos sobre os atores envolvidos, como afirma Lara Matos “[...] a questão do congraçamento, da festa, da celebração, é uma coisa que fortifica a sua prática, fortalece a sua prática, porque renova e reforça a sua prática e você volta pro interior, de fato empoderado” (ANDRADE. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 15/04/2016). Afinal, a feira é também um momento de celebração e de reencontros, quando as trabalhadoras e trabalhadores podem se reconhecer na luta cotidiana e fortalecer seus sentimentos de pertencimento a um coletivo.

Um evento de abrangência estadual, reunindo cerca de 300 pessoas, cuja estrutura operacional se propunha a contemplar transporte, hospedagem, alimentação e toda a estrutura física disponibilizada na área da feira, pode ser considerado um evento bastante complexo e sujeito a diversos desafios, conforme descrição que segue:

4.2.1 - Mobilização

Essa primeira etapa de sensibilização e mobilização dos membros dos empreendimentos foi fundamental para uma efetiva participação. No período estudado essa etapa teve um papel importante do Fórum Baiano de Economia Solidária e das entidades de apoio e fomento, pois, esses atores tinham contato direto com a base do movimento. As dificuldades se apresentaram na realização do contato, uma vez que muitas comunidades não tinham acesso a telefones móveis, muito menos a internet. Com isso, foi fundamental o contato pessoal que as entidades de apoio e fomento tiveram com os empreendimentos. Já o Governo do Estado teve atuação ao disponibilizar a estrutura de telefone, computadores e outros meios para a comissão responsável por fazer a mobilização.

4.2.2 - Transporte

Nas primeiras edições, a opção foi a locação de ônibus intermunicipais para cumprir roteiros, produzidos a partir das inscrições realizadas, porém o principal problema estava no atraso gerado desde o inicio da viagem e, diante da complexidade dos roteiros, o atraso aumentava bastante conforme se aproximava de Salvador. Com isso, as pessoas se deslocavam para o ponto marcado e, em alguns casos, esperavam cerca de 6 horas até o ônibus passar. Somente a partir de 2010 que a estratégia dos transportes foi alterada, quando o evento aconteceu juntamente com a Mostra Nacional de Economia Solidária e foi possível comprar passagens e orientar os participantes a retirá-las nos guichês das rodoviárias em seus municípios. A nova estratégia minimizou os problemas, mas não extinguiu por completo. Como a maioria dos participantes morava na zona rural, tinham dificuldade em se deslocar até a sede dos municípios e retirar suas passagens, gerando custos de deslocamento, inclusive com dificuldade de transportar os produtos.

4.2.3 - Alimentação

Algumas situações relacionadas a este item provocaram diversas discussões e, por sua vez, a construção coletiva de algumas soluções. Um questionamento presente nas edições de 2007 a 2009 girava em torno do fornecimento da alimentação do evento, pois, sempre realizado por uma empresa contratada pelo Estado pela via de licitação. Questionava-se porque não

contratar empreendimentos solidários para fornecer a alimentação e a resposta do Governo do Estado sempre esteve pautada na necessidade da realização de licitação. O caminho burocrático trazia duas grandes dificuldades para os empreendimentos participarem do processo licitatório, pois não dispunham da documentação exigida e ainda se reduziam a possibilidades a partir da lógica do menor preço, conforme lei que rege tais processos. Já no ano de 2010, após todo o debate que permeou as outras edições, foi possível contratar os empreendimentos para fornecimento das refeições, onde quatro deles se alternaram durante os quatro dias de evento. Na edição de 2010, conforme citado anteriormente, tivemos a edição da Mostra Nacional e, sendo assim, foi possível operar de forma diferente a partir do recurso do Governo Federal que previa a contratação de uma empresa de eventos e esta pode contratar os empreendimentos diretamente para servir a alimentação.

Outro episódio bastante peculiar à feira baiana envolveu o aspecto cultural que sugere a chamada "comida baiana" às sextas feiras. Uma comida recheada de azeite de dendê e outros ingredientes bem característicos da nossa herança africana. O ponto de conflito nesse aspecto cultural foi com relação aos povos indígenas, sempre presentes no evento, que não consumiam esses ingredientes. Assim, foi preciso repensar o cardápio para contemplar a todos os participantes.

4.2.4 - Armazenamento dos produtos

Um evento com participação de uma média de 150 empreendimentos, com uma considerável diversidade de produtos que variaram entre artesanato em suas diversas naturezas, produtos alimentícios, utensílios em cerâmica, madeira e material reciclado, gera necessidades logísticas diárias e complexas. Nas primeiras edições os participantes tinham duas possibilidades quanto à movimentação dos produtos. A primeira seria retirar todos os produtos das barracas ao final do dia e armazená-los no bagageiro dos ônibus e nos caminhões baú que permaneciam no local do evento. A outra opção era deixar os produtos nas barracas, cobrir com lonas e confiar na pouca segurança contratada. Diante dessas questões, a partir do ano de 2009 a infraestrutura passou a contemplar um espaço chamado "guarda volumes", capaz de armazenar os produtos organizados em prateleiras numa sala fechada e bem próxima ao ponto de comercialização. Já no ano de 2010, o guarda volumes passou a disponibilizar freezer para armazenar os produtos que dependiam de refrigeração. O fato é que, com uma estrutura provisória para a realização do evento, o fornecimento de energia para estes espaços

eram feitos através de geradores e estes foram desligados durante a noite. Este fato gerou um debate bastante intenso com as beijuzeiras⁵, pois quase tiveram seus produtos todos perdidos.

4.2.5 - Divisão nos pontos de venda

Fato comum nas edições da feira, e que gerava bastante ruído no início do evento, era a divisão e ocupação das barracas ou pontos de venda. Uma prática comum aos eventos dessa natureza era de pactuar a divisão dos pontos de venda entre dois grupos; porém os empreendimentos que chegavam primeiro no espaço costumavam ocupar e arrumar as barracas com seus produtos, deixando pouco espaço para outros empreendimentos. Esse processo era logo resolvido com o discurso da solidariedade, da cooperação e fundamentalmente da autogestão.

4.2.6 - Saúde

Apesar de pontual, um fator que gerou bastante preocupação durante os eventos foi a saúde dos participantes. Toda a logística para sair das suas cidades de origem, mudança de rotina e a exposição ao calor durante o evento, que sempre aconteceu no mês de dezembro, traziam algumas ocorrências. Diante dessa mudança toda, muitas pessoas, principalmente hipertensos e diabéticos, deixavam de tomar seus remédios e abusavam na alimentação. Essas ocorrências eram resolvidas com o acionamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. A partir da edição de 2010 foi possível contratar brigadistas e socorristas.

4.2.7 - Formação

As atividades de formação sempre estiveram registradas na programação das feiras e eram definidas pela Comissão de Metodologia, porém algumas outras atividades que não estavam programadas, denominadas autogestionárias, estavam livres para acontecer e esse fato tornava o processo mais rico, pois estimulava a participação de um número maior de pessoas. Apesar dos espaços bem estruturados e a programação pensada de forma coletiva, os processos de

⁵Produtoras e vendedoras de Beijú. Iguaia produzida a partir da fécula da mandioca, com recheios que variam de acordo com a região do país. Durante a Feira Baiana de Economia Solidária, as mulheres do Território do Recôncavo e do Portal do Sertão se destacavam na comercialização desses produtos.

formação tiveram uma limitação identificada pelos participantes e pela coordenação do evento, pois os conteúdos estavam muito mais focados na formação ideológica e não traziam um grande diferencial para o processo produtivo. Essa sempre foi uma demanda por parte das produtoras e produtores, pois entendiam que, melhorando seu processo produtivo, poderiam assegurar outros ganhos para os membros dos empreendimentos.

As dificuldades acima citadas foram sendo vencidas a cada edição e, o aspecto coletivo e autogestionário da construção do evento, possibilitou que fossem realizadas avaliações sob olhares diversos e alterações no processo que visavam otimizar a feira. Através das comissões foi possível perceber as mais diversas situações, pois, graças à metodologia da feira, que assegurou a participação de representantes de empreendimentos, entidades de apoio e do poder público, foi possível fazer tais avaliações e propor soluções diante da diversidade da representatividade do segmento.

É importante considerar que a política de apoio às feiras, assim como toda política pública, deve passar constantemente por processos de escuta e de avaliação, com o objetivo de otimizar a aplicação dos recursos públicos e por consequência, proporcionar impactos mais reais sobre seus beneficiários. Milton Barbosa faz uma importante consideração neste sentido:

O Estado tem que ter, tem que evoluir da política de feira, pra política de comercialização. Política de comercialização, ela envolve além dos eventos de comercialização, podem ser feiras, podem ser outros eventos, ela envolve também tudo que diz respeito a comercialização. Logística, infraestrutura, acesso aos mercados, aprendizagem nos processos de comercialização, então é algo mais, pra ser verdadeiramente emancipador para os empreendimentos, deve ser logo mais estruturante, que permita ao empreendimento aprender a ocupar todos os espaços que existem na sociedade pra vender seus produtos e não só aqueles eventos que o Estado organiza (Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 12/04/2016).

Um evento estadual, realizado em um estado como a Bahia, que reúne 27 territórios de identidade, se caracteriza principalmente pela diversidade. Um momento de reunir as mais diversas culturas em torno de um evento e de forma coletiva e autogestionária, se relacionar com todos os desafios aqui apresentados. É nesse cenário que a metodologia surge como indispensável para realizar tal evento e que os resultados sejam satisfatórios.

5 - A metodologia das feiras de economia solidária

Versar sobre a metodologia das feiras de economia solidária ou feiras em rede revela a importância dessa forma do fazer o evento e pode indicar a sua influência sobre a natureza dos ganhos obtidos nesses momentos. Afinal, a construção desses critérios não se restringe apenas a nortear a realização de um evento, mas tem como objetivo evidente, orientar a realização de um evento que pretende fortalecer comercialização, refazer laços, reforçar a capacidade de organização dos envolvidos, afirmar identidade e atender às demandas de um projeto específico.

Em artigo apresentado durante o XV Congresso Brasileiro de Sociologia, a integrante da equipe do Instituto Marista de Solidariedade, Rizoneide Amorim, faz uma importante consideração sobre a necessidade de criação de mecanismos de apoio e organização dessas iniciativas, conforme destacado no trecho abaixo:

Até o ano de 2005 as iniciativas de feiras de economia solidária que estavam se desenvolvendo no país, em diferentes modalidades (feiras locais, municipais, estaduais, entre outras), não apresentavam características, metodologia e identidade comuns e nem mesmo utilizavam a terminologia economia solidária. Além disso, apresentavam dificuldade de mensuração e publicidade dos resultados alcançados para a economia solidária no país, uma vez que as iniciativas existentes não eram articuladas nas diferentes localidades (AMORIM, 2011, p. 9).

Diante desse cenário, o FBES e a SENAES propuseram a criação de um programa capaz de aportar recursos financeiros de forma estruturada e planejada, capaz de mensurar os resultados e fortalecer a economia solidária (AMORIM, 2011).

Em 15 de julho de 2005, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, através da Diretoria de Fomento, lança o *Termo de Referência do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária no Brasil*, cujo objetivo é:

[...] estabelecer diretrizes para a realização de feiras de economia solidária a serem apoiadas pela SENAES, contribuindo para afirmação de uma identidade nacional comum entre as diversas feiras que são realizadas no Brasil, no âmbito da economia solidária, bem como propiciar uma maior integração e sinergia entre estas diversas feiras (BRASIL. Termo de Referência: Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária no Brasil, 2005, p. 2).

Esse documento buscou orientar a seleção de projetos de apoio às feiras estaduais e trouxe tanto os *critérios exigidos* quanto *aspectos desejáveis*, o que nos indica a natureza das feiras.

No trecho abaixo poderemos observar os critérios exigidos para aprovação dos planos de trabalho e avaliar se estes são capazes de nos sugerir a natureza do evento:

Critérios exigidos para aprovação dos planos de trabalho

Protagonismo e representação dos empreendimentos solidários

1. Articulação para a participação dos empreendimentos de economia solidária no processo de construção, divulgação, execução e avaliação da feira;
2. Participação exclusiva de empreendimentos de economia solidária nas barracas da feira;
3. Previsão de estratégias (na alocação dos estandes e na escolha dos empreendimentos) para que todos os segmentos de economia solidária existentes no estado estejam efetivamente representados;

Impacto ambiental

4. Preocupação com o impacto ambiental da feira; Eventos e atividades;
5. Realização de uma experiência de trocas solidárias (oficina ou feira de trocas, com ou sem uso de moeda social);
6. Realização de atividades culturais durante a feira;
7. Realização de seminários e/ou oficinas de formação junto aos empreendimentos solidários participantes;
8. Realização de eventos, tais como seminários ou palestras, de divulgação da Economia Solidária voltados ao público visitante à feira;
9. Incentivo à realização de uma rodada de negócios (possibilitando a participação de empreendimentos de economia solidária de serviços ou sem produtos adequados para exposição em feiras, tais como empresas recuperadas);

Comunicação / Campanha Nacional

10. Observância da identidade visual da campanha nacional “Economia Solidária: Outra economia acontece” estabelecida pelo manual nacional de identidade visual, a ser disponibilizado para os estados;
11. Destinação de uma barraca específica (p.ex.: “estande da Economia Solidária”) para informações sobre economia solidária e o seu movimento, consumo consciente, divulgação e distribuição de materiais da campanha nacional, etc. (cada estado receberá material produzido pela campanha nacional “Economia Solidária: Outra economia acontece”, tais como cartilhas, folders, entre outros); Captação de informações;
12. Viabilização de condições para a aplicação de questionários (a todos os empreendimentos envolvidos e ao público em geral) para avaliação da feira (p.ex. através da articulação com universidades ou outras instituições parceiras para disponibilização de pessoas para esta tarefa). O processo de avaliação seguirá um padrão nacional (O Programa Nacional de Avaliação de Feiras de Economia Solidária) e os questionários serão disponibilizados pela SENAES aos estados;
13. Criação de mecanismos para levantamento do volume de negócios realizados durante a feira (quais e quantos produtos foram vendidos, volume de recursos gerados, etc.).

Aspectos desejáveis

1. Que os eventos culturais sejam feitos por grupos e entidades envolvidos com o movimento de economia solidária;
2. Que haja participação e protagonismo efetivos dos empreendimentos de economia solidária no processo de construção, divulgação, execução e avaliação da feira;
3. Que o plano de trabalho conte com estratégias para que não sejam comercializados no interior do espaço da feira produtos oriundos de empresas e processos incompatíveis com os princípios e valores da Economia Solidária (p.ex.: produtos transgênicos; produtos de grandes corporações nacionais ou multinacionais; produtos de empresas que se utilizem de trabalho infantil ou escravo ou que estejam atuando de forma predatória ao meio ambiente e a comunidades locais);
4. Que todos os produtos comercializados nos estandes sejam efetivamente oriundos da Economia Solidária;
5. Que todos os segmentos de economia solidária existentes no estado estejam efetivamente representados;
6. Que haja um impacto ambiental mínimo: não uso de descartáveis; solução para lixo (coleta seletiva e destinação adequada, incluindo compostagem e reciclagem); água (evitar desperdício, ciclos fechados, tratamento do esgoto); energia (mínimo uso de luz e ar condicionado, procurando soluções naturais de aproveitamento de luz e circulação de ar na construção da feira).
7. Que seja realizada uma rodada de negócios da Economia Solidária;

(Fonte: Termo de Referência Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária no Brasil)

As informações acima, apesar de darem indicativos sobre o modo de fazer e a natureza do evento, compõem um documento que objetiva indicar os critérios para aprovação dos projetos, porém essas informações são reforçadas quando se associam às orientações da cartilha *Como Organizar Feiras de Economia Solidária*, possibilitando confirmar características metodológicas que indicam participação e construção coletiva, troca de saberes, processos de formação e estímulo ao fortalecimento organizacional dos atores envolvidos.

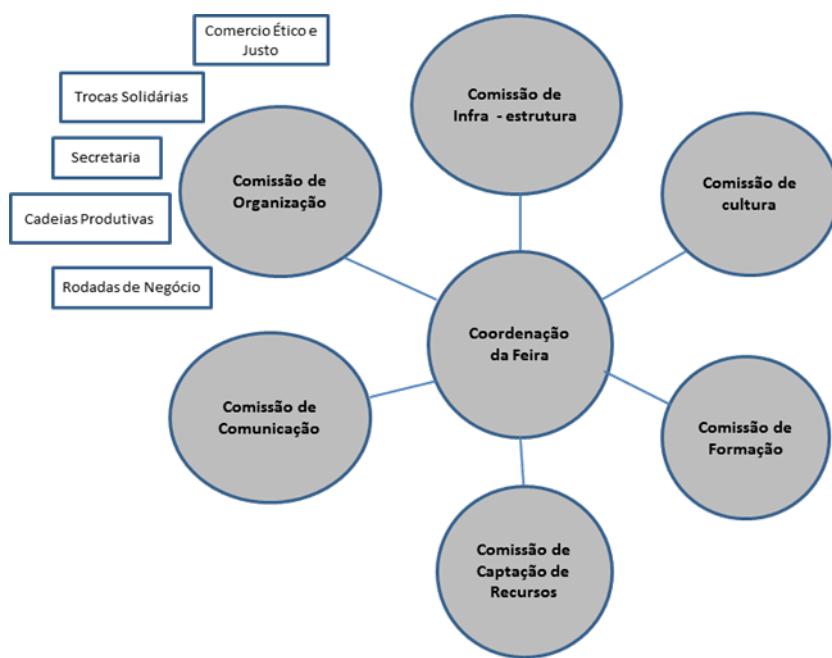
Lançada em 2006, a cartilha é fruto da Oficina de Avaliação de Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária realizada no mês de março do mesmo ano, em Brasília/DF. O conteúdo desse material está pautado no acúmulo dos interlocutores estaduais que atuaram no ano de 2005, primeiro ano de programa.

Diante da natureza diversa das feiras e da complexidade para sua realização entende-se que seja fundamental compreender suas etapas e atividades que possibilitem uma boa execução do evento. Diante disso, percebeu-se que a metodologia das feiras já inicia a promoção de ganhos a partir da concepção do evento e do inicio das atividades.

A cartilha orienta a respeito da formação de comissões para a condução dos trabalhos:

Cronograma - Equipes para Organização das Feiras

Figura 4 - Organograma - Equipes para Organização das Feiras



Fonte: Cartilha 1 Serie: *Feiras de Economia Solidária - Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária*

Ainda segundo as informações da referida cartilha, as comissões devem manter diálogo para garantir o bom desempenho do trabalho em equipe. Vejamos as atribuições das comissões na tabela abaixo:

Quadro 6 - Atribuições das comissões

(continua)

COMISSÃO	SUBCOMISSÃO	FUNÇÃO
Comissão de Organização	Secretaria	Inscrição, mobilização e rotinas administrativas do evento
	Organização de Rodada de Negócios	Planejar e articular rodadas de negócios da Economia Solidária. Para isso é necessário uma listagem dos empreendimentos participantes e dos produtos e serviços que serão ofertados na feira para organização da rodada de negócios, além de convidar parceiros e lojistas da região para que conheçam os produtos da economia solidária e sejam realizados negócios entre empreendimentos e potenciais compradores
	Organização de Trocas	Garantir um espaço onde as pessoas se reúnem para trocarem

Comissão de Infra-Estrutura	Solidárias	entre si produtos, serviços e saberes, de forma solidária, utilizando ou não “moeda social”
	Organização de Cadeias Produtivas	Mapear os empreendimentos participantes da feira observando-os para organização dos mesmos em cadeias produtivas
	Organização de Comércio Ético, Justo e Solidário	Alguém responsável, para ter o devido cuidado com a seleção dos empreendimentos que participarão da feira. Verificar se os expositores são empreendimentos econômicos solidários e garantir a representatividade de diferentes segmentos produtivos e/ou atividades econômicas na feira.
Comissão de Cultura	Espaço para a realização da feira	Após a definição, pela equipe, de um bom local para implantação da feira, deverá ser encaminhada uma solicitação de autorização por escrito, para o órgão responsável no município, para garantir tal espaço
	Serviço de iluminação/energia	Deverá encaminhar uma solicitação para a companhia energética local, para implantação das instalações elétricas antes e durante a realização do evento
	Serviço hidráulico	Deverá encaminhar uma solicitação para a companhia de água e esgoto do município, para a instalação de bebedouros para consumo de água potável e alguns pontos hidráulicos, se houver necessidade, para outras finalidades no local da feira
	Serviço Sanitário	Garantir ponto de apoio sanitário e/ou viabilizar a instalação de banheiros ecológicos – químicos
	Programa ambiental	Verificar se no município onde será realizada a feira existe programa de coleta seletiva e convidar os responsáveis para participar do evento. Caso não exista, deve-se pensar em implantar um sistema seletivo de materiais recicláveis para destinação adequada dos resíduos sólidos gerados durante o evento. Devemos também ter o cuidado de não usar descartáveis
	Barracas, estandes, tendas, auditórios, etc.	Os espaços da feira a serem utilizados devem ser pré-estabelecidos pela comissão de infra-estrutura
	Segurança	Deve-se articular seguranças junto à Secretaria de Segurança Pública para circular no evento durante os dias de realização da feira
	Hospedagem e transporte	É importante garantir a hospedagem e transporte para as pessoas que estão representando os empreendimentos se estes representantes não residirem na cidade onde está acontecendo o evento.
	Alimentação	A alimentação durante a feira deve ser articulada com os empreendimentos que trabalham com alimentação no intuito de potencializá-los. O ideal é não utilizar materiais descartáveis, mas providenciar kit para utilização no evento
	Kit de matéria	Caso seja possível, é interessante providenciar materiais para utilização durante a feira, tais como: blusas, bolsas, blocos de notas, canetas, material didático, copos, etc.
Comissão de Formação	Não prevê subcomissão	Uma feira de economia solidária requer atividades culturais para animar o evento. Defendemos que as atividades culturais programadas sejam feitas com grupos ou entidades que tenham algum tipo de envolvimento com o movimento da economia solidária e que haja valorização da cultura local. Portanto, para pensar essa programação cultural é necessário uma equipe que se responsabilize pela seleção e mobilização de grupos e apresentações culturais e artísticas durante a feira.
Comissão de Captação	Oficinas temáticas	Podem ser oficinas práticas para aperfeiçoamento de alguma técnica. Por exemplo: repassar técnicas de reciclagem de papel; oficina de designer de artesanato; etc.
	Seminários e/ou palestras	Essas atividades são consideradas importantes ferramentas de difusão conceitual e filosófica da economia solidária.
Comissão de Parcerias	Não prevê subcomissão	Essa equipe deve ficar responsável pela articulação de parcerias e apoio institucional para o evento

Recurso		
Comissão de Comunicação	Não prevê subcomissão	Pensar a identidade visual e produção de material de divulgação para o evento e articular a produção de faixas, cartazes, folders, panfletos, notas em jornais, bem como chamadas em rádios, TVs, etc. Essa equipe deve ficar responsável também pela articulação, mobilização e divulgação de modo geral na mídia alternativa e convencional.
COORDENAÇÃO DA FEIRA:		Deve ser constituída por um representante de cada uma das comissões formadas, para garantir uma gestão coletiva da feira.

Fonte: Elaboração própria a partir da Cartilha 1 Serie Feiras de Economia Solidária - Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária

A tabela acima descreve a divisão das comissões e as funções de cada uma delas, porém, diante da leitura desse instrumento, vislumbrou-se a complexidade do evento e o conjunto de ações e providências a serem tomadas. Assim, a construção de um evento dessa natureza, entendendo desde a concepção, execução e o processo de avaliação pós-evento, exige pelo menos um ano de trabalho.

Vale destacar a importância da participação no processo de construção das feiras, bem como do seu caráter autogestionário. Como afirmou em entrevista Tatiana Reis “Isso é outro aspecto que faz muito parte da metodologia das feiras de economia solidária, até por princípio. Ser autogestionária como um dos princípios da economia solidária.” (REIS. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 04/07/2016). Tal natureza precisa ser mantida, sob pena do evento não alcançar seus objetivos.

5.1 - A Bahia seguiu a cartilha, mas atendeu às suas peculiaridades.

Diante dos instrumentos criados a partir do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária e das orientações contidas neles, os atores envolvidos na construção das edições da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar buscaram cumprir o propósito de promover feira de economia solidária conforme a sua natureza. Ou seja, a construção coletiva, os processos autogestionários, a formação, a comercialização e outros importantes aspectos do evento foram as diretrizes que motivaram os trabalhos.

Figura 5 - Reunião das comissões (preparação da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar de 2008)



FONTE

A experiência das feiras baianas investigadas por este estudo promoveu vivências que fortaleceram empreendimentos, pessoas, instituições e influenciaram na construção de políticas públicas. Como afirmou Tatiana Reis em entrevista ao autor deste estudo “[...] este é um espaço permanente de articulação e quanto mais o movimento está fortalecido, isso interfere no fortalecimento da política pública. Então eu acho que a feira se torna um espaço estratégico importante pra política pública de economia solidária sim” (REIS, Tatiana. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 04/07/2016). A confirmação desse aspecto diverso da feira é percebida também através da afirmação do então superintendente, conforme trecho abaixo:

Na verdade a feira de economia solidária, desde sempre, tinha sempre dois objetivos principais. Primeiro objetivo era o mais corriqueiro, mais comum, que era a comercialização da produção dos empreendimentos e o segundo, ao meu ver, mais importante, que era a troca de experiências, as rodadas de negócios e na verdade a discussão do movimento de economia solidária como espaço de formação extremamente importante, pela troca das experiências vivenciais dos empreendimentos [...] (OLIVA, Helbeth Lisboa de, Superintende de Economia Solidária no período de 2007 à 2011. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 09/08/2016).

Portanto, é claro para grande parte das pessoas envolvidas que os propósitos de uma feira realizada conforme a metodologia estudada, vão além de vender produtos. Assim, os ganhos gerados por essas feiras precisam ser avaliados em diversas dimensões.

A importância da estruturação das feiras na Bahia e seus impactos sobre a vida das trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária puderam ser percebidos através das entrevistas realizadas pelo autor deste estudo, em especial o relato que segue abaixo:

Meu filho, antes de existir a feira de economia solidária e agricultura familiar, eu já dormi em cocho de vaca, calor e muriçoca e de repente aquela chuva e a gente dormindo por debaixo das mesas (PIMENTEL. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Feira de Santana – BA, 07/04/2016).

Para compreender alguns desses impactos, foram analisados quatro aspectos importantes dessas experiências, conforme trecho a seguir:

5.1.1 - Da autogestão:

As práticas autogestionárias nas feiras de economia solidária possibilitaram a compreensão sobre a importância de um processo de aprendizagem baseado na práxis, onde homens e mulheres tiveram a oportunidade de conceber e executar projetos, planejar e administrar tarefas, conhecendo e monitorando as atividades do começo ao fim, onde o rodízio de funções e tarefas promoveu o resgate do ser trabalhador que conhece todo o processo de produção no qual está envolvido, bem como legitimou seus saberes como parte importante para a construção do evento. Durante o processo de construção das feiras foi utilizada a metodologia do programa nacional, implantando as comissões para tratar de infraestrutura, formação, captação de recursos, acolhimento, entre outras atividades, e a cada reunião as informações foram socializadas. Porém, as práticas autogestionárias não se restringiram às pessoas envolvidas na organização. Durante o evento, o processo decisório sempre passou pela consulta ao coletivo que, através da socialização das informações e do debate sobre os temas em pauta, buscou alinhar os interesses, visando alcançar o consenso e evitar votação, afinal, a tomada de decisões baseadas na satisfação do coletivo coaduna com o projeto societário proposto pela Ecosol. Foi possível perceber como a autogestão e os princípios da cooperação estiveram presentes em diversos momentos do evento, como na organização dos espaços de exposição e outros encaminhamentos necessários durante a feira.

Segundo Nascimento (2011), “a autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social”. O que se percebeu com a metodologia das feiras é que as experiências vividas durante o evento colaboraram no cotidiano de cada participante, fazendo parte do processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, como afirma uma das entrevistadas,

Selma Porto “[...] eu ficava muito feliz nesses momentos. Porque você se sente incluída, né? É você se sentir dentro do processo” (PORTO. Entrevista concedida a André L. F. da Silva. Palmas de Monte Alto – BA, 15/03/2016). Tal transformação vivenciada por essa trabalhadora traz uma perspectiva de poder de transformação, principalmente a partir do sentir-se parte.

A compreensão acerca da autogestão traz grande contribuição para o debate sobre a natureza dos ganhos de uma feira, pois, entendeu-se que a participação das pessoas em processos decisórios democráticos, possibilita um acúmulo de experiências fundamental para o seu desenvolvimento pessoal. Segundo Singer “A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento que proporciona aos participantes” (2002, p. 21). Essa abordagem de Singer contribui também para reafirmar a importância dos ganhos econômicos, inclusive os mercantis, em nenhum momento sugerido como menos importante neste estudo.

Quando perguntada sobre a importância da participação da sociedade civil na gestão do evento, Lara Matos confirma:

Eu acho que existe pra [sic] isso. O evento tem que ser autonomamente gerido. Então a participação, e lhe digo mais, a participação mais dos empreendimentos do que das entidades de fomento, porque os empreendimentos, eles tem um vínculo legítimo com aquilo [...] (ANDRADE. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 15/04/2016).

Uma dificuldade encontrada para efetivar o espaço de decisão coletiva, veio exatamente do arcabouço burocrático do Estado para efetivar o apoio ao evento, implicando na necessidade de inaugurar processos de contratação muito tempo antes da realização das feiras, ao tempo em que, os representantes da sociedade civil ainda não estavam discutindo o evento. Isso gerou uma decisão unilateral por parte do poder público e como consequência, um contrato engessado em itens que foram listados muito tempo antes do evento, levando em alguns casos, ao não atendimento de algumas demandas no momento da execução. Apesar da prática autogestionária na construção das feiras, quando o tema foi a utilização de recursos públicos para a contratação dos itens necessários à realização do evento, surgiu a necessidade de um diálogo bastante antecipado ou, os membros da comissão organizadora teriam que operar o que constava em contrato, fruto de uma decisão unilateral. Porém vale ressaltar a obrigação do Estado apoiar tal iniciativa, pois, partindo da observação dos instrumentos da Lei 12.368 de 13 de dezembro de 2011, que versa sobre a instituição da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária,

percebemos tópicos fundamentais que estão presentes nas feiras e nos possibilita buscar embasamento no marco legal que justifica o apoio à esses eventos, conforme trecho destacado abaixo:

Art. 4º - São instrumentos da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária:

I - formação e capacitação técnica e profissional em Economia Solidária, comércio justo e solidário, consumo consciente, gestão e operação de tecnologias sociais aplicadas aos processos econômico e social de que participam os atores da Economia Solidária;

(...)

VII - apoio à divulgação de princípios e práticas de economia solidária;

(...)

IX - apoio à realização de eventos de economia solidária;

X - apoio para divulgação e comercialização de bens produzidos e/ou consumidos em ambiente de economia solidária, mediante a instalação de centros de comércio e feiras;

(...)

XV - fomento ao comércio justo e solidário e ao consumo responsável, através do apoio à constituição de redes e cadeias solidárias de produção, de comercialização, de logística e de consumo solidários, o assessoramento técnico contínuo e sistemático à comercialização e à promoção do consumo responsável (ESTADO DA BAHIA. Lei 12.368 de 13 de dezembro de 2011).

O artigo da lei estadual acima citado faz referência aos instrumentos da política pública e será aproveitado aqui para destacar a importância das feiras e a obrigação do Estado em apoiar, afinal, é possível perceber também que durante as edições da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar houve um alcance efetivo da utilização de tais instrumentos e podemos afirmar que o evento promoveu a divulgação e a comercialização de bens produzidos pelo segmento; fomentou o comércio justo e solidário; estimulou as práticas do consumo responsável, além da realização das oficinas que possibilitaram a formação técnica e ideológica dos atores envolvidos.

Milton Barbosa, atual superintendente, confirma a importância do apoio do Estado, porém, considera que deve ter limites na participação:

O estado só deve participar como fomentador. Naturalmente, no início do processo, o Estado teve uma participação até maior, mas das centenas de feiras que acontecem hoje na Bahia, certamente a presença do Estado é muito mais como apoiador, porque todas elas são organizadas e são executadas pelos empreendimentos e por suas entidades de apoio (BARBOSA, entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 12/04/2016).

5.1.2 - Da formação e o processo de aprendizagem

Como já foi abordado anteriormente, uma das principais características das feiras de economia solidária que as diferem de outras experiências, é a condição do evento não se restringir a comercialização e buscar promover outros aspectos. A metodologia do evento previu a definição do turno matutino para a formação e a tarde funcionava os espaços destinados à comercialização. Na montagem das feiras, os espaços de formação estão contemplados no local, onde os(as) participantes podem acessar a programação de oficinas e vivências, além de espaços para as reuniões das redes, fóruns e outras instâncias de discussão.

Para tratar da importância desse tópico, vale retomar, de forma bem breve e superficial, a um trecho da história do capital liberal. Com a Revolução Industrial e o surgimento do sistema capitalista, muitas das práticas que faziam parte da forma de organização de grupos sociais que viviam o chamado “comunismo primitivo”, datado de muito tempo antes da revolução, precedendo inclusive o período feudal, foram se transformando. A apropriação dos meios de produção por parte de uma minoria, o surgimento do poder coercitivo, a propriedade privada, o acúmulo de bens e as novas tecnologias, mudaram as relações em diversas esferas. Tudo isso trouxe a desigualdade, a opressão e a prevalência da competição sobre a cooperação. É fato que as práticas atreladas ao modo de produção capitalista cercearam muitas habilidades dos trabalhadores, buscando separar o ser que pensa do ser que faz, transformando-os em meros repetidores de movimentos que aumentam a capacidade produtiva. O trabalhador, sem os meios de produção, passa a engrossar as fileiras de uma classe alienada pelo trabalho e pela exploração, e passa a ver os processos produtivos de forma fragmentada e restrita.

O momento de construção das feiras desconstruiu a lógica que marca o período abordado acima, quando mão de obra passou a ser tratada como mercadoria e o trabalhador e a trabalhadora se tornaram apenas peça do processo produtivo e estiverem alienados do todo. Tal afirmação se dá em virtude do processo de aprendizagem vivenciado por homens e mulheres que fizeram parte das comissões, afinal, circulou uma variedade de informações que versava desde a articulação com parceiros à decisão de temas importantes para formação. Além da troca de saberes promovida pela socialização das informações, um dos momentos bem importante na construção do saber, foram os debates sobre o desempenho das comissões. Como afirma Nunes “[...] o ‘mandato’ que os membros das comissões exercem em nome de

todos se baseia na confiança do coletivo e que eles farão o melhor em busca do ‘bem comum’[...]” (2009, p 208). A busca pelo melhor e pensando no bem comum, exigiu de cada participante um intenso mergulho em novas práticas e na busca pelo conhecimento, pois, além da construção de um grande evento e da responsabilidade de receber cerca de 300 pessoas, ainda trazia a confiança dos seus pares como mola propulsora para o trabalho na organização da feira.

Vista como limitação por parte dos atores e percebida como ponto forte por outra parte, os processos de formação nas edições das feiras estaduais realizadas na Bahia, geralmente associados aos princípios e práticas da Ecosol, do cooperativismo, do associativismo e outros temas mais ligados à formação ideológica e de novas práticas - conforme ANEXO III - permeou diversos debates. Mesmo diante da importância dos temas citados, existiu uma demanda bastante crescente pela formação técnica das atividades produtivas, como cursos relacionados ao artesanato, qualidade do produto, técnicas de produção entre outros. Esse aspecto ficou evidente durante a II Mostra Nacional de Economia Solidária, ocorrida na Bahia em dezembro de 2010 juntamente com a edição da feira baiana, quando as oficinas práticas tiveram uma demanda muito maior do que as oficinas que tratavam de aspectos político-ideológicos.

Mesmo diante da constante avaliação da Comissão Organizadora sobre a formação e seu conteúdo, a forma de participação dos empreendimentos, prevista na orientação aos mesmos, já tinha importância reconhecida pelos participantes. Selma Porto afirma:

Geralmente iam duas pessoas de cada grupo né? Aí um ficava na barraca e o outro ia participar das capacitações né? Das capacitações. E no outro dia trocava né? Então houve sim essa participação, essa qualificação. Quando voltava, essa pessoa tinha a função de repassar pros outros integrantes do grupo (Palmas de Monte Alto-Ba, 15/03/2016).

Diante do relato podemos perceber que, como previa a metodologia, a participação de dois representantes potencializava a participação do grupo nos diversos momentos, além de promover a participação de todos. Cabe um destaque à prática de “repassar” o conhecimento para os integrantes que não foram à feira, conforme depoimento acima.

Ainda sobre esse aspecto, o depoimento de Doralice de Jesus, de Juazeiro – BA, confirma a influência da metodologia, quando afirma a importância da presença de dois membros de cada grupo. Quando abordada sobre o tema, Dona Doralice afirma “Uma ficava, por exemplo, dentro do stand e uma saía pra participar. A gente sempre participou, nunca deixamos de

participar não” (Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Juazeiro – BA, 05/07/2016). Esse tema ainda é reforçado pela entrevista com a senhora Sueli Pereira Pimentel, de Feira de Santana, quando ela afirma “Ó geralmente só era eu e meu menino que ia, não era o grupo todo não. A gente anotava e chega lá a gente passava o que foi conversado” (Feira de Santana, 07/04/2016). Nesse grupo que trabalha com mudas nativas e decorativas, a maioria dos membros era da mesma família, Dona Sueli trazia as plantas e o seu filho comercializava os Bonsais. Assim eles se dividiam entre comercialização e formação, com a incumbência de repassar pros demais membros quando retornavam à Feira de Santana.

Lara Matos confirma, que participação nas feiras está imbrincada em diversos processos de formação:

Eu acho que os processos formativos, primeiro que eles se dão desde lá no interior, na hora de preencher a ficha com os dados de quem vem, até as oficinas propriamente ditas. Então é formação o tempo inteiro, o tempo todo. Você organizar a feira, decidir quem vem e quem não vem, você decidir quais os produtos que vem, você negociar com os outros empreendimentos da região, até pra [sic] saber a quantidade de produtos que você vai trazer, isso é formação. E aí você tem as oficinas propriamente ditas (ANDRADE. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 15/04/2016)

Portanto, as experiências das feiras se iniciam desde o momento em que os membros dos empreendimentos decidem participar do evento, quando a própria tomada de decisão já traz aprendizagens importantes.

Já o atual superintendente, Milton Barbosa, considera que os momentos de formação das feiras devem avançar para além das práticas solidárias, inclusive considerando a dimensão econômica através da comercialização e da dimensão política:

[...] é importante que durante uma feira, que os empreendimentos além de consolidar, de desenvolver seus conhecimentos e práticas solidárias, eles também possam entender a conjuntura política do país, entender esse contexto, fazer um balanço da economia solidária em nível estadual, regional e nacional, ter uma noção de pertencimento desse movimento mais amplo que não é só baiano, é brasileiro, é mundial de economia solidária. Pode aprender técnicas, aprimorar técnica de comercialização, de marketing, de designe de produtos, enfim, é sempre uma quantidade de coisas que você pode conhecer. Essa tradição da economia solidária de fazer junto com as feiras as atividades formativas, precisa ser mantida (BARBOSA. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 12/04/2016).

A fala do superintendente revela não só uma perspectiva, mas uma prática bastante conhecida dos participantes das feiras baianas, afinal, além dos registros de construção de documentos

importantes durante o evento, houve também a participação de diversos atores do cenário nacional, quando os representantes da Bahia puderam refletir sobre a importância da política do seu estado e seus impactos no cenário nacional.

5.1.3 - Da comunicação e divulgação dos princípios e práticas:

Tomando como base os relatos da organização das feiras⁶, cerca de 1000 (mil) visitantes passaram pelo evento por dia e muitos deles voltaram e indicaram a outras pessoas, o que gerou uma média de 4000 (quatro mil) visitantes por feira estadual, realizada em Salvador.

Ao consultar o *Termo de Referência das Feiras em Redes*, percebeu-se que a dimensão da divulgação foi citada como estratégica por considerar a ampliação do conhecimento do conceito de Economia Solidária para um público cada vez maior no âmbito de realização de eventos. Baseado nessa referência, a construção das peças de comunicação visual utilizadas na divulgação do evento ou durante a sua realização, esteve pautada pela necessidade de conter informações sobre a feira e priorizar informações sobre os conceitos e práticas da Ecosol como: Comércio Justo, Clube de Trocas, Finanças Solidárias, Consumo Consciente etc.

Durante o evento, as peças (cartazes, Banners, testeiras e outras constantes no ANEXO IV) foram instaladas em posições estratégicas, com o objetivo de atrair os visitantes e provocá-los quanto aos princípios que norteiam essa outra forma de desenvolvimento, além de informar sobre a produção e os grupos produtores que atuam naquela feira. Houve uma proposta de convencimento do visitante, buscando mostrar que aquele espaço não se tratava apenas de um local de compras, pois se configurava como uma oportunidade de adquirir produtos diretos dos produtores, conhecer seu processo de produção, construir laços sociais, trocar experiências e vivenciar outras possibilidades de mercado.

Vale destacar a criação e a veiculação de chamadas nas rádios, conhecidas pelos meios de comunicação como “spot”, cujo conteúdo versou sobre uma outra sociedade, onde não há empregados nem patrão, onde a produção é coletiva e a centralidade está no bem viver de todos e todas, e conclui convidando a população a visitar a feira e vivenciar essa outra economia. Estas chamadas foram veiculadas nas principais rádios da capital e do interior,

⁶ Relatório a partir da aplicação do Formulário de Avaliação das Feiras de Economia Solidária – FAFES, aplicado durante a feira de 2009.

sensibilizando a população não apenas sobre o evento, mas sobre outra forma de desenvolvimento.

Tal experiência se confirma no relato de Lara Matos, quando questionada sobre suas expectativas acerca da feira:

[...] a divulgação, pra própria sociedade, de uma outra economia possível. Então a tentativa de que a comunicação, e aí no caso você estava a frente disso, em pequenos textos, em palavras, em frases, enfim, de fazer com que as pessoas percebessem que o que se propõe ali era um outro tipo de relação de comercialização, de troca etc" (ANDRADE. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 15/04/2016).

O contato com o público e a possibilidade de divulgar produto, também surge como ponto importante da feira. Selma Porto afirma “É você conseguir mostrar o que você faz. É porque as vezes você tem o produto maravilhoso, mas dentro das suas quatro paredes. Se você não expor [sic], se você não mostrar, não vende. Então a feira é um excelente espaço de divulgação.” (PORTO. Palmas de Monte Alto, 15/03/2016), reconhecendo que a participação nas feiras revela os produtos da economia solidária para o público em geral.

5.1.4 - Da comercialização:

Ao tratar da comercialização como um dos aspectos importantes, foi percebido que a venda direta durante o evento não foi a atividade de maior impacto para a maioria dos empreendimentos. Mariza Mendes (Entrevista concedida a André L.F. da Silva, Coopertane, Salvador-Ba, 18/03/2016) afirma que “O mais importante era o contato com o cliente e depois a gente atendia muita encomenda da feira”. Vale ressaltar que algumas atividades ou produtos têm destaque durante as feiras, seja pela qualidade ou características peculiares que revelam a sua identidade e suas culturas locais, o que gerou um número elevado de venda. Foi possível perceber como os produtos que trouxeram suas identidades étnicas, de gênero, raciais, ou até mesmo os produtos classificados como artesanato, portanto, manufaturado e sem intervenções industriais, tiveram destaque nas vendas. Outros produtos que merecem destaque na comercialização imediata foram os produzidos com materiais recicláveis (como as vassouras de PET) e os produtos alimentícios (lanches e doces) além dos alimentícios do meio rural (mel, queijo, beiju), estimulado principalmente pela possibilidade de comprar direto do produtor ou produtora.

De fato a comercialização ficava aquém das expectativas de alguns, como afirmou em entrevista Helbeth Oliva, “Sempre achei que esse impacto não atendia a expectativa de alguns

empreendimentos, que ainda não tinham bem claro o objetivo central da feira como elemento mesmo de formação e as pessoas as vezes se frustravam por conta disso” (Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 09/08/2016) O olhar da pessoa que capitaneava a política pública à época, traz a clareza que de fato, a comercialização não era o principal ponto da feira e, isso se deu por diversos fatores.

Tal perspectiva sobre a comercialização é confirmada por Lara Matos, quando questionada sobre a importância da comercialização durante as feiras:

eu, até pela minha natureza, é... a comercialização era um detalhe. E eu não digo isso achando bom não, sabe? Eu hoje faço uma crítica até pela minha própria postura, assim, eu sempre olhei a economia solidária como uma grande filosofia etc., e essa parte prática da coisa, de vender e vender bem, eu não alçava a grandes alturas não, tá [sic] entendendo? É... então assim, tinha importância? Tinha. Era importante? Era. Pra [sic] que se divulgasse, pra que se conhecesse, mas eu nunca enxerguei a feira como um momento predominantemente de comercialização. Pra [sic] mim era um ganho secundário” (ANDRADE. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 15/04/2016).

Ainda diante dessa perspectiva da comercialização como ganho secundário, Lara Matos reconhece a importância das vendas “É preciso de fato comercializar, é preciso de fato vender pra também adquirir a dimensão econômica da sustentabilidade” (ANDRADE. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 15/04/2016).

Outro fator bastante interessante, percebido em conversas realizadas durante os eventos, foi a quantidade de grupos que não respondeu ao quesito “faturamento”. Essa pesquisa não aprofundou essa percepção, porém ficou a preocupação com a possibilidade da informação não ter sido dada, em virtude da maioria dos empreendimentos não dominarem as ferramentas contábeis ou os instrumentos de controle de caixa, o que revela uma fragilidade muito grande quanto ao aspecto da sustentabilidade econômica.

Vale destacar que havia a necessidade de intensificar a divulgação do evento e inserir maiores atrações, inclusive no campo da cultura, para atrair um público ainda maior e intensificar a comercialização dos produtos, as possibilidades de negócios e a divulgação da atividade dos empreendimentos.

Cabe também destaque à falta de estrutura dos empreendimentos quanto à disponibilidade de formas diversas de pagamento, já que no período dos eventos ainda não dispunham de máquinas para efetivar a compra a partir de cartões de crédito ou débito. Ainda nesse quesito, a Comissão Organizadora entendeu essa deficiência e buscou articular a instalação de caixas

eletrônicos disponíveis para os clientes realizarem saques, porém a dificuldade nessa negociação com as instituições inviabilizou a ação e só foi possível a instalação dos caixas na edição de 2010, em face de sua característica de evento nacional.

Mesmo reafirmando a importância das vendas e, por consequência, o ganho financeiro para os empreendimentos, o depoimento dos seus representantes está frequentemente afirmado a importância de outros ganhos. Quando questionado sobre as expectativas do grupo acerca da participação na feira, o membro da CriArte, em Salvador, afirma:

A expectativa... Independente da venda, o conhecimento. A gente conhece outras pessoas, desenvolve coisa diferente e vai aprendendo sempre um pouco mais. Independente da venda. Tudo bem tem que ter a venda pra ter um retorno do que você fez, mas só o conhecimento valoriza muito mais ainda (SANTOS, Agnaldo Dias dos. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, CriArte, Salvador, 21/05/2016).

Portanto, é possível afirmar que durante as feiras havia uma preocupação em vender produtos, mas as expectativas dos membros dos grupos não estavam limitadas aos ganhos financeiros gerados a partir das vendas.

Já o atual Superintende de Economia Solidária, Milton Barbosa, afirma a importância da atividade econômica e a importância das vendas, entendendo que:

A comercialização, em qualquer atividade econômica, e na economia solidária não é diferente, tem uma importância fundamental. Um produtor tem como objetivo vender seu produto. No caso da economia solidária, esse objetivo de vender o produto ele está acrescido pelo fato do produto ser produzido em condições de solidariedade e com respeito a alguns valores progressistas como o gênero, meio ambiente e tal. Quando se vende um produto da economia solidária está se fazendo um bem a sociedade e, quando esse produto não é vendido, não beneficia nem o produtor, nem a sociedade que deixou de consumir por exemplo, um produto orgânico ou “agroecologicamente” adequado, porque não teve condições de chegar ao mercado e ser vendido (BARBOSA. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 12/04/2016).

Barbosa faz ainda uma comparação com a metodologia utilizada nas edições da feira baiana do período estudado, com as feiras realizadas atualmente:

Eu acho que hoje as feiras de economia solidária estão muito mais voltadas para a atividade propriamente comercial, do que como era feito antes, que era mais um evento de formação, de divulgação. Era assim no início do movimento da economia solidária, do que propriamente um evento com finalidade comercial, mas também com ênfase na formação e na divulgação (BARBOSA. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 12/04/2016).

O atual superintende comprehende a importância dos processos de formação e divulgação de uma feira, porém, para ele, as feiras são eventos essencialmente de comercialização e devem focar suas atividades no fortalecimento das atividades econômicas dos empreendimentos, conforme trecho abaixo:

[...] nós temos que ter ideia que as feiras devem se proliferar em quantidade cada vez maior, porque elas tem um foco na comercialização e o empreendimento aprender a vender, aprender a obter ganhos financeiros econômicos com seu trabalho é um aprendizado fundamental pra o desenvolvimento do empreendimento, porque senão ele continuará sempre dependendo do Estado, dependendo do atravessador, dependendo de um terceiro e ficará na cadeia econômica na parte mais baixa e menos valorizada da cadeia econômica. Então ele precisa aprender a comercializar (BARBOSA, LOCAL, DATA).

Portanto, fica claro que as vendas e o fortalecimento da cadeia econômica são fundamentais para a economia solidária e precisam ser intensificadas durante esses eventos.

5.1.5 – Dos impactos ambientais

Os aspectos ambientais foram abordados em frentes diversas durante os eventos. A começar pela configuração do material distribuído a cada participante, sempre garantindo a garrafa para beber água, reduzindo o consumo de copos plásticos. Ainda no quesito de redução na geração de resíduos, o contrato com as empresas fornecedoras da alimentação do evento trazia uma cláusula que exigia a não utilização de pratos, talheres e copos descartáveis, orientando ainda a retirada dos resíduos orgânicos gerados pelo fornecimento de alimentos.

Sabendo que a geração de resíduo durante esses eventos é inevitável, além de buscar minimizá-la, a Comissão Organizadora sempre pactuou com empreendimentos de catadores de resíduos sólidos para fazer a coleta seletiva do material. Já na estrutura da feira o Complexo Cooperativo de Catadores de Resíduos Sólidos, empreendimento sediado em Salvador, garantiu os coletores para separação adequada dos resíduos e a coleta era realizada ao final de cada dia.

Um episódio que merece destaque na abordagem dos impactos ambientais, aconteceu na edição de 2010, quando a feira baiana aconteceu junto com a mostra nacional. Durante a montagem da feira desse ano, que aconteceu na Praça Wilson Lins, bairro da Pituba, o autor deste estudo, na qualidade de membro da comissão de infraestrutura, abordado por um morador do bairro e frequentador da praça, foi informado que a estrutura de toldo e stand que seria destinada ao *guarda volumes*, teria sido montada na frente de um ninho de corujas, o que

estava empatando a livre circulação do animal. Tal informação e constatação no local foram suficientes para desmontarmos a estrutura e realocarmos para outro espaço. O episódio foi discutido com a comissão e ficou como um importante aprendizado.

Os tópicos citados acima se relacionam com as dimensões trazidas por Bullosa e França Filho (2015), o que nos auxilia na percepção da amplitude e da diversidade dimensional que a feira pode impactar, além de reafirmar que este estudo não pretende classificar ordem de importância dos ganhos, mas sem dúvida, provocar a reflexão acerca da sua multidimensionalidade.

Mesmo diante dos esforços, a relação com os impactos ambientais não foram foco da gestão do evento. Helbeth Oliva confirma:

Eu acho que isso foi uma falha inclusive do próprio Estado. A questão do meio ambiente não estava no centro da formatação da feira de economia solidária, é claro que ele entrava, na separação dos resíduos, essas coisas assim, mas não era foco. (...) Então nas dimensões da sustentabilidade, provavelmente essa não tenha sido a dimensão mais trabalhada durante as feiras (OLIVA, Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 09/08/2016).

De fato, os esforços para minimizar impactos aconteceram mas talvez, até por uma limitação de compreensão conceitual acerca dos impactos ambientais gerados por um evento dessa natureza, tal dimensão não foi um ponto principal, diante de tamanha diversidade de ganhos.

Para além dos impactos gerados pelo evento, Lara Matos reconhece o compromisso dos empreendimentos com as questões ambientais, a partir dos seus processos de produção.

[...] a economia solidária presa muito pela questão ambiental, então eu lembro dos indígenas com seus artesanatos, explicando que aquelas penas eram retiradas do chão de fato, quando acontecia a muda da ave e eu lembro dessas explicações, que hora eram dadas aos consumidores de fato, hora eram dadas nas oficinas. Eu lembro desse cuidado de explicar de onde vinha esse material que estava sendo usado pra fazer o artesanato. De explicar que esses produtos eram ambientalmente sustentáveis (ANDRADE. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Salvador, 15/04/2016).

Diante do exposto, foi possível perceber que, apesar da preocupação com os impactos do evento ao meio ambiente ser tímida, o compromisso dos empreendimentos com o impacto da sua produção sobre o meio ambiente, estava presente na maioria das suas práticas.

6 – A natureza dos ganhos

Ainda que o *Termo de Referência das Feiras em Rede* indique como estratégicas as dimensões econômica, a do fortalecimento da organização dos empreendimentos, da divulgação, da formação e a ambiental, os apoiadores desses eventos ainda se utilizam de indicadores a partir do princípio econômico de mercado e o resultado das vendas parece ter mais importância sobre outras possibilidades de ganho.

Diante das particularidades dos empreendimentos solidários, das feiras e da metodologia de construção desses eventos já apontadas neste estudo, foi preciso dedicar grande parte dos esforços desta pesquisa à verificação da natureza dos ganhos obtidos por esses coletivos de produção e consumo. Vale considerar que os resultados na vida de trabalhadoras e trabalhadores dessas iniciativas a partir da participação na Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, são frutos de experiências no campo econômico (considerando sua pluralidade), político, cultural, ambiental, tecnológico, envolvendo aspectos que vão do campo prático ao campo afetivo.

O autor deste estudo entendeu a necessidade de verificar ganhos para além do campo do princípio econômico mercantil, a partir da própria vivência durante as edições da feira e da compreensão de que, para perceber a economia acontecendo dentro de uma feira dessa natureza é preciso expandir a compreensão sobre economia e se livrar dessa falácia que foi incutida na mente da população, fazendo achar que economia é somente mercantil. O erro está em igualar a economia geral humana à economia de mercado, afinal, o aspecto físico das necessidades do homem é inerente à condição humana e sendo assim, não pode haver sociedade que não possua algum tipo de economia substantiva (POLANYI, 2012).

E as práticas econômicas verificadas durante as feiras são observadas a partir de seus princípios plurais, afinal, durante os eventos é possível perceber efetivamente os princípios da reciprocidade, a partir das trocas; da redistribuição, com a estrutura disponibilizada através da aplicação de recursos públicos; além da economia de mercado, a partir da venda de produtos.

Vale destacar que para verificar a natureza dos ganhos gerados a partir do evento estudado, foram abordados os aspectos econômicos e não econômicos, afinal, os princípios e práticas da economia solidária não se assemelham com os da economia capitalista e, sendo assim, é preciso considerar aspectos distintos.

Este estudo avaliou os ganhos a partir das cinco dimensões abordadas por França Filho e Rosana Boullosa: socioeconômica, sociopolítica, sociocultural, sociotecnológica e socioambiental. Para avaliar a melhoria nas condições de vida dos membros desses empreendimentos, associado ao perfil ou natureza do público e as próprias características do contexto, é insuficiente avaliar apenas os ganhos econômicos para uma apreensão completa de tais resultados (BOULLOSA; França Filho, 2013).

6.1 - Ganhos multidimensionais das feiras.

Apesar de trazer os estudos desenvolvidos por Boullosa e França Filho como base teórica para referendar a diversidade das dimensões a serem avaliadas, este trecho do estudo traz, além da experiência do autor, o resultado da pesquisa de campo, através das variadas entrevistas realizadas com membros de empreendimentos que participaram do evento nas edições de 2007 a 2010.

De posse dessas informações e ainda, embasado pelas orientações trazidas no *Termo de Referência das Feiras em Rede*, este estudo buscou observar as diversas dimensões dos ganhos obtidos pelos empreendimentos solidários, associando-os à metodologia de construção e gestão desses eventos. É a partir desse cruzamento de informações – campo X vivência do autor X metodologia das feiras – que encontramos os resultados trazidos abaixo.

6.1.1 - Dimensão socioeconômica

O olhar a partir dessa dimensão buscou avaliar a geração de renda e a mobilização de recursos efetivadas pelos empreendimentos durante o evento. Aqui foram abordados aspectos relacionados à reprodução material, considerando comercialização, trocas e o próprio apoio do estado durante os eventos, refletindo sobre a capacidade dos participantes em gerar renda a partir da comercialização dos seus produtos, além da mobilização de recursos a partir de parcerias e articulações com outros parceiros, bem como a proposta de promover trocas entre empreendimentos participantes.

As vendas dos produtos foram bastante importantes para os empreendimentos, principalmente para aqueles que tinham dificuldades em acessar espaços de comercialização. Como afirma “Seu Agnaldo”:

É um meio de escoar, você tem onde escoar porque muita gente, muito artesão não tinha como escoar o produto, ficava mais em casa, então, com o surgimento das feiras, principalmente essas da agricultura familiar, a gente tinha como escoar o produto e adquirir mais conhecimentos com os próprios colegas que estão lá diferentes (SANTOS, Salvador, 21/05/2016).

Já dona Maria da Conceição foi além e afirmou que, através das vendas nas feiras foi possível realizar sonhos:

[...] quando a gente participava de uma feira dessas, principalmente da feira baiana, a gente juntava um dinheirinho e realizava nossos sonhos. Quem queria comprar uma máquina comprava, uma geladeira em casa pra ajudar a família, quem tinha filho na escola comprava um computador, entendeu? (Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Camaçari – BA, 08/06/2016).

A importância da venda estava sempre associada a possibilidade de divulgar e gerar possíveis vendas pós feiras, como afirma Doralice de Jesus, de Juazeiro-BA “Não só vendia os produtos como a gente divulgava” (Juazeiro – BA, 05/07/2016). A relação com clientes que eram constituídas durante as feiras costumavam gerar vendas depois dos eventos.

Apesar do relato acima, foi possível perceber que os ganhos socioeconômicos, principalmente os ganhos dos princípios mercantis, são os mais fragilizados durante as feiras, porém, além dos ganhos financeiros é possível perceber também os ganhos a partir do princípio econômico da reciprocidade, quando das atividades de trocas.

Quando já não tinha mais expectativa de vender, fazia a feira de troca. A gente trocava um produto do nosso grupo, por um produto de outro grupo que nos interessava. Uma coisa maravilhosa assim, essa coisa da troca, porque a gente volta ao passado, como as pessoas faziam antes, quando não tinham muita comercialização (PORTO, Palmas de Monte Alto – BA, 15/03/2016).

Selma Porto relata uma prática bastante comum nas feiras, principalmente no último dia, quando já estavam terminando as atividades da comercialização. Foram momentos de celebração a partir das trocas, quando as pessoas já estavam se despedindo e expressando sentimentos de gratidão e fortalecimento pra seguir trabalhando sobre os princípios da solidariedade.

A importância das trocas é trazida como prática inerente à economia solidária, a partir da afirmação de Dona Sueli Pereira “A gente fazia, porque a gente que faz a economia solidária, a gente fazia troca” (Feira de Santana – BA, DATA). Essa prática da reciprocidade surge como algo que é parte consciente do processo de constituição do segmento.

Outro relato bastante importante para analisarmos os ganhos nesta dimensão, foi trazido pelo senhor Edenízio, mais conhecido como “*Seu Zito*”:

Olha é muito importante, é muito importante entendeu? Mas é... Eu que sou agricultor, que sou familiar, que sou pequeno agricultor, nós precisávamos de uma estrutura mais presente, de uma estrutura mais real (SANTOS, Edenízio Antônio dos. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Conceição do Jacuípe – BA, 07/06/2016.)

O relato acima revela a importância das vendas, porém afirma a insuficiência de um período de feira quanto à sustentabilidade dos empreendimentos. Isso é bastante claro para os participantes, gestores e apoiadores das feiras, afinal, um evento dessa natureza não pretende ser suficiente para garantir a sustentabilidade dos grupos, porém, vale refletir sobre a necessidade de continuidade dos processos inaugurados ou provocados durante o evento.

Diante dessas questões, verificou-se como se deu a relação de mercado nas edições da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar. A partir da análise das entrevistas, bem como da própria experiência deste autor, foi possível perceber que as práticas mercantis estiveram presentes nas feiras, além de perceber que o espaço físico – entendido também como um dos sentidos de mercado – no qual se configura a feira, serve para além da troca de produtos, afinal, se realizam diversas práticas fundamentais para o processo de sociabilização, fortalecimento político e ideológico, além do acesso a cultura e a formação.

6.1.2 - Dimensão sociopolítica

Nessa dimensão buscou-se perceber o nível de articulação e autogestão do empreendimento durante o evento, quando observamos como seus representantes que participaram da feira se relacionaram com a sua natureza coletiva, se auto-organizando para participar das mais diversas atividades, bem como se foi possível aderir ou se associar às iniciativas como redes, fóruns e instâncias de articulação. Aqui foi examinado o nível de participação de cada

representante nas atividades, além da sua articulação com outros parceiros do poder público ou da sociedade civil.

Como já citado neste estudo, foi durante a feira do ano de 2006 que o Fórum baiano de Economia Solidária entregou um documento para o futuro Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, que assumiria no novo governo em janeiro de 2007. A partir desse documento com a sistematização das demandas do segmento, foi criada a Superintendência de Economia Solidária da Bahia, portanto, os ganhos nesta dimensão são facilmente mensuráveis.

A feira possibilita o encontro entre Estado e sociedade civil, quando em diversos momentos os empreendimentos estiveram com representantes do governo e puderam acessar a política pública. Como afirma Selma:

O que eu digo é que a economia solidária é uma ponte, que tá aqui do lado o governo e do outro lado o pessoal que precisa, se nunca se encontrarem, nunca vão saber, e, a feira é um momento que traz essa informação (AGESP, Palmas de Monte Alto – BA).

A participação nas feiras, entendendo ser um espaço de encontro entre diversos atores, possibilita a articulação dos empreendimentos com outros parceiros, bem como acessar políticas públicas. Dona Sueli Pereira, quando questionada sobre o apoio de outras entidades no período da feira, afirma “Ó, antigamente era muito bom. A gente tinha apoio assim da Cediter, era do Sebrae, apesar de não ter nada a ver, mas eles faziam feira e convidava” (Feira de Santana – BA, 07/04/2016)

Dona “Conceição de Camaçari” revela como as atividades das feiras trouxeram empoderamento pra ela:

Eu não vou falar o nome de todo mundo porque já tem muito tempo, mas aquela turma que a gente fazia os fóruns, as feiras, foi uma lição de vida que eu adquiri. Um conhecimento imenso que eu tenho hoje. Então hoje em qualquer lugar eu não tenho medo de falar da economia solidária. As vezes as pessoas me chamam até pra falar, pra explicar o significado, como faz pra participar e eu chego a dizer como faz. Porque as vezes você pratica e não sabe que é economia solidária e a gente que tá ali vivendo, a gente sabe. (CONCEIÇÃO, Maria da. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Camaçari – BA, 08/06/2016).

Questionado sobre a constituição ou fortalecimento das relações do grupo com outras instituições parceiras, partir da participação no evento, “Seu Agnaldo” confirma:

Com o Estado teve com “a Cesol”, logo no começo foi a Cesol lá do Comércio. Então ela dava assistência de assessoria e tudo que a gente precisava. Logo em seguida a feira e aconteceu isso aí (SANTOS, Salvador – BA, 21/05/2016).

Quando foi abordado o tema da relação do empreendimento com outras instituições, buscando compreender se foi efetivada a partir da participação da feira, Dona Doralice afirma:

Com certeza e até hoje nos estamos aqui com Cesol, nos fazemos parte da casa do artesão [...] Temos um espaço no shopping novo, mas a economia solidária pra mim, graças a Deus, é tudo. O Cesol nunca deixou de fazer a visita aqui com a gente e temos também um espaço da economia solidária aqui, pra a gente vender nossos produtos. É nos temos e eu do muito valor (Juazeiro – BA, 05/07/2016).

Na informação da senhora Doralice, é possível observar a importante atuação do Cesol, bem como o acesso à política pública municipal denominada *Casa do Artesão*, onde a Prefeitura Municipal de Juazeiro disponibiliza o espaço para a comercialização dos produtos locais.

6.1.3 - Dimensão sociocultural

Neste item buscou-se observar se a participação no evento impactou nos sentimentos dos participantes, gerando a sensação de pertencimento ao evento e ao movimento de economia solidária, além dos sentimentos de cooperação e solidariedade, tanto quanto se relacionam com os membros dos seus empreendimentos, quanto da relação com outras trabalhadoras e trabalhadores de outros empreendimentos. Observou-se também se a participação no evento promoveu aos participantes uma melhor compreensão sobre sua natureza, afinal, trata-se de um evento autogestionário e cada membro pode e deve auxiliar em todos os processos relacionados ao bom funcionamento dos espaços, programação etc.

O relato de *Doralice de Jesus*, quando questionada sobre os impactos da participação nas feiras sobre a relação entre membros dos grupos, ela afirma “Até hoje nos estamos unidas graças a Deus. A gente ia e levava mercadoria, não só minha, por exemplo, levava do grupo.”.

A entrevista com Dona “Conceição de Camaçari” revelou a diversidade de perfis e como o grupo se fortaleceu a partir das vivências nas feiras e da mudança de postura de alguns dos seus membros:

As vezes tem uma pessoa que é mais pacato e prefere ficar ali costurando seu pedacinho de pano, fazendo seu fuxico, emendando seu retalho, fazendo sua boneca. E já tem aqueles que interagem mais, que gosta de ir buscar, de procurar saber como faz pra participar. Então o grupo ficou mais forte, ficou mais confiante (Camaçari – BA, 08/06/2016).

Quando perguntado sobre o principal aprendizado da feira para os membros da CriArte, “Seu Agnaldo” afirma: “A colaboração entre si. Antes essa coisa de estar em grupo era aquele individualismo. Eu faço o meu, você faz o seu, depois a gente começou a se agregar mais e se unir muito mais” (SANTOS, Salvador – BA, 21/05/2016)

revelando uma mudança sociocultural bastante intensa no grupo.

6.1.4 - Dimensão sociotecnológica

Neste âmbito foram observados os processos de geração, socialização e apreensão de saberes, sendo eles formais (em salas destinadas à formação) ou não formais, quando da própria participação na gestão do evento ou de processos durante o mesmo. Foi examinado também, se estes tiveram impacto sobre os participantes, bem como a sua influência sobre os processos produtivos dos empreendimentos.

A geração de saberes durante as feiras são bastante intensas e promove impactos em diversos campos, seja na comercialização e na relação com clientes, seja no campo ideológico, quando princípios e práticas da economia solidária são reforçados, ou seja no campo político, promovendo uma reflexão sobre a política pública e seu contexto. Quando perguntada sobre os aprendizados gerados na feira, Selma Porto confirma os diversos ganhos:

Quais, porque foram muitos. É... o aprendizado do relacionamento, o aprendizado de que você pode, é... trocar, fazer troca, que você pode comprar em grupo pra baratear custos né? As formas de comercializar, a forma de pautar o governo, de se organizar em grupos coletivos né? Em... em... conferências. Era muitos aprendizados (Palmas de Monte Alto – BA, 15/03/2016).

Dona Maria da Conceição, conhecida por “Conceição de Camaçari” revela que a partir do conhecimento adquirido nas feiras, em especial nos clubes de trocas, foi possível implantar uma avançada política de crédito.

[...] através desse conhecimento que eu adquiri com o clube de troca, hoje a gente tem um Banco Comunitário. A gente criou esse banco pra [sic] ficar trocando a nossa moeda, a moeda virou real hoje. Foi através desses movimentos, através dessas feiras que eu consegui ganhar esse conhecimento (Camaçari – BA, 08/06/2016).

Dona Conceição segue afirmando a influência dos processos de formação dos quais os membros dos grupos participaram durante as feiras, inclusive sobre a natureza jurídica do empreendimento:

A gente não tinha documentação, hoje temos documentação e estamos todos legalizados. A gente teve essa instrução dentro das palestras e hoje a gente é um grupo que não tem medo de meter a cara em qualquer lugar (Camaçari – BA, 08/06/2016).

Além dos processos formais de geração de saber que acontecia durante a feira, a participação da construção e na gestão do evento já trazia conhecimentos para os empreendimentos.

Rapaz é uma forma de conhecimento que você ganha, que você adquiri e também vê que fazer uma feira não é só por fazer. (...) As vezes a pessoa pensa que a feira “ta” ali, mas por de traz daquela feira, se não tiver alguém pra organizar, se não tiver custo, porque ela tem custo, não funciona (DIAS, CriArte, Salvador – BA, DATA).

A influência do aprendizado adquirido durante as feiras facilita o trabalho dos empreendimentos e fortalece a sua atividade. Quando questionada se a feira trouxe algum aprendizado, Dona Neura afirmou:

Trouxe muito né? Porque a gente fica assim, mais experiente, a gente aprende mais assim a trabalhar com o público né, isso divulga nosso trabalho, porque depois das feiras a gente já fez tantos clientes, porque o pessoal vê o trabalho da gente, aí pega *email* da gente, faz pedidos. As feiras são muito importantes para o contato da gente e pra divulgar nosso trabalho né (ALVES, Neura Martins de Souza. Entrevista concedida a André L. F. da Silva, Grupo Neura Chique, Juazeiro – BA, 05/07/2016).

Neste depoimento é possível reafirmar também o aspecto da comercialização pós feiras, porém, o mais importante da dimensão sociotecnológica aqui tratada versa sobre o aprendizado no trato com os clientes.

Ainda sobre os saberes gerados durante as feiras, Magda, da Coopertane, traz um importante relato e revela como o planejamento para participar das feiras já gerou diversos saberes. Quando questionada sobre os aprendizados de uma feira, a entrevistada afirma:

Com certeza. Assim o saber, o entender que o espaço da feira é sem dúvida um espaço de formação. Pra além da comercialização é um espaço de formação. Por que? A gente se prepara e não é só chegar na feira. Tem que pensar: o que é que eu vou levar de produto? Quem vão ser as pessoas? Por mais que tenha aquelas pessoas que vão ser responsáveis por ficar na feira, sempre dizia: quem puder e tiver disponibilidade pra ir participar das oficinas e das atividades, a gente sempre incentivava de mais pessoas irem. Não só as pessoas responsáveis, porque a gente tá lá pra atender os clientes, então tem que ser as pessoas que tem mais esse perfil dentro da cooperativa (ALMEIDA. Entrevista concedida a André L. F. Da Silva, Coopertane, Salvador – BA, 18/03/2016)

Outro importante relato vindo de Dona Mariza da Coopertane confirmou a diversidade dos saberes gerados, quando as discussões sobre cidadania e acesso a direitos foram aprofundadas durante a feira. Dona Mariza confirma ganhos na dimensão sociotecnológica:

Eu não tinha assim, conhecimento com os direitos das mulheres, eu aprendi na feira, porque quando começou logo, eu não tinha conhecimento “com” nada disso. Aí foi nas feiras que eu passei a me aprofundar mais nesses temas (SILVA, Mariza Mendes da Silva. Entrevista concedida a André L. F. Da Silva, Coopertane, Salvador – BA, 18/03/2016).

Vale destacar que esse conhecimento absolvido por *Dona Mariza* traz a possibilidade de gerar outro ganho no aspecto sociocultural, uma vez que, apesar de não ter sido captado por esta pesquisa, se tem diversos relatos que versam sobre a libertação de mulheres que sofriam com a violência doméstica e que, a partir das discussões acerca do tema, passaram a tomar consciência dos processos vividos em seus lares e se libertaram.

6.1.5 - Dimensão socioambiental

Este aspecto do estudo buscou observar como a dimensão ambiental foi percebida pelos participantes. Aqui vale destacar que este estudo partiu de um princípio de que o aspecto ambiental envolve a dimensão ecológica e a dimensão humana. Assim, foi observada a importância dada aos impactos do evento sobre o meio ambiente (descarte de resíduos, redução no uso de descartáveis etc.), bem como na preocupação com as pessoas que estavam participando (saúde, bem viver etc.).

As práticas destinadas à preservação do meio ambiente estavam presentes em diversas atividades, porém, muitas vezes de forma pulverizada e pouco percebida. Mas os diversos relatos tratam desse ganho. Como relata Selma Porto, quando questionada se a participação nas feiras mudou as práticas do grupo,

Mudou sim, tanto que o pessoal foi se conscientizando em não poder descartar as coisas em qualquer lugar, de coletar o lixo, de plantar mais mudas né? Então inclusive é... teve uma comunidade que a gente conseguiu uma parceria com EMBRAPA e foram plantadas 70 mudas de umbu gigante, em 2007 (Palmas de Monte Alto – BA, 15/03/2016).

Dona Doralice revela uma mudança de hábito de todos os membros do grupo a partir das feiras, indicando a utilização de embalagens que proporcionam menor impacto ao meio ambiente:

Tanto que nós aprendemos que hoje nós nem trabalhamos mais com sacolas de plástico. Nós trabalhamos com nossa sacolinha de papel pra preservar o

meio ambiente. Nós não trabalhamos mais com sacolas de plástico, é só nossa sacolinha de papel, não é? Então a gente aprendeu foi através da feira de economia solidária com certeza (AAVASF, Juazeiro – BA, 05/07/2016).

Quando questionada se a vivência nas feiras influenciou numa mudança de postura dos membros do grupo em relação ao meio ambiente, Dona Conceição afirma:

Com certeza. Pessoas hoje que anda em um coletivo e que carrega um saquinho, se chupa uma bala, se toma um sorvete bota no saco e antigamente jogava pela janela e não tava [sic] nem aí. Então as oficinas que [sic] a gente participou, a gente aprendeu muito (CASP, Camaçari – BA, 08/06/2016).

Como já citado neste estudo, a dimensão socioambiental foi trabalhado durante as feiras, porém, temos registros de alguns problemas acerca do tema, mesmo quando estamos tratando da compreensão de muitos participantes. O trecho abaixo traz uma situação bastante complexa:

Olha eu vou te contar, é uma denúncia tá [sic]. Eu já fui numa feira da economia solidária, que eu fiquei tão agoniada, falei com tanta gente, mas nada resolveu. Tinha um senhor vendendo orquídea tirada do mato. Você imagina que tinha tanta orquídea tirada do mato. Você via que ele arrancou naqueles dias, tá [sic] entendendo? E a mesa tava [sic] cheia. É por isso que eu luto com isso, que eu trabalho tá [sic] entendendo? Porque hoje mesmo a gente já tá fazendo um pouquinho de orquídea. Orquídea, pra [sic] quem trabalha em laboratório é outra história né? A gente compra as mudinhas novas e vai criando elas [sic], porque a gente sabe fazer. Aí vamos criando elas [sic], mas é orquídea de laboratório e a gente não vai na mata tirar. A gente olha e pensa: “Onde é que está o Ibama que não vê um negocio desses? Onde é que está [sic] os organizadores dessa feira, que não tem essa visão de vê [sic] essas coisas erradas? (PIMENTEL. Feira de Santana – BA, 07/04/2016).

O relato acima traz algumas reflexões. A primeira delas é sobre a debilidade do controle da Comissão Organizadora sobre os produtos comercializados, uma vez que um fruto de crime ambiental estava sendo comercializado. A outra vem da necessidade de formação sobre esse aspecto, buscando conscientizar os membros dos empreendimentos solidários sobre os aspectos ambientais. Por último, e aqui trato como importante ganho na dimensão socioambiental, versa sobre a consciência e luta da Dona Sueli sobre a necessidade de proteger a natureza e trazer a sustentabilidade da sua atividade como aspecto primordial da sua caminhada.

A pesquisa revelou uma limitação na compreensão do conceito de meio ambiente, além de uma fragilidade no instrumento de pesquisa, uma vez que todas as respostas foram

relacionadas aos impactos na natureza e em nenhuma referência a dimensão humana. Porém, vale destacar que diversas práticas durante as feiras estão destinadas ao bem viver, ao bem estar das pessoas, uma vez que a economia solidária está centrada no ser humano. Os representantes de empreendimentos da agricultura familiar tem papel fundamental nesse item, pois, a produção de alimento saudável é uma condição de grande parte desses coletivos. O combate aos agrotóxicos está a frente da maioria dos debates, porém não é possível afirmar que todos os agricultores e agricultoras de empreendimentos familiares praticam a agricultura orgânica.

7 - Os impactos da metodologia sobre a natureza dos ganhos - Proposta de Tecnologia de Gestão Social

A tecnologia de gestão social proposta por este trabalho tem características bastante peculiares, pois não propõe uma metodologia inédita, nem revela dimensões de ganhos nunca antes trabalhadas. O principal passo dado pelo autor deste estudo foi associar uma metodologia existente às dimensões de ganhos já propostas por outros autores no campo da avaliação de projetos. Assim, apresenta-se aqui uma tecnologia de gestão social que revela a importância da metodologia das feiras de economia solidária e seus impactos sobre os ganhos obtidos pelos empreendimentos econômicos solidários participantes.

A metodologia estudada coloca cinco dimensões como estratégicas para o evento. São elas: 1) Dimensão econômica; 2) A dimensão do fortalecimento da organização dos empreendimentos da Economia Solidária; 3) A dimensão da divulgação; 4) A dimensão da formação e 5) A dimensão ambiental. Para contemplar essas dimensões, a metodologia indica que durante uma feira devem acontecer atividades de comercialização, formação (Oficinas, seminários, etc.), atividades culturais, Reuniões, debates, atividades de Trocas e uma intensa campanha de Divulgação.

Portanto, para avaliar os ganhos gerados pelas feiras, esta TGS utilizou cinco dimensões: 1) socioeconômica; 2) sociopolítica; 3) sociocultural; 4) sociotecnológica e 5) socioambiental. E é como base nessa associação que se chegou ao resultado representado no quadro abaixo:

Quadro 7 – Metodologia – Multidimensões – Ganhos

(continua)

METODOLOGIA (Dimensões estratégicas)	METODOLOGIA (Atividades)	MULTIDIMENSÕES (Contextualizar os ganhos)	GANHOS
Econômica	Comercialização e clubes de trocas.	Socioeconômica	Comercialização, trocas e recursos do governo.
Fortalecimento da organização dos EES	Debates, reuniões e articulação com parceiros.	Sociopolítica	Acesso à políticas públicas, participação em fóruns e redes.
Divulgação	Campanhas de divulgação dos produtos, princípios e práticas da ecosol.	Sociocultural	Divulgação dos produtos e de uma outra economia possível, sentimentos gerados de pertencimento, solidariedade, coletividade etc.
Formação	Cursos, oficinas e Trocas de saberes.	Sociotecnológica	Novos saberes.
Ambiental	Cartilhas com orientações sobre o tema, coleta seletiva dos resíduos, debates e oficinas.	Socioambiental	Reflexão sobre os impactos da produção e do consumo, mudança de hábitos no grupo.

Fonte: Elaboração própria

O autor pretende disponibilizar tal tecnologia a partir de um produto denominado cartilha, cujo tema é: *Feira de Economia Solidária: Uma feira, muito ganhos* e terá como público alvo os gestores públicos municipais, além de gestores de entidades da sociedade civil, que atuam com o apoio e fomento à economia solidária, cujo objetivo será de revelar a importância das feiras e o impacto gerado a partir do apoio à esses eventos, face às suas múltiplas dimensões de ganhos. Apoiar um evento como as feiras de economia solidária, possibilita à instituição impactar diversas frentes de trabalho em um só evento, trazendo a possibilidade de gerar ganhos do financeiro ao cultural. Se tratando da gestão pública municipal, por exemplo, é uma oportunidade de reunir diversos atores para discutir políticas públicas, promover o empoderamento dos municípios, fortalecer a economia local e incentivar processos de produção coletiva através do trabalho associado.

7.1 - Produto da Tecnologia de Gestão Social - Cartilha: Feira de Economia Solidária: Uma feira, muito ganhos.

As feiras de economia solidária se configuram como espaços de formação, de troca de saberes, de comercialização, de fortalecimento sócio econômico, articulação de redes de produção e consumo e de difusão do conceito de Economia Solidária, revelando a sua

importância para a consolidação dessa outra economia. Nesse espaço é possível reunir membros dos empreendimentos econômicos solidários – EES, que já atuam sob a lógica da solidariedade e da cooperação, além de gestores públicos, membros de entidades de apoio e fomento e o público visitante, que durante o evento têm acesso a outras práticas que possibilitam a construção de relações mais justas e solidárias.

É durante as feiras de economia solidária que milhares de trabalhadoras e trabalhadores se reúnem e promovem um momento de integração com a comunidade na qual estão inseridas. São nesses momentos que o consumidor pode comprar direto da mão do produtor e saber exatamente de onde vem seu produto. São nesses momentos que a gestão pública pode se aproximar do público beneficiário e conhecer de perto as suas demandas. São nesses momentos que esses grupos produtivos se conhecem e se articulam em redes, possibilitando ultrapassar barreiras e vencer dificuldades que entravam seu desenvolvimento. E mesmo assim, as feiras encontram dificuldades para captar apoio. Isso se dá pela falta de compreensão sobre a diversidade de ganhos que esses eventos geram.

7.1.2 - Objetivo da Cartilha

Orientar sobre a metodologia de gestão de uma feira de economia solidária e como essa forma de fazer revela a natureza multidimensional dos ganhos. Associar a metodologia à natureza dos ganhos pode corroborar o processo de convencimento dos parceiros e apoiadores sobre a importância desse evento para o desenvolvimento local.

7.1.3 - Porque apoiar feiras de economia solidária?

Apoiar as feiras de economia solidária significa promover o desenvolvimento local, seja ele do seu bairro, da sua cidade ou do seu Estado.

As feiras possibilitam o fortalecimento econômico, promovem a organização dos empreendimentos da Economia Solidária, divulgam os produtos, ampliam o conhecimento do conceito de Economia Solidária, promovem formação e uma reflexão acerca dos impactos ambientais gerados pela produção e pelo consumo.

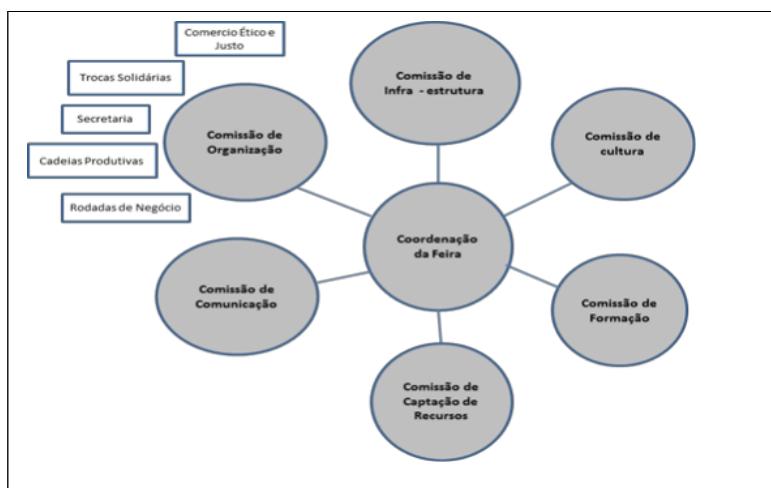
Apoiando eventos dessa natureza, se torna possível promover o desenvolvimento dos participantes, através do fomento de cinco dimensões fundamentais para o fortalecimento dos trabalhadores e trabalhadoras da zona rural e urbana, pois, a partir dos ganhos gerados numa feira obteremos acúmulos financeiros, culturais, políticos, tecnológicos e ambientais.

7.1.4 - Como fazer uma feira gerar muitos ganhos?

Após muitos anos de acúmulos e geração de muitos saberes a partir da construção das feiras, o segmento da economia solidária, através dos seus diversos atores, construiu uma metodologia bastante rica e didática para fazer eventos dessa natureza.

A metodologia prevista pelo Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária, prevê que as feiras de economia solidária devem ter a estrutura de gestão exposta abaixo:

Figura 6 - Organograma - Equipes para Organização das Feiras



Fonte: Cartilha 1, série: feiras de Economia Solidária Programa Nacional de Fomento as Feiras de Economia Solidária

A partir da estrutura participativa e autogestionária, a gestão precisa buscar garantir estrutura, programação e princípios norteadores que sejam capazes de gerar ganhos multidimensionais. A orientação descrita abaixo, principalmente do ponto de vista de infraestrutura, está sujeita a ser adaptada à realidade local.

Dimensões estratégicas:

- Econômica;
- Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários
- Divulgação
- Formação
- Ambiental

Estrutura necessária:

- Pontos de comercialização (Barracas ou stand's);
- Espaços para formação e reuniões (Salas ou galpões);
- Espaços para armazenar produtos (Sala com prateleiras e freezer);
- Sala de Coordenação (Computador e mobiliário);
- Espaço Cultural (Palco, som e luz);
- Coletores de resíduos (Separação entre recicláveis e não recicláveis);
- Espaço para alimentação (Mesas e cadeiras);
- Iluminação pública;
- Segurança;
- Banheiros.

Programação das atividades:

- Comercialização;
- Formação (Oficinas, seminários, etc);
- Atividades culturais;
- Espaço de articulação (Reuniões, debates, etc)
- Clubes de Trocas;
- Comunicação/Divulgação

Princípios norteadores:

- Economia Solidária;
- Comércio Ético, Justo e Solidário;
- Moeda Social e Trocas Solidárias;

- Desenvolvimento Sustentável Solidário;
- Microcrédito - Finanças Solidárias;
- Rodadas de Negócios;
- Empreendedorismo Coletivo;
- Entendo de Custos, Despesas e Preço de Vendas.

(Fonte: Termo de Referência do Programa Nacional de Apoio às Feiras em Rede)

A metodologia das feiras pode gerar ganhos multidimensionais, com previsão de impactos conforme descrição abaixo:

Quadro 8 - Relação entre metodologia, dimensões de ganhos e ganho.

Continua

ATIVIDADES	DIMENSÃO DO GANHO	GANHO
Comissões	Sociocultural	Sentimentos de pertencimento, de cooperação, de participação.
	Sociotecnológica	Apreensão de diversos saberes, a partir das trocas de informações nas diversas comissões.
	Sociopolítica	Contato com o processo autogestionário, além da intensa articulação com parceiros diversos.
	Socioeconômico	O momento de captação de recurso para realização do evento, revela o princípio econômico da redistribuição, quando da aplicação dos recursos do Estado.
Acolhimento	Sociocultural	A solidariedade de fortalece no acolhimento dos participantes, além de se intensificar o sentimento de unidade do segmento, onde todos estão juntos em um momento de integração
	Socioambiental	Orientações sobre a feira trazem a abordagem sobre a preservação do meio ambiente e a redução de impactos.
Ocupação dos pontos de venda	Sociocultural	Diante da estrutura limitada, sempre foi necessário dividir pontos entre dois grupos. Nesse momento é preciso que o sentimento de solidariedade esteja presente.
	Sociopolítico	Para esse momento se faz necessário compreender a autogestão, quando os grupos precisam decidir juntos sobre o espaço.
Comercialização	Socioeconômica	Momento de vendas
	Sociocultural	Contato com o consumidor traz outros conhecimentos
Trocas de produtos	Socioeconômica	Quando se revela o princípio econômico da reciprocidade.
	Sociocultural	O aprendizado a partir das trocas, desperta o sentimento de cooperação e de pertencimento àquele universo da feira.
Formação	Sociocultural	Algumas atividades que não estão na programação oficial do evento, são propostas e decididas de forma autogestionária, quando os participantes organizam e executam processos formativos.
	Sociotecnológica	Momento intenso de troca de saberes, através dos processos formais e informais.
	Sociopolítica	A partir desses momentos de reflexão surgem articulações importantes e fortalecimento do segmento.

Reuniões de coletivos de articulação (Fórum, etc)	Sociopolítica	Quando são tomadas decisões estratégicas para o fortalecimento do segmento, além de intensificar diversos momentos de articulação, inclusive de redes e cadeias produtivas.
	Sociocultural	Esses momentos são de participação exclusiva da sociedade civil, quando se organizaram para decidir de forma coletiva os rumos do segmento. Ali o sentimento de pertencimento, de cooperação e de solidariedade estiveram presentes.
Atrações culturais	Sociocultural	Em geral as atividades culturais buscam corroborar sentimentos trazidos pela feira, onde solidariedade e cooperação estão sempre presentes.
	Socioambiental	Muitas das atividades buscaram abordar o tema e provocar a reflexão acerca dos impactos ambientais promovidos por todos.
	Sociopolítica	A valorização dos saberes populares se evidencia através das atrações culturais.
Convivência durante a feira (hospedagem, etc)	Sociocultural	Intensos momentos de convivência durante quatro dias de evento, trazem à tona o sentimento de coletividade e de pertencimento.
	Socioambiental	A convivência durante os dias do evento traz a reflexão sobre a redução do uso de material descartável, quando estão sempre buscando reduzir o impacto do evento e cuidar do resíduo gerado.
Alimentação	Socioeconômica	Quando os empreendimentos podem fornecer a alimentação e gerar ganhos financeiros
	Sociocultural	O momento da alimentação pode revelar diferenças culturais que precisam ser acolhidas a partir da solidariedade. A busca pela alimentação saudável e a discussão da qualidade dos alimentos.

Fonte: Elaboração própria

8 – Considerações Finais

8.1 – Em relação aos objetivos do trabalho

Este trabalho teve como objetivo verificar a natureza dos ganhos obtidos pelos empreendimentos econômicos solidários que participaram das edições da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, realizadas entre os anos de 2007 à 2010, e ainda, qual a relação desses ganhos com a metodologia utilizada na construção do evento. A pesquisa partiu de dois pressupostos : 1) Um evento de natureza e fins diversos não gera somente ganhos financeiros aos seus participantes e 2) A metodologia de construção desse evento tem impacto na natureza desses ganhos.

A conclusão é que a Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar promoveu o encontro entre uma diversidade de atores, os envolveu em uma gama de acontecimentos e os mobilizou em torno de processos sociais, políticos e econômicos plurais. Esses momentos estiveram orientados pela metodologia proposta pelo Programa Nacional de Apoio às Feiras em Rede, que tem como premissa nortear os atores envolvidos na construção das feiras em rede, buscando garantir que seja de forma participativa e autogestionária. A metodologia estudada traz dimensões estratégicas, revelando objetivos multifacetados, que possibilitam a geração de ganhos multidimensionais.

Diante dessa forma de fazer a feira, os atores envolvidos puderam vivenciar momentos de luta para que o evento acontecesse como esperado, quando a diversidade de opiniões e de orientações chegou a promover embates tensos, repletos de disputas nos campos político e ideológico, onde Estado e Sociedade tiveram que alinhar interesses até garantir a estrutura necessária para a realização das feiras. Não bastasse os ganhos gerados nas dimensões sociopolítica, sociocultural e sociotecnológica durante a construção do evento, a condução dos quatro dias de feiras gerou ganhos nesses campos citados, através das atividades previstas na programação e principalmente na lida com os imprevistos de um evento dessa magnitude, além dos ganhos socioeconômicos e socioambientais promovidos pelos dias de execução do evento.

O caminho percorrido pelo autor deste estudo possibilitou fazer análise documental e do campo empírico, com o respaldo do campo teórico, o que trouxe a possibilidade de compreender a natureza do evento, a metodologia proposta para a realização deste e de que forma tal experiência impactou na vivência dos membros dos empreendimentos solidários envolvidos no processo. A partir desse cenário, a referência teórica trouxe embasamento sobre as possibilidades econômicas e sua pluralidade, bem como o olhar multidimensional sobre os ganhos. A partir disso, foi possível examinar a participação dos atores em diversos momentos do evento, passando pela construção inicial, pela execução do evento nos seus quatro dias, até o momento final, quando motivações e frustrações mobilizavam a todos.

Com esse caminho percorrido entre referencial teórico, documentos construídos pelo governo e sociedade civil e o empirismo, contando a experiência deste autor durante seis anos como membro da comissão organizadora, foi possível concluir que a natureza da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar e o modo de fazer esse evento promoveram ganhos

multidimensionais para as mulheres e homens, trabalhadoras e trabalhadores livremente associados, que estiveram participando das edições pesquisadas.

Um encontro de centenas de pessoas que atuam sob a lógica da solidariedade, seja do campo ou da cidade, onde foi possível comercializar produtos, conhecer novas experiências e novas pessoas, participar de processos de formação e de debate envolvendo aspectos técnicos, políticos e ideológicos, além da convivência durante quatro dias de imersão em um universo que vai muito além das suas cercas e muros que demarcam suas vidas cotidianas, possibilita aos participantes transformar práticas, sentimentos, condutas, culturas e melhorar sua renda. Esses ganhos multidimensionais promovidos pelas feiras pesquisadas foram percebidos a cada entrevista realizada e em diversos momentos em que este autor esteve presente durante os anos de evento. Se voltarmos aos conceitos trazidos sobre mercado concreto e mercado autorregulado será possível verificar que nas relações constituídas nos espaços das feiras baianas, o econômico não esteve dissociado do social e político.

8.2 – Fato novo

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, um fato novo surgiu e foi traçando formas diferentes, apontando uma mudança do cenário tratado no início do texto. Após as eleições de 2014, quando a presidente Dilma Rousseff foi reeleita através do voto de 51,64% dos eleitores e eleitoras no Brasil, o cenário político ficou bastante complexo. Diante de uma eleição tão difícil, foi possível perceber que o desenho do novo governo apontava para uma acentuada mudança de cenário. Surgiu então a possibilidade da política de economia solidária passar do Ministério do Trabalho e Emprego para a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa. Este fato não aconteceu, porém, a luta em defesa da política nacional mobilizou as entidades, fóruns e outras instâncias de articulação, diante das propostas de modificação dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, que passou a ser Ministério do Trabalho e Previdência Social. O cenário fica ainda mais hostil quando em 17 de abril, a Câmara dos Deputados aceita o pedido de impeachment da presidente. Este estudo não pretende aprofundar neste tema, porém destaca-se que o governo interino já inicia o desmonte da equipe da Secretaria Nacional de Economia Solidária e já se recolhe aos gabinetes sem promover diálogo com outros atores do segmento.

O movimento de economia solidária – diante de perspectivas de retrocessos na política – realizou a Assembléia Popular do Movimento de Economia Solidária, no período de 08 a 10 de julho de 2016, durante a 23^a Feira Internacional do Cooperativismo e 12^a Feira Latino Americana de Economia Solidária, em Santa Maria – RS, quando foi construído um documento intitulado Manifesto da Assembleia Popular do Movimento de Economia Solidária⁷, afirmando não reconhecer o governo e apontando estratégia de “combate ao golpe”. Em 31 de agosto de 2016, o plenário do Senado aprovou por 61 votos a favor e 20 contra, o afastamento da presidente Dilma Rousseff e a partir daí, o que há é uma perspectiva de retrocesso da política pública de economia solidária do governo federal.

O extenso relato exposto indica uma necessidade maior de mobilização dos milhares atores da economia solidária no Brasil, uma vez que o recolhimento da política pública apontado pode promover muitos retrocessos para os milhares de trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e, por sua vez, acentuar diferenças econômicas e sociais. Diante disso, as feiras se tornam mais urgentes, uma vez que são entendidas como espaços de articulação dos mais diversos atores, que se encontram e tem a possibilidade de vivenciar ações em cinco dimensões estratégicas o fortalecimento da economia solidária. Vale destacar a importância da feira em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, quando revela seu potencial como espaço de articulação, sediando a construção do manifesto, assim como já relatado neste estudo, aconteceu na Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, no ano de 2006, quando fora construída a carta ao Governador Jaques Wagner.

8.3 – Contribuições para a economia solidária (gestão pública e sociedade civil organizada)

Associar a metodologia de construção das feiras de economia solidária à natureza dos ganhos gerados nesses eventos e, ainda, sistematizar esse processo e entregar como produto do estudo uma cartilha contendo orientações sobre como fazer uma feira geradora de muitos ganhos, auxiliará na execução de políticas públicas de apoio às feiras de economia solidária, bem como poderá ser utilizada como instrumento de fortalecimento do segmento.

⁷ Disponível em: <http://cirandas.net/fbes/blog/manifesto-da-assembleia-popular-do-movimento-da-economia-solidaria>

Revelar que a metodologia das feiras, conforme orienta o Programa Nacional de Apoio às Feiras de Economia Solidária, gera ganhos nas dimensões socioeconômica, sociopolítica, sociocultural, sociotecnológica e socioambiental, possibilita destacar o potencial de uma feira dessa natureza para corroborar a construção de políticas de desenvolvimento local, de combate à pobreza, de inclusão socioprodutiva, de formação de trabalhadoras e trabalhadores, de desenvolvimento econômico, de promoção de mobilidade social, entre outras.

Diante disso, a presente pesquisa traz uma Tecnologia de Gestão Social, representada através de cartilha, cujo objetivo é orientar a construção de uma feira capaz de gerar ganhos em cinco dimensões. Essa cartilha será apresentada à Assessoria de Comunicação da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, para que possa compor o material da Coordenação de Formação e Divulgação da Superintendência de Economia Solidária. Pretende-se que este material chegue, por meio impresso e digital, ao conhecimento de gestores públicos municipais dos 417 municípios do estado, bem como para as entidades de apoio e fomento à economia solidária, buscando incentivar a aplicação de recursos na realização de feiras de economia solidária, a partir do argumento de ser uma feira capaz de gerar muitos ganhos.

8.4 – Recomendações para estudos futuros

Este estudo não abordou os ganhos a partir de subjetividades ligadas às transformações da alma das pessoas e nem mesmo iniciou uma pesquisa conceitual, porém, os ganhos para alma, envolvendo sentimentos, construções e processos de evolução do ser, estiveram presentes nos depoimentos de algumas pessoas entrevistadas. Relatos como o de Dona Mariza Mendes, da Coopertane, afirmando que “Com a feira eu fiquei mais tolerante. Afe Maria! Eu era muito intolerante” (SILVA, Coopertane, Salvador – BA, 18/03/2016), sugeriu trazer como proposição para um avançar deste estudo em outro momento.

Mesmo tendo convicção de que em nenhum momento este estudo afirmou que só as feiras de economia solidária promovem ganhos diversos, surgiu uma reflexão que sugere ser um dos pontos a serem investigados em futuras pesquisas. Somente feiras de economia solidária promovem ganhos além do financeiro? Tal reflexão se dá a partir de uma convivência deste autor, que vem acontecendo de forma bastante intensa, mas não permanente, nas feiras populares realizadas no município de Palmeiras, mais especificamente no distrito de Caeté Açu, ou Vale do Capão. Um exemplo das feiras da economia popular, onde prevalecem

empreendedores individuais e/ou familiares, mobilizados em torno da relação mercantil, movidos também pela relação de *oferta-demanda-preço*, onde ofertantes e demandantes se encontram para trocar mercadorias pela moeda vigente, pelo menos prioritariamente. Contudo, não podemos afirmar que ali só se ganha dinheiro, afinal, aquele espaço reúne cultura, através da arte pulsante e das rodas de capoeira; comercialização de produtos produzidos na zona urbana e na zona rural; encontros e sociabilização entre membros da comunidade; serviços dos mais variados, incluindo um mecânico de bicicletas que monta sua oficina em praça pública, com direito à revenda de peças mais diversas; entre outras. Além disso, basta esperar o final da feira para confirmar o princípio econômico da reciprocidade, quando algumas pessoas auxiliam na desmontagem das estruturas em troca de produtos, em geral alimentício.

Ainda diante do que foi exposto, vale reafirmar que, as cinco dimensões utilizadas pelo estudo para revelar a natureza dos ganhos, apontam para o fortalecimento da economia solidária - envolvendo todos os atores – e estão ligadas diretamente às demandas e características desse segmento. O exemplo da feira do Vale do Capão trouxe apenas a hipótese de ser também uma feira com muitos ganhos, mas não são necessariamente os mesmos ganhos revelados numa feira de economia solidária.

REFERÊNCIAS:

AMORIM, Rizoneide Souza. Feiras de Economia Solidária: fenômeno de socialização ou redescoberta do mercado? **XV Congresso Brasileiro de Sociologia Grupo de Trabalho GT06 – Economia social e solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva.** Curitiba, 2014.

ANDION, C. - A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, ano ?, v. 9, n. 1, p. 79-101, 2005.

BAHIA. Governo do estado da Bahia. Lei 12.368 de 13 de dezembro de 2011, que versa sobre a instituição da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária. Bahia: Governo da Bahia, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relatório de atividades da Senaes Avanços e Desafios para as Políticas de Economia Solidária no Governo Federal - 2003/2010. Brasília: MTE, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cartilha 1, série: feiras de Economia Solidária Programa Nacional de Fomento as Feiras de Economia Solidária. Brasília: MTE, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Termo de referência do Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidária. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3ADC4075013AFECE06F969A4/Termo_Referencia_SNCJS.pdf. Acesso em 20/04/2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Relatório de avaliação do Programa Nacional de Apoio às Feiras de Economia Solidária. Brasília: SENAES, 2010.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Termo de Referência: Feiras de Economia Solidária no Brasil. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B4B7E355E142B/prog_org_feira_termo_feiras.pdf. Acesso em: 15/12/2015

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. I Conferência Nacional de Economia Solidária. Anais. Brasília: SENAES/MET, 2006.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. II Conferência Nacional de Economia Solidária. Anais. Brasília: SENAES/MET, 2010.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. III Conferência Nacional de Economia Solidária. Anais. Brasília: SENAES/MET, 2014.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária uma abordagem internacional.** Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio G. **A economia solidária no Brasil:** uma análise de dados nacionais. In: **GAIGER**, Luiz Inácio G. (Coord.), et. al. ATENÇÃO! Falta o título do livro. São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: Kraychete, G. et al. (org.) **Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia.** Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSal, 2000.p.167 – 198.

GIÁCOMO, Cristina – **Tudo Acaba em Festa:** Evento, Líder de Opinião, Motivação e Público. 2 ed., São Paulo: Sociais, 1997.

MOURA, M. S. S.; MEIRA, L. **Desafios da Gestão de Empreendimentos Solidários.** Bahia Análise & Dados: Salvador, v. 12, n.1, 2002.

NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo” In: BENINI, E. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Orgs.) **Gestão Pública e Sociedade:** Fundamentos e Políticas Públicas da Economia Solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

NUNES, D. (2009) Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária. São Paulo: Ananablume. TIRIBA, L. O lugar da economia solidária na educação e o lugar da educação na economia solidária. In: MELLO, S.L.; SÍGOLA, V.M.; BARBIERE, E.M. **Economia Solidária e Autogestão:** Encontros Internacionais, vol. 2. São Paulo: Editora PW, 2007. As datas estão discrepantes.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos.** LEVITT, Kari Polanyi (org.); introdução de Michele Cangiani; tradução de Vera Ribeiro; revisão de César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

REIS, Tatiana Araújo. **A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária: pluralidade e interconexão de dimensões. 2005. Número de folhas.** Dissertação. (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, Boa Ventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia dos Setores Populares - Propostas e Desafios. In: Kraychete, G. et al. (org.) **Economia dos Setores Populares:** Entre a Realidade e a Utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSal, 2000.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da economia solidária.** 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

Arquivos da Superintendência de Economia Solidária, órgão ligado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia. (Disponíveis na Coordenação de Formação e Divulgação - COFD)

Relatório de Avaliação do Projeto Vencer Juntos. Avaliação de Resultados do Empreendimentos e dos Territórios, Volume II, Setembro de 2013.

ANEXO I

ROTEIRO DA ENTREVISTA - EMPREENDIMENTOS

Quais eram as expectativas do grupo em relação à Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar?

Socioeconômica

- 1 - Qual a importância das feiras para as vendas dos produtos?
- 2 - O grupo costumava fazer trocas de produtos durante o evento?

Sociopolítica

- 1 - O grupo participou da construção da feira? Em qual comissão?
- 1.1 - Por que não participou da construção?
- 2 - Qual a importância em participar das decisões?
- 3 - Durante a feira, o grupo participou de reuniões do fórum? Passou a aderir depois da feira?

Sociocultural

- 1 - A participação no evento trouxe algum impacto nas relações entre os membros do grupo? Qual?
- 2 - O grupo inaugurou ou fortaleceu relações com outros grupos ou instituições?

Sociotecnológica

- 1 - Participou de algum processo de formação (Cursos, Rodas de Conversa, carrossel de experiências) ?
- 2 - A feira trouxe algum aprendizado? Qual?
- 3 - Isso influenciou nos processo de trabalho?

Socioambiental

- 1 - Quais as práticas percebidas na feira, destinada à preservação do meio ambiente?
- 2 - A partir disso, mudou alguma prática no grupo?
- 3 - A feira trouxe impactos para o meio ambiente?

ANEXO II

ROTEIRO DA ENTREVISTA GESTORES (AS)

Quais eram as expectativas em relação à Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar?

Socioeconômica

- 1 - Qual a importância das feiras para a comercialização?
- 2 - Qual a importância dos clubes de trocas para os empreendimentos?
- 3 - Qual a sua opinião acerca dos impactos dos recursos investidos no evento?

Sociopolítica

- 1 - Qual a importância da participação popular na organização do evento?
- 2 - Constatou que, a partir da participação na feira, empreendimentos passaram a acessar as políticas públicas ou a se relacionar com EAF?
- 3 - Percebeu a mobilização de grupos que, a partir da feira, passaram a participar de fóruns e outras instâncias de articulação?

Sociocultural

- 1 - Qual o impacto das feiras sobre sentimentos de pertencimento, identidade, valores próprios das pessoas envolvidas?
- 2 - Acredita que as feiras influenciaram nas posturas e práticas dos participantes, com relação ao envolvimento com os problemas da sua comunidade?

Sociotecnológica

- 1 - Quais processos formativos você identifica durante as feiras?
- 2 - Qual a importância dos processos formativos?
- 2 - A feira trouxe algum aprendizado? Qual?
- 3 - Influenciou nos processo de trabalho dos grupos?

Socioambiental

- 1 - Quais as práticas percebidas na feira, destinada à preservação do meio ambiente?
- 2 - A partir disso, mudou alguma prática no grupo?
- 3 - A feira trouxe impactos para o meio ambiente?

Acha que é importante dar manutenção às ações de apoio às feiras como parte da política pública?

Qual o efeito de uma feira de economia solidária, visando os objetivos da política pública?

ANEXO III

V FEIRA BAIANA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR 2009

DATA	OFICINAS, ENCONTROS E PLENÁRIAS	APRESENTAÇÕES CULTURAIS	COMERCIALIZAÇÃO
10/12/2009 (quinta-feira)	Matutino - Acolhimento 12h – Cadastramento 18h Jantar	Sugestão: cine-fórum	Não tem
11/12/2009 (sexta-feira)	9h às 12h – OFICINAS SALA 01 Economia Solidária: História e Fundamentos. Resp: IAN (BANSOL) SALA 02 FÓRUNS DE ECOSOL: História e Articulações. Resp.: JANICE (COOFE) 15h às 17h SALA 01 Fundos Rotativos. Resp.: LARA MATOS (SESOL) SALA 02 Contábil. Resp.: Carmen (CESOL)	16h às 16h40min Associação Atabaque 17h às 17h30min Poesia Calabar 18 às 18h30min ABERTURA OFICIAL • Toré Superintendente Interino de Economia Solidária Coordenadores do Fórum Metropolitano de ECOSOL 18h30min às 19h Desfile 19h10min às 20h Arte de Dançar 20h às 21h Trio Ganjaê	16h às 22h.
12/12/2009 (sábado)	9h às 12h – OFICINAS SALA 01 Gênero e Ecosol. Resp.: Carol (Rango Vegan) SALA 02 Núcleo de Psicologia. Resp. Lorena TOLDO Espaço Solidário. Resp. : Diogo 15h às 17h SALA 01 CFES SALA 02 ECOSOL TOLDO 17h às 19h – Clube de Trocas com a moeda AXÉ	16h às 22h Capoeira de Simões Filho Hip Hop Calabar Libertae Samba da Barragem Samba das moças	14h às 22h.
13/12/2009 (domingo)	9h às 11h - OFICINAS SALA 01 e 02 Participação no Fórum Social Mundial Informe sobre a Conferência de ECOSOL Avaliação do evento TOLDO 10h às 12h – Clube de Trocas com a moeda AXÉ	10h às 20h30min Capoeira Calabar Associação Atabaque Outra Vida Versus 2 Samba de Roda de Matarandiba Banda Palmares	8:30h às 21h

Observações: Haverá intervalo para almoço entre 12 e 14hs.

ATIVIDADES DA FEIRA

ACOLHIMENTO

A comissão de acolhimento funcionará a partir de quinta-feira, 6 horas da manhã. Conforme definido pela Comissão de Mobilização, estarão aguardando os participantes: 02 pessoas na Rodoviária, 02 pessoas no Salvador Praia Hotel e 02 pessoas no Hotel San Plaza.

17h ás 18h Cube de Trocas com moeda Social: que é um espaço onde as pessoas levam seus produtos/serviços para trocarem com outras pessoas sem a intermediação da moeda oficial.

Oficinas: Espaço de Formação da Feira. Responsáveis (vide programação).

Desfile: O empreendimento econômico solidário Associação Publicitária Pérola Negra irá apoiar a organização de um desfile com os produtos da feira: já foi confirmado: um locutor, um maquiador, dois produtores para cadastrarem os produtores e modelos interessados.

PAFES - Pesquisa de Avaliação das Feiras Estaduais é uma metodologia desenvolvida com o intuito de extrair informações de diversas ordens a respeito destes eventos e de seus impactos, tanto para os empreendimentos solidários quanto para o público visitante e entidades de assessoria.

ANEXO IV

Cartaz da IV Feira Baiana de Economia Solidária - Ano 2008



Fonte: Arquivos da Superintendência de Economia Solidária da Bahia - Coordenação de Formação e Divulgação

ANEXO IV

Cartaz da IV Feira Baiana de Economia Solidária - Ano 2009



Fonte: Arquivos da Superintendência de Economia Solidária da Bahia - Coordenação de Formação e Divulgação

ANEXO IV

Cartaz da Mostra Nacional e Feira Baiana de Economia Solidária - Ano 2010



Fonte: Arquivos da Superintendência de Economia Solidária da Bahia - Coordenação de Formação e Divulgação